

[Imprimir](#)[Fechar](#)

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região

Processo: **01828-2012-001-10-00-9-RO**
Acórdão do(a) Exmo(a) Desembargador(a) Federal do Trabalho
ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Ementa: AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM RELAÇÃO À VIAÇÃO PLANETA LTDA. E AO DISTRITO FEDERAL: DESCRIÇÃO DE PERTURBAÇÃO AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO COM DANOS À SAÚDE E HIGIENE FÍSICA E MENTAL DOS TRABALHADORES DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DO DISTRITO FEDERAL: COMPROVAÇÃO: PREJUÍZO A MOTORISTAS E COBRADORES DE ÔNIBUS POR VEÍCULOS INADEQUADOS CONFORME EXIGÊNCIA DAS RESOLUÇÕES 811/1996 E 316/2008 DO CONTRAN E PREJUÍZO AOS TRABALHADORES DO SISTEMA ATUANTES NOS TERMINAIS E PONTOS DE ESPERA DESPROVIDOS DE BANHEIROS PÚBLICOS CONFORME EXIGÊNCIA DA LEI LOCAL 4226/2008-DF: NECESSIDADE DE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS E DE CONTROLE MÉDICO REGULAR DOS TRABALHADORES COM ORDEM À IMPLANTAÇÃO NECESSÁRIA E À REGULAR EMISSÃO DE CAT AOS TRABALHADORES ATINGIDOS COM DOENÇAS PROFISSIONAIS ASSIM ADQUIRIDAS: DETERMINAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA FROTA E DE CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS PÚBLICOS COM PONTOS DE ÁGUA POTÁVEL NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E EQUIVALENTES PRIVADOS DA EMPRESA RÉ COM RESPONSABILIDADE ISOLADA CONFORME O DOMÍNIO OU POSSE DO TERMINAL OU DO PONTO DE ESPERA DE ÔNIBUS: DANO MORAL COLETIVO POR AQUISIÇÃO DE DOENÇAS PROFISSIONAIS E POR AFRONTA À DIGNIDADE HUMANA: RESPONSABILIDADE CONCORRENTE OU ISOLADA DO DISTRITO FEDERAL COMO PODER CONCEDENTE:

PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS EXORDIAIS COM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA: EFICÁCIA IMEDIATA DO JULGADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO: COMINAÇÕES COM PRAZO ASSINADO SOB PENA DE MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. Recurso empresarial conhecido e desprovido. Recurso ministerial conhecido e provido em parte.

Relatório

: Contra a r. sentença da lavra da Exma. Sra. Juíza Substituta Débora Heringer Megiorin, da MM. 1ª Vara do Trabalho de Brasília - DF que julgou parcialmente procedentes os pedidos deduzidos na petição inicial (fls. 5819/5848 e 5873/5877), recorreram a primeira Ré, Viação Planeta Ltda., (fls. 5879/5915) e o Autor (fls. 5934/5963). O Autor apresentou contrarrazões (fls. 5924/5933). A primeira Ré apresentou contrarrazões (fls. 5966/5974). O segundo Réu apresentou contrarrazões (fls. 5966/5974). É o relatório.

Voto

(1) ADMISSIBILIDADE: O recurso ordinário interposto pela primeira Ré é tempestivo e regular: conheço. O recurso ordinário interposto pelo Autor é tempestivo e regular: conheço. (2) MÉRITO: RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA (VIAÇÃO PLANETA): a) elaboração e implementação efetiva dos programas de prevenção de riscos ambientais, de controle médico de saúde ocupacional e de conservação auditiva: O Ministério Público do Trabalho pediu que a primeira Ré fosse condenada a elaborar e implementar, verdadeiramente, os programas de prevenção de riscos ambientais, de controle médico de saúde ocupacional e de conservação auditiva, porque verificou que os motoristas e cobradores trabalham expostos a elevado risco decorrente do excesso de ruído provocado pelos motores dos veículos e a empresa não adota medidas eficientes para eliminar ou reduzir a insalubridade. O MM. Juízo de origem concluiu que a primeira Ré, apesar de elaborar os programas de prevenção de riscos ambientais, de controle médico de saúde ocupacional e de conservação auditiva, não os implementa eficiente e verdadeiramente, condenando, por isso, a empresa a implementá-los, efetivamente, sob pena de multa. A primeira Ré pediu a improcedência, argumentando que cumpre as obrigações conforme "anexados documentos que comprovam a ocorrência de palestras, exames periódicos, controle de ruídos e outros". Restou demonstrado que os veículos da empresa Ré são equipados com motor dianteiro que emite elevado ruído. Também restou demonstrado que motoristas e cobradores têm sofrido acentuada perda auditiva. Assim, resta evidente o nexo entre o ambiente de trabalho insalubre e o mal que vem atingindo os empregados. Por outro lado, a primeira Ré não demonstrou a adoção de medidas tendentes a reduzir ou eliminar o excesso de ruído, não demonstrou o controle das condições de saúde dos empregados, nem que adota medidas para a conservação da capacidade auditiva dos empregados, donde se conclui que, efetivamente, não procura proporcionar um meio ambiente laboral saudável aos trabalhadores. É certo que a efetiva prevenção aos riscos ambientais e o real acompanhamento da saúde ocupacional não são alcançados com o mero preenchimento de formulários dos obrigatórios programas de proteção à saúde do trabalhador. Deve, pois, a empresa elaborar e implementar, efetivamente, os programas de prevenção de riscos ambientais, de controle médico de saúde ocupacional e de conservação auditiva. Nego provimento. b) emissão de cat: O MM. Juízo de origem determinou à primeira Ré que emita o Comunicado de Acidente de Trabalho quando verificada a perda ou a diminuição da capacidade auditiva do empregado em decorrência de ruído. Na recurso, a empresa pede a reforma com base em discussão meramente semântica, dizendo que "não há obrigação legal à emissão de CAT por mera situação sugestiva de diagnóstico." Como a empresa é obrigada a emitir o Comunicado de Acidente de Trabalho

quando verificada a perda ou a diminuição da capacidade auditiva do empregado em decorrência de ruído, nego provimento. c) adequação dos veículos: Com relação à pretensão ministerial de obrigar o Distrito Federal a exigir da concessionária o uso de ônibus com aparelho condicionador de ar, motor traseiro, câmbio automático e direção hidráulica, não percebo normativo capaz de resultar nessa obrigação, ainda que salutar, pelo que dou provimento ao apelo empresarial, no aspecto. CONTUDO, RESTEI, COM A EXMA. SRA. DESEMBARGADORA REVISORA, VENCIDO NESTE PARTICULAR, PREVALECENDO A DIVERGÊNCIA DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR BRASILINO SANTOS RAMOS, ACOMPANHADO NO TÓPICO PELOS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MÁRIO CARON E JOÃO AMILCAR PAVAN (DESEMPATE): "No sensato voto divergente, resta afastado o pedido de obrigar-se o Distrito Federal a exigir da concessionária o uso de ônibus com aparelho condicionador de ar, motor traseiro, câmbio automático e direção hidráulica, ao fundamento de, ainda que salutar, não se vislumbrar normativo capaz de resultar nessa obrigação. De fato, não há, no ordenamento jurídico pátrio, regra específica a regular a questão e obrigar-se o ente público a assim proceder. Não se pode olvidar, todavia, que o próprio legislador reconhece que o sistema de leis não é capaz de atender aos anseios da sociedade, e, por isso, destaca a fundamental importância dos princípios. Calha notar que o art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro prevê a aplicação, pelo juiz, da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito quando a lei for omissa. No mesmo sentido o art. 8º da CLT, o qual determina que, "As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito", havendo, ainda, comando na Norma Consolidada de que "O juízo adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e as exigências do bem comum" (§ 1º do art. 852-I). Neste desiderato, pois, surge o importante papel desempenhado pelos princípios, tendo em vista que por meio deles, as soluções deverão ser tomadas tendo como base o próprio ordenamento jurídico. Faço tal digressão para chamar a atenção de que está em análise, neste processo, principalmente, a preservação da dignidade da pessoa humana, esta sob o prisma da adoção por parte da concessionária e do poder concedente de medidas que vedem, em especial, a ameaça objetiva e atual de lesão do direito fundamental ao meio ambiente de trabalho equilibrado, garantia prevista no art. 225 da CRFB. Releva salientar, nessa quadra, que a jurisdição não se limita mais a ser vista como mera função de "dizer a vontade concreta da lei", mas como função de tutela do direito material alegadamente violado. É oportuno ressaltar que o direito à efetividade e à tempestividade da tutela jurisdicional é constitucionalmente garantido, sendo que o direito de acesso à justiça, albergado no inc. XXXV do art. 5º do Texto Fundamental, revela que a todos deve ser dado o direito à tutela jurisdicional efetiva, adequada e tempestiva, não se traduzindo no conceito de mero direito a recorrer ao Poder Judiciário. Colhe-se, por oportuno, a doutrina de Luiz Guilherme Marinoni, o qual explicita que "O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva obriga o juiz a garantir todos os seus corolários, como o direito ao meio executivo capaz de permitir a tutela do direito, além de obrigar o legislador a desenhar os procedimentos e as técnicas processuais adequadas às diferentes situações de direito substancial (...). As novas técnicas processuais, partindo do pressuposto de que o direito de ação não pode ficar na dependência de técnicas processuais ditadas de maneira uniforme para todos os casos ou para alguns casos específicos, incorporam normas abertas, isto é, normas voltadas para a realidade, deixando claro que a ação pode ser construída conforme as necessidades do caso conflitivo" (Teoria Geral do Processo, 3. ed. São Paulo: RT, 2008, v. I, p. 285/291). É certo não haver específica previsão legislativa que obrigue o empregador ou o Estado a adquirir ônibus com câmbio automático, com ar condicionado ou com motor em local que não na frente. Urge, porém, chamar novamente a atenção para instrumento adequado para tal solução, que é a tutela inibitória, cuja base constitucional se encontra no art. 5º, inc. XXXV. Tal dispositivo dispõe que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, além de ingressar o princípio basilar do Estado Democrático de Direito que se consubstancia na garantia de acesso à justiça. Luiz Guilherme Marinoni adverte que: "A distinção entre ilícito e dano abriu as portas para a doutrina esclarecer que a tutela preventiva objetiva impedir a prática, a continuação ou a repetição do ilícito. A diferenciação entre ilícito e dano não só evidencia que a tutela ressarcitória não é a única tutela contra o ilícito, como também permite a

configuração de uma tutela genuinamente preventiva, que nada tem a ver com a probabilidade do dano, mas apenas com a probabilidade do ato contrário ao direito (ilícito)". (Tutela inibitória: individual e coletiva. São Paulo: RT, p. 82). Assim, especificamente sobre a tutela inibitória na preservação do meio ambiente, não de ser destacados os princípios da precaução e o da prevenção. O primeiro dirige-se pela atuação puramente preventiva, ante o não conhecimento dos possíveis riscos que o meio ambiente pode sofrer, ao passo que no segundo os riscos são previamente conhecidos, buscando formas para se prevenir os possíveis danos. Em matéria ambiental, comumente, o ilícito ambiental é capaz de gerar um dano de cunho irreversível, ocasião em que qualquer atuação jurisdicional se torna ineficaz ante o dano consumado. Desta forma, mister se faz optar por modelos jurídicos que sejam eficazes. Explica Vanessa de Castro Rosa ser "preciso, portanto, que os operadores do direito estejam conscientes e sensíveis às novas mudanças sociais, a fim de que o processo seja um instrumento efetivo de garantia dos direitos materiais". (A tutela inibitória como instrumento de proteção ambiental no direito brasileiro.

Disponível

em

http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.phpn_link=revista_artigos_leitura. Acesso em 21/5/2014). Considerando, portanto, a necessidade de proteger a dignidade da pessoa humana e o mínimo existencial, bem como o fato de que as normas constitucionais que asseguram a implementação de direitos fundamentais não são apenas programáticas ou aspirações políticas, mas ordenamentos cogentes que devem ser atendidos pelo Estado, conclui-se haver normativo suficiente para impor aos réus a compra de ônibus nos moldes pretendidos nesta ação. Ainda que não se entenda se possa resolver a questão pelo prisma principiológico, o pleito pode, também, ser apreciado em razão de regra. Nesse particular, veja-se o disposto na Convenção 155/81 da OIT, ratificada em 18 de maio de 1992, aprovada e promulgada no Brasil pelo Decreto 1.254, de 19 de setembro de 1994, a qual dispõe sobre "o desenvolvimento, pelos países, de uma política nacional de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho", a qual terá como "objetivo prevenir os acidentes e os danos à saúde que forem consequência do trabalho e tenham relação com a atividade de trabalho, ou se apresentarem durante o trabalho, reduzindo ao mínimo, na medida que for razoável e possível, as causas dos riscos inerentes ao meio ambiente de trabalho" (art. 2º). Essa Convenção relaciona objetivos políticos insitos ao tratamento jurídico do meio ambiente do trabalho, in verbis: (1) a higidez do local de trabalho; (2) a segurança na construção e no manejo de máquinas e ferramentas [...]; (4) a gestão e a adequação das atividades, das operações e dos processos relacionados ao trabalho, com a determinação dos seus graus de risco e a sua classificação como proibidos, limitados ou controlados; (5) a implementação de um sistema apropriado de fiscalização do meio ambiente do trabalho; (6) as pesquisas de acidentes de trabalho e a publicação periódica das informações; (7) a adoção compulsória de técnicas assecuratórias da segurança no trabalho e de processos de controle da ação de agentes químicos". Tal Normativo encontra ressonância constitucional, não se duvidando que o objetivo global da tutela jurídica do meio ambiente do trabalho é, fundamentalmente, a neutralização ou redução dos riscos inerentes ao trabalho e ao local de trabalho, segundo comanda o art. 7º, inc. XII, da CRFB. Além do mais, deve ser apontado o caput do referido preceito, o qual assenta que "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social". Em plano infraconstitucional, além de várias normas existentes na CLT a esse respeito, deve ser verificada a Norma Regulamentadora 17, a qual visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. Em seu subitem 17.1.1., resta delineado que "As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho". Deflui dos autos que há evidente prestação laboral em condições indignas, não podendo ser considerados pontuais as diversas constatações nesse sentido, o que demanda enérgica medida para a reiterada reprodução dos danos encontrados. Delibere-se que não estou, com isso, a procurar imprimir interferência do Judiciário em ações dos outros Poderes. Jamais. Busco, ao revés, interpretar a Constituição Federal de forma a, específica e proativamente, expandir o seu sentido e alcance. Não vejo que, com isso, estar a desmesurar o decantado ativismo judicial. Não se duvida que ele deve entrar em campo quando se está diante da retração do Poder Legislativo e do Executivo, que, como se nota

nestes autos, suas omissões estão a impedir que demandas sociais sejam atendidas de maneira efetiva. Em outro quadrante, pode-se argumentar que a exigência de aquisição de veículos com as características salientadas resultaria em ferimento a princípios licitatórios. É razoável conceber que o mercado que atua na fabricação de veículos possa se adequar a essas exigências. Dessa maneira, haveria a disposição de diversas marcas disponíveis e várias empresas dispostas a participar de procedimentos licitatórios. Com isso, sem dúvidas, seriam evitadas eventuais preferências de marcas, produtos e/ou fornecedores. Mas é de se assentar, apenas como reforço de argumentação, que a própria Lei 8.666/93 autoriza haver preferências, como na aquisição de bens e serviços brasileiros em face dos estrangeiros, sem que se quebre o princípio da isonomia. Veja-se, por exemplo, o art. 3º da referida Lei, com a redação dada pela Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010: "Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional". Por esses parâmetros, portanto, não haveria empecilho para determinar ao ente governamental e, por decorrência, à empresa concessionária a aquisição de ônibus na forma pretendida. Não é demais lembrar: está em jogo a prevalência dos princípios da dignidade humana, com a eliminação ou diminuição dos riscos no meio ambiente de trabalho. Nego provimento." d) indenização por danos morais coletivos: No aspecto, o recurso será, a seguir, analisado em conjunto com o apelo ministerial. RECURSO DO AUTOR (MPT): a) jornada de trabalho: O MM. Juízo de origem indeferiu o pedido de multa pela extrapolação dos limites legais da jornada de trabalho e pela adoção de intervalos inter e intrajornadas menores que os devidos, fundamentando que não foi demonstrado o descumprimento da lei. O Ministério Público pediu a reforma, argumentando que a primeira Ré descumpra as normas de segurança e medicina do trabalho, mas não demonstrou, no recurso, o desrespeito aos limites legais da jornada de trabalho nem a adoção de intervalos inter e intrajornadas menores que os devidos. Por não demonstradas as alegações exordiais, nego provimento. b) precariedade dos terminais: O Ministério Público do Trabalho insistiu no pedido de construção de instalações sanitárias adequadas, nos termos da NR 24 do Ministério do Trabalho, indeferido na origem por não demonstrada precariedade alegada na inicial. Com efeito, a Lei Local nº 4.226, de 24 de outubro de 2008, dispõe, no artigo 1º, que "Fica determinada a implantação de banheiros públicos nos logradouros públicos do Distrito Federal, como passagens subterrâneas de pedestres, paradas de ônibus, estações de metrô", tendo sido fixado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação ocorrida em 29/10/2008, para o fiel cumprimento da lei pelo Governo do Distrito Federal. Como a responsabilidade pela implantação de instalações sanitárias para a utilização por motoristas e cobradores de ônibus é do Distrito Federal e o pedido recursal foi dirigido contra a primeira Reclamada, nego provimento ao recurso. CONTUDO, NESTE TÓPICO, APÓS DIVERGÊNCIA DOS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES BRASILINO SANTOS RAMOS E MÁRIO CARON, QUE ENTENDIAM PELA RESPONSABILIDADE CONCOMITANTE DE AMBOS OS RÉUS, EM VOTO PARA DESEMPATE O EXMO. SR. DESEMBARGADOR JOÃO AMÍLCAR ASSINALOU POSIÇÃO MÉDIA PELA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E DA VIAÇÃO PLANETA NOS LOGRADOUROS PRIVADOS EQUIVALENTES ÀQUELES, ENTENDENDO RAZOÁVEL A APLICAÇÃO DA MESMA REGRA OBRIGACIONAL A UM E A OUTRA, TENDO RELATOR E REVISORA REFORMULADO PARA ADOTAR A POSIÇÃO MÉDIA. POR ISSO, CONSIDERANDO QUE O VOTO MÉDIO SE ESPELHA A PARTIR DA POSIÇÃO DO RELATOR E DA POSIÇÃO DA DIVERGÊNCIA, REPRISO O FUNDAMENTO DO VOTO DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR BRASILINO SANTOS RAMOS: "O Exmo. Desembargador Relator absolve a primeira reclamada quanto à obrigação de construção de instalações sanitárias adequadas, sob o fundamento de que seu cumprimento cabe, exclusivamente, ao Distrito Federal. Entretanto, ousou divergir desse entendimento, com a devida vênia. De fato, a Lei 4.226, de 24 de outubro de 2008, do Distrito Federal, determinou a implantação de banheiros públicos nos logradouros públicos do ente federal local. Todavia, diviso que a obrigação estampada na referida norma de regência não retira do empregador o dever de dispor a seus empregados adequadas instalações sanitárias. Ou ao menos, não exclui o dever de envidar esforços para que o Poder Público cumpra o estabelecido em lei. Esclareço que, em contexto em que se debate virtual ofensa a direito inerente à dignidade da pessoa humana, é inevitável conceber que a análise do ônus da

289

prova deve ser feita com a observância da relação material deduzida, autorizando-se a atenuação da regra do encargo probatório, estabelecendo-se, a partir da verossimilhança das alegações trazidas na inicial, o gravame probatório na polaridade passiva da ação. Com enfoque na parte inicial do art. 6º, inc. VIII, do CDC, José Hortêncio Ribeiro Júnior sinala que "Ao se deferir a medida, tolhendo determinadas condutas e impondo outras, caberá à parte demandada demonstrar o efetivo cumprimento daquelas obrigações. A grande vantagem nesta forma de medida decorre da própria essência da medida inibitória. Ao assim atuarmos, estaremos impedindo a ocorrência do ato ilícito, reduzindo a conflituosidade [...] e preservando a dignidade dos trabalhadores". (Tutela Inibitória - Instrumento eficaz na preservação da dignidade da pessoa humana e na erradicação do trabalho escravo e degradante". In Ação Coletiva na Visão de Juízes e Procuradores do Trabalho. São Paulo: Ltr. p. 151.) Feitas essas considerações, passa-se a apreciar o caso concreto. É de relevo notar que não foi apresentada impugnação específica no aspecto ora em exame, de modo que se tenha como verdade a situação narrada na inicial. Portanto, restou evidenciada a ausência de locais adequados, em terminais finais de ônibus e em pontos de espera, para os empregados da acionada - motoristas, cobradores, despachantes - satisfazerem suas necessidades fisiológicas ou beberem água potável. Consoante afirmei acima, a omissão do ente público não permite isentar o empregador de suas responsabilidades, mormente aquelas referentes à higiene, segurança e saúde no meio ambiente do trabalho. Com o devido respeito ao entendimento adotado, deflui dos autos que há evidente prestação laboral em condições indignas, não podendo ser considerados pontuais as diversas constatações nesse sentido. Assim, enquanto não instalados pelo Poder Público sanitários nos pontos referidos, de acordo com o estabelecido em norma específica, ainda que em caráter precário, cabe à empregadora, no caso a empresa ré, garantir aos seus empregados local apropriado à satisfação das necessidades fisiológicas, o que pode ocorrer com a instalação de banheiros químicos, separados por gênero e com a consequente e necessária manutenção. Deve, outrossim, colocar à disposição dos trabalhadores água que se possa beber. Nessa quadra, não há como absolver a empresa ré da responsabilidade aqui salientada, devendo ambos litisconsortes serem responsabilizados na fração. Dou provimento." O eminente Desembargador João Amílcar, doutro lado, considerou que efetivamente o pedido recursal envolvia ambos os Réus por conta da pretensão de solidariedade contida desde a exordial e nos fundamentos recursais, mas apenas delimitou que a responsabilidade deve ser exigida, nesse particular, em relação aos logradouros de domínio ou posse de cada qual, não se podendo assim exigir que o Distrito Federal responda pelos logradouros sob domínio ou posse da Viação Planeta, nem, doutro lado, que a empresa seja responsabilizada a construir em logradouros públicos de não detenha posse. Nesse particular, Relator e Revisora reformularam posição anterior para aderir ao voto médio do Exmo. Sr. Desembargador João Amílcar, cuja delimitação prevalece, embora a observada a responsabilização, nesse tema, repartida e não solidária. Provimento parcial. c) aquisição de veículos novos: Com relação à pretensão ministerial de exigência de aquisição de veículos novos, não percebo normativo capaz de resultar nessa obrigação, ainda que salutar, pelo que indefiro os pedidos correlatos. Nego provimento. d) responsabilidade do Distrito Federal: Ainda que se perceba o equívoco do Distrito Federal na adoção dos modelos de ônibus destinados ao serviço público coletivo de transporte de passageiros, há que se investigar se agiu o poder concedente fora de balizas legais para imputar-lhe responsabilidade pelos danos causados depois aos trabalhadores, assim motoristas e cobradores de ônibus, ante os ônibus adotados pela empresa concessionária e pelos demais aspectos do meio ambiente de trabalho relatado pelo Parquet. A responsabilização, mesmo do Estado, exige conduta antecedente apurável em razão de premissa estabelecida para agir ou deixar de agir a certo modo. Estabelecer a culpa, sem revelar onde residiria antes a obrigação de fazer de modo distinto, envolve criar depois a obrigação como modo de justificar o ato antecedente, quando ao Judiciário apenas se permite estabelecer a conduta pretérita como correta ou errada segundo a norma ou comando vigente à ocasião do fato ou do período e eventos analisados. Nesse particular, penso inadequadas as colocações ministeriais pertinentes a pretender ajustamento a conduta inexigível por lei ou ato normativo, ainda que razoável, porque o Poder Público não se pode obrigar a fazer algo não contido em norma própria. Doutro lado, emerge de certos atos normativos federais ou locais a inequívoca inobservância pelo Distrito Federal, resultando, disso, afronta

inquestionável ao meio ambiente de trabalho e à dignidade dos trabalhadores envolvidos, ainda que em menor extensão que aquela delineada na exordial. As circunstâncias fáticas descritas na exordial não são repulsadas pelo Distrito Federal em relação aos modelos de ônibus adotados no sistema nem assim em relação às instalações dos pontos de espera. Mas nem seria preciso esse efeito processual. Não é difícil perceber que os ônibus adotados no serviço, no período descrito pelo Parquet, são de precariedade incontestável, parecendo mais carrocerias montadas sobre chassis inadequados, muitas vezes para fazer frente a outros inconvenientes como as vias irregulares dos trajetos rodoviários ou a falta de pontos de ônibus adequados como aqueles existentes em várias cidades do mundo e em algumas do país, num desrespeito não apenas aos que labutam como motoristas ou cobradores, mas sobretudo aos usuários, os passageiros cada vez mais espremidos em veículos insuficientes para atender à demanda de modo respeitoso. Não é difícil perceber que tais ônibus, em cada troca de marcha, empreendem ruídos e vibrações excessivas, a denotar perfeita a percepção ministerial dos prejuízos causados à saúde dos trabalhadores envolvidos diretamente. Também não é difícil perceber a precariedade e abandono dos pontos de ônibus do Distrito Federal, alguns transformados em muros pichados, com assentos quebrados e sem qualquer informação ao usuário, outros em verdadeiras latrinas, lugar de desafogo de detritos humanos, num desrespeito a trabalhadores e usuários do sistema submetidos a mal cheiros e a locais insalubres por diversos motivos, quando se esperava, na Capital Federal, houvesse maior respeito ao brasileiro. Não tenho dúvidas de que a Brasília, onde nasci há quase meio século, é merecedora de transporte público muito diverso do que se tem oferecido ao longo dos anos. Os ônibus em pleno século XXI não se diferenciam muito daqueles que utilizei quando estudante, nos anos de 1970 e 1980. Parecem mais carroças, caminhões adaptados, do que os veículos que trafegam por capitais e cidades de diversos outros países. Há uma feiura no trânsito de Brasília e arredores a contaminar todo o planejamento que se diz feito antes e que descrevia a cidade como patrimônio da humanidade. Há um constante desrespeito aos que necessitam do transporte público e um desencorajamento a que haja o desapego ao transporte individual, como noutros países se propaga e se incentiva. Na nossa Capital Federal, podemos testemunhar, é vergonhoso e desrespeitoso o transporte público coletivo de passageiros, notadamente o empreendido por ônibus, longe do ideal de que todos, inclusive os que detêm melhores condições financeiras, também se sintam atraídos a usar um transporte digno e eficiente, porque não é rico o país em que cada um usa seu próprio carro, mas aquele em que todos tem orgulho de poder utilizar o transporte público coletivo. A nossa Capital Federal deveria ter transporte que nos orgulhasse a todos, como outras capitais do mundo, mas ao invés disso nossos concidadãos são maltratados pelas políticas públicas de políticos despreparados ou gananciosos, incapazes de estabelecer um programa consistente de melhoria. As malhas viárias não se integram, os veículos trafegam sujos e a toda hora quebram prejudicando o já caótico trânsito do Distrito Federal, a população é submetida a algo precário em contrapartida a passagens caras, os trabalhadores se veem reféns de usuários descontentes, sem poder oferecer algo condizente ao respeito merecido, e nisso tudo o sistema se vê num círculo vicioso e viciado, em que a ganância de alguns se sobrepõe à melhoria da qualidade de vida de milhões que usam ou que poderiam usar o transporte público coletivo local, na seara trabalhista a evidenciar problemas nas condições oferecidas para o trabalho digno e eficiente. Inicialmente, confesso, cheguei a concluir pela impossibilidade de responsabilizar o Distrito Federal à falta de norma legal ou obrigação anteriormente estipulada para alcançar a delimitação dos requisitos da concessão dos serviços empreendidos, mas, além dos parâmetros normativos indicados na exordial emendada, da qual não pode o juiz se furtar conhecer e aplicar, percebi ser outra a situação a reger o sistema rodoviário local. A falta de indicação pelas partes dos corretos normativos aplicáveis não pode, à luz do contorno fático-jurídico descrito pelas partes, inibir o juiz de julgar, porque se ninguém pode escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece (Lei de Introdução, artigo 3º), menos ainda pode assim o juiz se furtar a aplicar a norma legal incidente sob premissa de não expressamente invocada, sob pena de assim poder, por via indireta, contrariar preceito constitucional ou legal que restaria inaplicado quando antes deveria ser enaltecido. Se ao juiz é vedado julgar fora dos limites da lide, doutro lado assim expressa vedação apenas para conhecer as questões não suscitadas pelas partes que a lei exija destas a iniciativa de arguir (CPC, artigo 128), enquanto enaltece, sempre, que ao julgar a lide deve, antes e sobretudo, o juiz aplicar as normas legais (CPC, artigo 126, segunda parte). E as normas

293

existem. Por partes. O Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/1993 estipula ser o CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito o órgão normativo do sistema, regulamentando os preceitos legais contidos no referido Código (artigo 12, I e XI), inclusive de modo a reduzir a emissão de gases e ruídos (artigos 104 e 105, V), assim tendo editado a Resolução nº 316, de 08 de maio de 2009, que “Estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo de passageiros M2 e M3 (tipos micro-ônibus e ônibus) de fabricação nacional e estrangeira”, dispondo no respectivo artigo 9º que “O compartimento do sistema de propulsão, independentemente de sua localização, deve possuir isolamento termo/acústico.” Com efeito, se não há exigência normativa de que os motores sejam localizados de modo central ou traseiro, nem de que os ônibus sejam dotados de direção hidráulica e câmbio automático, ou que sejam equipados com aparelhos condicionadores de ar, doutro lado houve a expressa determinação pelo CONTRAN de que os ônibus destinados ao transporte público de passageiros tivessem seus motores, independentemente de sua localização, revestidos de isolamento térmico e acústico. Com relação aos bancos dos motoristas e passageiros há exigência ergonômica pelo Anexo IV da Resolução nº 316/2008 do CONTRAN, assim estipulando questões alusivas à ancoragem, distâncias mínimas entre bancos e uso de cintos de segurança para motoristas, mas também os ângulos necessários a permitir o devido apoio de torso e coxas nos assentos, além de proteção ao tranco do pescoço (aceitabilidade da cabeça), de modo a alcançar posição de conforto e de segurança. Noto, ainda, que o normativo descrito pela Resolução nº 316/2008 do CONTRAN já se encontrava, em similar medida, na então revogada Resolução nº 811/1996 do CONTRAN, especificamente nos artigos 3º, § 2º, e 6º, quanto aos assentos utilizáveis, e 7º, quanto à exigência do compartimento do motor, independentemente de sua localização, possuir isolamento termo-acústico. Doutro lado, com relação às instalações utilizadas por motoristas e cobradores de ônibus, percebe-se haver a Lei Local nº 4.226, de 24 de outubro de 2008, dispondo, no artigo 1º, que “Fica determinada a implantação de banheiros públicos nos logradouros públicos do Distrito Federal, como passagens subterrâneas de pedestres, paradas de ônibus, estações de metrô”, tendo sido fixado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação ocorrida em 29/10/2008, para o fiel cumprimento da lei pelo Governo do Distrito Federal. A par dos normativos referidos, nada fez o Distrito Federal no sentido de exigir, quando da concessão dos serviços públicos de transporte coletivo urbano de passageiros, o uso de veículos com motores com isolamento térmico e acústico, com bancos ergonômicos para motoristas e cobradores, nem ainda cuidou de cumprir o comando da própria lei local, deixando assim de dispor os pontos de ônibus, sobretudo aqueles que funcionam quase como terminais, como pontos de espera, de banheiros públicos para tais trabalhadores e ainda para os próprios usuários do sistema. As leis e atos normativos federais e a lei local foram ignoradas pelo Distrito Federal na licitação e na concessão do serviço, quando assim não poderia ser. Não se há, nesse particular, que confundir o ato de concessão com o de fiscalização do sistema. Os editais destinados à licitação de linhas são incumbência exclusiva do Distrito Federal e, por óbvio, deveriam observar os comandos normativos pertinentes aos requisitos a exigir dos candidatos à concessão, quanto aos veículos utilizáveis, ou, como no caso das instalações sanitárias exigíveis, já que instaláveis em logradouros públicos e assim sob sua direta responsabilidade, providenciar banheiros públicos, ainda que por contrapartida de sua implantação e manutenção pelos concessionários do sistema de transporte público coletivo de passageiros. Nesse particular, também cabe notar, a eventual antecedência do processo licitatório em relação aos normativos descritos não afastaria a responsabilidade do Distrito Federal de, como poder concedente, ajustar os contratos de concessão às normas de regência depois vigentes, conforme estabelece e determina a própria Lei de Concessões, no que seria despropositada qualquer justificativa de que à época da concessão não havia qualquer exigência quanto aos modelos de ônibus adotáveis. Aliás, essa justificativa sequer se permitiria em relação instalações de banheiros públicos, objeto de lei local cuja observância se afasta do próprio ato de concessão, ainda que se pudesse, como antes dito, aproveitar o momento para contrapartida dos concessionários quanto a eventual implantação e/ou manutenção de tais instalações públicas. Com efeito, a Administração Pública, ao agir, deve observar os comandos legais, vinculando-se aos preceitos normativos pertinentes, no que se distingue dos sujeitos em geral que podem fazer ou deixar de fazer algo se assim não se descreve em conduta exigida por lei, enquanto o Poder Público apenas pode agir segundo o comando legal. O reconhecimento da incapacidade de gestão

293

governamental não pode ser levado, neste Tribunal, ao ponto de estabelecer uma culpa administrativa indistinta do Poder Público por não adotar medida não exigida por lei ou que não se poderia antes antever, ainda que razoável que desde muito antes devesse o Governo instituir a substituição de toda uma frota inadequada por outra capaz de satisfazer as necessidades da população, com terminais e pontos de ônibus ou outros meios de transporte dignos, e assim também empreender medidas de dignidade aos trabalhadores envolvidos com o transporte de vidas. Contudo, também não se há que entender razoável justificativa governamental que descreva desconhecimento das normas aplicáveis, seja o ato normativo expedido pelo CONTRAN quanto aos requisitos dos ônibus de transporte urbano de passageiros, seja a lei local que exige a implantação de banheiros públicos em pontos de ônibus, assim também nos pontos declarados de espera dos trabalhadores das concessionárias de transporte público. A sensibilidade do magistrado não se pode transformar num ativismo desmensurado de substituição do administrador público nem na construção indireta do normativo antes inexistente, tanto mais quando a demanda sequer se coloca sob a premissa de constituir uma obrigação futura, mas na pretensão de condenação fundada em obrigação antecedente é que situo o ato omissivo condenável do Distrito Federal e assim, na inexorável perturbação havida do meio ambiente do trabalho, reconheço a sua culpa concorrente ou direta pelo dano moral coletivo ocorrido em relação aos trabalhadores envolvidos no transporte público coletivo urbano de passageiros do Distrito Federal. Louvo a preocupação do Ministério Público e compartilho de suas angústias, assim como as dos meus pares neste Tribunal, sempre sensibilizados com as expectativas de nossa Sociedade, que também somos todos nós, mas, com a devida vênia, não posso considerar uma premissa inexistente antes para estabelecer, sob o manto de Justiça, um desvio do Direito, responsabilizando alguém por algo a que antes não se obrigava, enquanto, doutro lado, com base nos comandos normativos antes existentes, delimito as responsabilidades, os danos causados e o modo de reparação em decorrência das obrigações que vislumbro descumpridas, ainda que as normas não tenham sido expressamente delineadas, porque a ninguém é dado desconhecer a lei, mais ainda aos agentes políticos do Estado, como legisladores, administradores públicos e magistrados. Não seria inapropriado que o Distrito Federal dispusesse de legislação a exigir do Poder Público local a observância de certos modelos de veículos a trafegar no serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, ou a menos a estabelecer uma diretriz mínima que se regulamentasse no sentido de atingir-se tal objetivo, como certas municipalidades já o fizeram. Na falta dessa norma desejada, contudo, nada mais pode haver que o lamentar judicial, sem invocar tal ausência como norte condenatório, substituindo a sentença a lei esperada. Mas, na falta dessa norma local, não poderia o Poder Público local, jamais, deixar de observar o ato normativo emanado do órgão regulador federal, o CONTRAN, relativo às exigências dos veículos, nem assim desconsiderar a norma legal específica emanada do Poder Legislativo local pertinente às condições sanitárias, sendo esse o marco suficiente a estabelecer, nos limites postos na lide, a responsabilidade, ainda que parcial e modulada, do Distrito Federal. Neste particular, declaro, nesses limites, a culpa do Distrito Federal, como poder concedente, pelos vícios perpetrados no sistema de transporte público coletivo urbano de passageiros a prejudicar o meio ambiente do trabalho de motoristas e cobradores da empresa concessionária, ao longo de décadas, com ônibus inadequados ao longo de décadas, causando diversos acidentes de trabalho mediante doenças adquiridas em razão do ambiente de trabalho inadequado, assim como pela inobservância de normativo local pertinente à exigência de instalações sanitárias aos trabalhadores (e usuários) do sistema de transporte, ferindo a dignidade humana, reconhecendo o dano moral coletivo e a obrigações específicas de fazer. Dou provimento ao apelo ministerial declarar a responsabilidade do Distrito Federal por danos morais coletivos. e) indenização por danos morais coletivos: A primeira Ré pediu a redução da indenização fixada na origem em R\$ 400.000,00. O Ministério Público pediu a elevação da reparação atribuída à primeira Ré para R\$ 10.000.000,00, mais a condenação do Distrito Federal no mesmo valor. Como a culpa do Poder Público emerge da falta de exigência editalícia quanto aos modelos de ônibus a serem utilizados no sistema e a da empresa Ré na própria aquisição e uso de veículos inadequados, ante o normativo do CONTRAN, não encontro justificativa para apenar em maior grau o Distrito Federal que a empresa Ré. De todo modo, na linha que tem sido empreendida por esta egrégia Segunda Turma Regional, penso deve a indenização por dano moral coletivo ser repassada não ao fundo indicado na exordial, mas à gestão judicial em

favor de entidade a ser nomeada pelo Ministério Público, de entidade beneficente e com objetivos sociais afinados com a recuperação ou a assistência a trabalhadores ou a portadores de necessidades especiais como aquelas adquiridas pelas doenças profissionais indicadas na exordial. Nesse ensejo, aliás, percebo igualmente que várias das obrigações de fazer pretendidas na exordial se situavam no âmbito específico de atuação da empresa concessionária e não do Poder Público, quando muito se podendo determinar buscasse a implementação das medidas referidas, mas, no particular, o acordo realizado entre o Parquet e a empresa concessionária assentou as obrigações pertinentes como realizáveis pela referida Ré em prazo certo, sob pena de multas, ficando a cargo do MM. Juízo de origem a execução pertinente, não encontrando, assim, campo para delimitar igual obrigação ao Distrito Federal, nem para, sequer, atuar na posição resguardada ao Judiciário de aferir o cumprimento do acordado. No entanto, percebo que, dentre as obrigações de fazer delineadas na exordial, houve o silêncio quanto à disponibilização, nos pontos de espera, de instalações sanitárias separadas por sexo, inclusive com disponibilização de ponto de água potável, aspecto que se percebe efetivamente inserida na atribuição do Distrito Federal, à conta da Lei Local nº 4.226/2008-DF, ainda que para sua implantação e manutenção possa o Poder Público ajustar custeio pelas concessionárias ao invés do seu orçamento geral, justificativa que permite, inclusive, delinear busque o Poder Público o ajustamento imediato ao contido na norma legal referida, assim cumprindo o próprio prazo já antes fixado na lei descrita e ainda agora inobservado. Com relação à pretensão ministerial de obrigar o Distrito Federal a exigir da concessionária o uso de ônibus com aparelho condicionador de ar, motor traseiro, câmbio automático, a multa pública, não percebo normativo capaz de resultar nessa obrigação, ainda que indefinida, os pedidos correlatos. Por efeito dos limites e modulações parte ao apelo ministerial, para assim julgar parcialmente procedente de modo a condenar: a) o Distrito Federal a (1) pagar indenização por danos morais coletivos no importe de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em favor de fundo a ser gerido pelo MM. Juízo de origem em prol de instituição beneficente de modo adequado, conforme indicações a serem efetivadas pelo Ministério Público do Trabalho, sobretudo observando objetivo social coligado à recuperação ou à assistência a portadores de necessidades especiais como as decorrentes dos danos causados; (2) fazer a instalação e manutenção, em todos os pontos de espera de banheiros públicos, com instalações sanitárias separadas por sexo, de ponto de água potável, no prazo de 60 (seenta) dias, a partir da intimação, insisto em julgado desta decisão, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser destinado a fundo específico a ser gerido pelo MM. Juízo de origem e pelo Parquet para a realização direta do fim colimado, restando dos demais pedidos absolvido. b) a primeira Ré a pagar indenização por danos morais coletivos no importe de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em favor de fundo a ser gerido pelo MM. Juízo de origem em prol de instituição beneficente capaz de utilizá-lo de modo adequado, conforme indicações a serem efetivadas pelo Ministério Público do Trabalho, sobretudo observando objetivo social coligado à capacitação de trabalhadores ou à assistência a portadores de necessidades especiais como as decorrentes dos danos causados. CONTUDO, RESTEI, COM A EXMA. SRA. DESEMBARGADORA REVISORA, VENCIDO EM PARTE NESTE TÓPICO, QUANTO AO VALOR DA INDENIZAÇÃO, PREVALECENDO A DIVERGÊNCIA DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR BRASILINO SANTOS RAMOS, ACOMPANHADO NO TÓPICO PELOS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MÁRIO CARON E JOÃO AMÍLCAR PAVAN (DESEMPATE), CABENDO NOTAR QUE O EXMO. SR. DESEMBARGADOR BRASILINO SANTOS RAMOS ADOTOU A PROPOSIÇÃO DE VALOR DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR MÁRIO CARON: "Não percebo violação do princípio da isonomia o requerimento de condenação da empresa-ré e do Distrito Federal em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). À luz do art. 5º, inc. XLV, da Constituição Federal, aqui invocado ainda que por analogia, a responsabilidade deve ser individual, isto é, nos limites da culpabilidade própria. Dentro desse postulado, é, portanto, possível impor sanções e restrições de ordem jurídica na dimensão do estritamente pessoal do infrator. A pretensão ministerial, no particular, tem por fim reprimir e prevenir o acontecimento de velhos e novos ilícitos praticados pelo Distrito Federal, o qual teria inobservado diretrizes constitucionais e legais atinentes ao trabalho, assim como relacionadas ao meio ambiente de trabalho. Nesse campo, assim, enfatiza-se a imposição de

294

medidas preventivas, relevando-se, em tal contexto, a importância da tutela inibitória como mecanismo eficaz para impedir a lesão a direito material ou, ao menos, minorar seus efeitos. É assaz salutar lembrar que uma das medidas de maior impacto pedida na inicial diz respeito à instalação de logradouros públicos, fato imputável, sem sombra de dúvidas, ao ente público. Em tal quadrante, encontra-se agasalho à tese de imposição de sanção pecuniária superior à Administração Pública nas próprias judiciosas considerações apresentadas no voto de dissenso. Bem por isso e com a finalidade de evitar-me ser repetitivo, peço escusas para reproduzir seus fundamentos: "A responsabilização, mesmo do Estado, exige conduta antecedente apurável em razão de premissa estabelecida para agir ou deixar de agir a certo modo. Estabelecer a culpa, sem revelar onde residiria antes a obrigação de fazer de modo distinto, envolve criar depois a obrigação como modo de justificar o ato antecedente, quando ao Judiciário apenas se permite estabelecer a conduta pretérita como correta ou errada segundo a norma ou comando vigente à ocasião do fato ou do período e eventos analisados. Nesse particular, penso inadequadas as colocações ministeriais pertinentes a pretender ajustamento a conduta inexigível por lei ou ato normativo, ainda que razoável, porque o Poder Público não se pode obrigar a fazer algo não contido em norma própria. Doutro lado, emerge de certos atos normativos federais ou locais a inequívoca inobservância pelo Distrito Federal, resultando, disso, afronta inquestionável ao meio ambiente de trabalho e à dignidade dos trabalhadores envolvidos, ainda que em menor extensão que aquela delineada na exordial. As circunstâncias fáticas descritas na exordial não são repulsadas pelo Distrito Federal em relação aos modelos de ônibus adotados no sistema nem assim em relação às instalações dos pontos de espera. Mas nem seria preciso esse efeito processual. Não é difícil perceber que os ônibus adotados no serviço, no período descrito pelo Parquet, são de precariedade incontestável, parecendo mais carrocerias montadas sobre chassis inadequados, muitas vezes para fazer frente a outros inconvenientes como as vias irregulares dos trajetos rodoviários ou a falta de pontos de ônibus adequados como aqueles existentes em várias cidades do mundo e em algumas do país, num desrespeito não apenas aos que labutam como motoristas ou cobradores, mas sobretudo aos usuários, os passageiros cada vez mais espremidos em veículos insuficientes para atender à demanda de modo respeitoso. Não é difícil perceber que tais ônibus, em cada troca de marcha, empreendem ruídos e vibrações excessivas, a denotar perfeita a percepção ministerial dos prejuízos causados à saúde dos trabalhadores envolvidos diretamente. Também não é difícil perceber a precariedade e abandono dos pontos de ônibus do Distrito Federal, alguns transformados em muros pichados, com assentos quebrados e sem qualquer informação ao usuário, outros em verdadeiras latrinas, lugar de desafogo de detritos humanos, num desrespeito a trabalhadores e usuários do sistema submetidos a mal cheiros e a locais insalubres por diversos motivos, quando se esperava, na Capital Federal, houvesse maior respeito ao brasileiro. Não tenho dúvidas de que a Brasília, onde nasci há quase meio século, é merecedora de transporte público muito diverso do que se tem oferecido ao longo dos anos. Os ônibus em pleno século XXI não se diferenciam muito daqueles que utilizei quando estudante, nos anos de 1970 e 1980. Parecem mais carroças, caminhões adaptados, do que os veículos que trafegam por capitais e cidades de diversos outros países. Há uma feiura no trânsito de Brasília e arredores a contaminar todo o planejamento que se diz feito antes e que descrevia a cidade como patrimônio da humanidade. Há um constante desrespeito aos que necessitam do transporte público e um desencorajamento a que haja o desapego ao transporte individual, como noutros países se propaga e se incentiva. Na nossa Capital Federal, podemos testemunhar, é vergonhoso e desrespeitoso o transporte público coletivo de passageiros, notadamente o empreendido por ônibus, longe do ideal de que todos, inclusive os que detêm melhores condições financeiras, também se sintam atraídos a usar um transporte digno e eficiente, porque não é rico o país em que cada um usa seu próprio carro, mas aquele em que todos tem orgulho de poder utilizar o transporte público coletivo. A nossa Capital Federal deveria ter transporte que nos orgulhasse a todos, como outras capitais do mundo, mas ao invés disso nossos concidadãos são maltratados pelas políticas públicas de políticos despreparados ou gananciosos, incapazes de estabelecer um programa consistente de melhoria. As malhas viárias não se integram, os veículos trafegam sujos e a toda hora quebram prejudicando o já caótico trânsito do Distrito Federal, a população é submetida a algo precário em contrapartida a passagens caras, os trabalhadores se vêm reféns de usuários descontentes, sem poder oferecer algo condizente ao respeito merecido, e nisso tudo o sistema se vê num

295

círculo vicioso e viciado, em que a ganância de alguns se sobrepõe à melhoria da qualidade de vida de milhões que usam ou que poderiam usar o transporte público coletivo local, na seara trabalhista a evidenciar problemas nas condições oferecidas para o trabalho digno e eficiente. Inicialmente, confesso, cheguei a concluir pela impossibilidade de responsabilizar o Distrito Federal à falta de norma legal ou obrigação anteriormente estipulada para alcançar a delimitação dos requisitos da concessão dos serviços empreendidos, mas, além dos parâmetros normativos indicados na exordial emendada, da qual não pode o juiz se furtar conhecer e aplicar, percebi ser outra a situação a reger o sistema rodoviário local. A falta de indicação pelas partes dos corretos normativos aplicáveis não pode, à luz do contorno fático-jurídico descrito pelas partes, inibir o juiz de julgar, porque se ninguém pode escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece (Lei de Introdução, artigo 3º), menos ainda pode assim o juiz se furtar a aplicar a norma legal incidente sob premissa de não expressamente invocada, sob pena de assim poder, por via indireta, contrariar preceito constitucional ou legal que restaria inaplicado quando antes deveria ser enaltecido. Se ao juiz é vedado julgar fora dos limites da lide, doutro lado assim expressa vedação apenas para conhecer as questões não suscitadas pelas partes que a lei exija destas a iniciativa de arguir (CPC, artigo 128), enquanto enaltece, sempre, que ao julgar a lide deve, antes e sobretudo, o juiz aplicar as normas legais (CPC, artigo 126, segunda parte). E as normas existem. Por partes. O Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/1993 estipula ser o CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito o órgão normativo do sistema, regulamentando os preceitos legais contidos no referido Código (artigo 12, I e XI), inclusive de modo a reduzir a emissão de gases e ruídos (artigos 104 e 105, V), assim tendo editado a Resolução nº 316, de 08 de maio de 2009, que “Estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo de passageiros M2 e M3 (tipos micro-ônibus e ônibus) de fabricação nacional e estrangeira”, dispondo no respectivo artigo 9º que “O compartimento do sistema de propulsão, independentemente de sua localização, deve possuir isolamento termo/acústico.” Com efeito, se não há exigência normativa de que os motores sejam localizados de modo central ou traseiro, nem de que os ônibus sejam dotados de direção hidráulica e câmbio automático, ou que sejam equipados com aparelhos condicionadores de ar, doutro lado houve a expressa determinação pelo CONTRAN de que os ônibus destinados ao transporte público de passageiros tivessem seus motores, independentemente de sua localização, revestidos de isolamento térmico e acústico. Com relação aos bancos dos motoristas e passageiros há exigência ergonômica pelo Anexo IV da Resolução nº 316/2008 do CONTRAN, assim estipulando questões alusivas à ancoragem, distâncias mínimas entre bancos e uso de cintos de segurança para motoristas, mas também os ângulos necessários a permitir o devido apoio de torso e coxas nos assentos, além de proteção ao tranco do pescoço (aceitabilidade da cabeça), de modo a alcançar posição de conforto e de segurança. Noto, ainda, que o normativo descrito pela Resolução nº 316/2008 do CONTRAN já se encontrava, em similar medida, na então revogada Resolução nº 811/1996 do CONTRAN, especificamente nos artigos 3º, § 2º, e 6º, quanto aos assentos utilizáveis, e 7º, quanto à exigência do compartimento do motor, independentemente de sua localização, possuir isolamento termoacústico. Doutro lado, com relação às instalações utilizadas por motoristas e cobradores de ônibus, percebe-se haver a Lei Local nº 4.226, de 24 de outubro de 2008, dispondo, no artigo 1º, que “Fica determinada a implantação de banheiros públicos nos logradouros públicos do Distrito Federal, como passagens subterrâneas de pedestres, paradas de ônibus, estações de metrô”, tendo sido fixado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação ocorrida em 29/10/2008, para o fiel cumprimento da lei pelo Governo do Distrito Federal. A par dos normativos referidos, nada fez o Distrito Federal no sentido de exigir, quando da concessão dos serviços públicos de transporte coletivo urbano de passageiros, o uso de veículos com motores com isolamento térmico e acústico, com bancos ergonômicos para motoristas e cobradores, nem ainda cuidou de cumprir o comando da própria lei local, deixando assim de dispor os pontos de ônibus, sobretudo aqueles que funcionam quase como terminais, como pontos de espera, de banheiros públicos para tais trabalhadores e ainda para os próprios usuários do sistema. As leis e atos normativos federais e a lei local foram ignoradas pelo Distrito Federal na licitação e na concessão do serviço, quando assim não poderia ser. Não se há, nesse particular, que confundir o ato de concessão com o de fiscalização do sistema. Os editais destinados à licitação de linhas são incumbência exclusiva do Distrito Federal e, por óbvio, deveriam observar os comandos normativos pertinentes aos requisitos a exigir dos

296

candidatos à concessão, quanto aos veículos utilizáveis, ou, como no caso das instalações sanitárias exigíveis, já que instaláveis em logradouros públicos e assim sob sua direta responsabilidade, providenciar banheiros públicos, ainda que por contrapartida de sua implantação e manutenção pelos concessionários do sistema de transporte público coletivo de passageiros. Nesse particular, também cabe notar, a eventual antecedência do processo licitatório em relação aos normativos descritos não afastaria a responsabilidade do Distrito Federal de, como poder concedente, ajustar os contratos de concessão às normas de regência depois vigentes, conforme estabelece e determina a própria Lei de Concessões, no que seria despropositada qualquer justificativa de que à época da concessão não havia qualquer exigência quanto aos modelos de ônibus adotáveis. Aliás, essa justificativa sequer se permitiria em relação instalações de banheiros públicos, objeto de lei local cuja observância se afasta do próprio ato de concessão, ainda que se pudesse, como antes dito, aproveitar o momento para contrapartida dos concessionários quanto a eventual implantação e/ou manutenção de tais instalações públicas. Com efeito, a Administração Pública, ao agir, deve observar os comandos legais, vinculando-se aos preceitos normativos pertinentes, no que se distingue dos sujeitos em geral que podem fazer ou deixar de fazer algo se assim não se descreve em conduta exigida por lei, enquanto o Poder Público apenas pode agir segundo o comando legal. O reconhecimento da incapacidade de gestão governamental não pode ser levado, neste Tribunal, ao ponto de estabelecer uma culpa administrativa indistinta do Poder Público por não adotar medida não exigida por lei ou que não se poderia antes antever, ainda que razoável que desde muito antes devesse o Governo instituir a substituição de toda uma frota inadequada por outra capaz de satisfazer as necessidades da população, com terminais e pontos de ônibus ou outros meios de transporte dignos, e assim também empreender medidas de dignidade aos trabalhadores envolvidos com o transporte de vidas. Contudo, também não se há que entender razoável justificativa governamental que descreva desconhecimento das normas aplicáveis, seja o ato normativo expedido pelo CONTRAN quanto aos requisitos dos ônibus de transporte urbano de passageiros, seja a lei local que exige a implantação de banheiros públicos em pontos de ônibus, assim também nos pontos declarados de espera dos trabalhadores das concessionárias de transporte público. A sensibilidade do magistrado não se pode transformar num ativismo desmensurado de substituição do administrador público nem na construção indireta do normativo antes inexistente, tanto mais quando a demanda sequer se coloca sob a premissa de constituir uma obrigação futura, mas na pretensão de condenação fundada em obrigação antecedente é que situo o ato omissivo condenável do Distrito Federal e assim, na inexorável perturbação havida do meio ambiente do trabalho, reconheço a sua culpa concorrente ou direta pelo dano moral coletivo ocorrido em relação aos trabalhadores envolvidos no transporte público coletivo urbano de passageiros do Distrito Federal. Louvo a preocupação do Ministério Público e compartilho de suas angústias, assim como as dos meus pares neste Tribunal, sempre sensibilizados com as expectativas de nossa Sociedade, que também somos todos nós, mas, com a devida vênia, não posso considerar uma premissa inexistente antes para estabelecer, sob o manto de Justiça, um desvio do Direito, responsabilizando alguém por algo a que antes não se obrigava, enquanto, doutro lado, com base nos comandos normativos antes existentes, delimito as responsabilidades, os danos causados e o modo de reparação em decorrência das obrigações que vislumbro descumpridas, ainda que as normas não tenham sido expressamente delineadas, porque a ninguém é dado desconhecer a lei, mais ainda aos agentes políticos do Estado, como legisladores, administradores públicos e magistrados. Não seria inapropriado que o Distrito Federal dispusesse de legislação a exigir do Poder Público local a observância de certos modelos de veículos a trafegar no serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, ou a menos a estabelecer uma diretriz mínima que se regulamentasse no sentido de atingir-se tal objetivo, como certas municipalidades já o fizeram. Na falta dessa norma desejada, contudo, nada mais pode haver que o lamentar judicial, sem invocar tal ausência como norte condenatório, substituindo a sentença a lei esperada. Mas, na falta dessa norma local, não poderia o Poder Público local, jamais, deixar de observar o ato normativo emanado do órgão regulador federal, o CONTRAN, relativo às exigências dos veículos, nem assim desconsiderar a norma legal específica emanada do Poder Legislativo local pertinente às condições sanitárias, sendo esse o marco suficiente a estabelecer, nos limites postos na lide, a responsabilidade, ainda que parcial e modulada, do Distrito Federal. Neste particular, declaro, nesses limites, a culpa do Distrito Federal, como

299

poder concedente, pelos vícios perpetrados no sistema de transporte público coletivo urbano de passageiros a prejudicar o meio ambiente do trabalho de motoristas e cobradores da empresa concessionária, ao longo de décadas, com ônibus inadequados ao longo de décadas, causando diversos acidentes de trabalho mediante doenças adquiridas em razão do ambiente de trabalho inadequado, assim como pela inobservância de normativo local pertinente à exigência de instalações sanitárias aos trabalhadores (e usuários) do sistema de transporte, ferindo a dignidade humana, reconhecendo o dano moral coletivo e a obrigações específicas de fazer". Não olvido, também, que há várias obrigações de fazer descumpridas pela concessionária, como a citada acima, isto é, disponibilização, nos pontos de espera, de instalações sanitárias separadas por sexo, inclusive com pontos de água potável, além da adequação do ambiente de trabalho de modo a não causar dano auditivo aos motoristas e cobradores. Saliento que, nestes autos, não se percebe que as partes entabularam algum acordo. Por esse viés, portanto, e ancorado na máxima albergada pelo princípio da isonomia, de tratar desigualmente os desiguais na medida das suas desigualdades, acredito se possa imputar a mesma quantia às partes. E penso que o importe deva ser superior àquele indicado no voto condutor. Na linha do raciocínio aqui apresentado e tendo em conta os judiciosos fundamentos do Exmo. Desembargador Alexandre Nery e do Exmo. Desembargador Mário Caron, arbitro à condenação o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) a cada parte ré. Quanto à destinação da indenização por dano moral coletivo, diviso ser correto em determinar-se que o importe seja dirigido em favor de fundo a ser gerido pelo MM. Juízo de origem em prol de instituição beneficente capaz de utilizá-lo de modo adequado e em decorrência de indicações a serem efetivadas pelo Ministério Público do Trabalho. Assinalo que a multa coercitiva não tem a finalidade de reparar perdas e danos, mas garantir a eficácia da tutela jurisdicional, coagindo o réu a cumprir a ordem judicial. Por outro lado, lesão dessa ordem autoriza o ordenamento jurídico que os recursos imputados sejam utilizados na reconstituição, reparação e preservação dos bens lesados no próprio local onde o dano tiver ocorrido, podendo ser destinados a fundos protetores de clientela específicas (idoso, criança, adolescente, deficientes etc) ou a entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, por meio de doações em espécie ou in natura, sujeitas à prestação de contas. Observo que, na forma prevista no art. 13 da Lei nº 7.347/1985, a condenação pecuniária será revertida a um fundo, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados. É pertinente extrair do referido texto que não necessariamente essa destinação deva ser feita ao FAT, pontuando-se a tendência jurisprudencial em não mais remeter esses valores para esse Fundo. Isso tendo em conta que as quantias para ali recolhidas não têm sido aplicadas conforme previsto no mencionado art. 13. Provejo, pois, em parte o recurso nessa fração." f) antecipação dos efeitos da tutela: Consoante reformulação ocorrida em sessão de julgamento (07/05/2014), adotei os fundamentos da eminente Revisora, sob a premissa de que a antecipação de tutela permite descrever efeitos imediatos e plenos à sentença, e assim ao acórdão do Tribunal, sem as discussões que poderiam permear a eficácia contida das decisões pelo mero efeito devolutivo próprio dos recursos trabalhistas, dada a executividade apenas provisória, enquanto a antecipação de tutela empresta à decisão, ainda que pendente de recurso, próprio à que decorre da execução definitiva, ainda quando sujeita, por óbvio, à possibilidade de reversão de resultados obtidos. Com esses acréscimos, transcrevo, inclusive porque delimitadores da liminar assim deferida em antecipação de tutela, os doutos FUNDAMENTOS DA EMINENTE DESEMBARGADORA REVISORA ELKE DORIS JUST: "O provimento buscado deve ser eficaz. Foram deferidos pedidos com obrigação de fazer e que se referem à saúde do trabalhador. Para que não se diga dos impedimentos no que se refere à Administração Pública, considero que nada impede o cumprimento das obrigações pelo ente privado. Por isso, considero imprescindível a fixação de prazo para cumprimento do comando judicial quanto às obrigações de fazer impostas à 1ª Reclamada (Viação Planeta Ltda.), prazo com o curso iniciado com a prolação do acórdão. Sugiro 120 dias, sob pena de aplicação de multa, sob os mesmos parâmetros estabelecidos na sentença, os quais também adoto: 'Em caso de descumprimento, incidirá multa de 'R\$ 5.000.00 por dia para as obrigações constantes nas letras 'a', 'b' e 'c' de fls. 124/125. No tocante às letras 'd' e 'e' de fl. 125 e letra 'h' de fl. 126, a multa cominada por descumprimento será de R\$ 1.000.00 por empregado não submetido à avaliação audiométrica, não afastado na situação descrita na letra 'e' ou quando constatada situação que exija o uso de EPI e não houver o fornecimento respectivo. Quanto à letra 'f'.

incidirá a multa diária de R\$ 1.000,00 por veículo irregular. Por fim, quanto à letra 'g', fica estabelecida a multa diária de R\$ 5.000,00 em caso de não cumprimento.' Se assim não for, o provimento será ineficaz até o 'trânsito em julgado', o que poderá ocorrer dentro de vinte anos. Na forma das noções processuais, a decisão judicial é eficaz e cabe aos tribunais conferir a esperada eficácia. Assim, provejo o recurso do Ministério Público, também no particular, para deferir a antecipação de tutela e determinar o cumprimento das obrigações de fazer no prazo de 120 dias contados da publicação do acórdão, sob pena de aplicação da multa ora estabelecida." A C Ó R D Ã O:

Acórdão

ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer ambos os recursos e, no mérito, por maioria, negar provimento ao recurso da empresa Ré, vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Relator e Revisora que proviam o apelo no tópico da adequação dos veículos da frota, e, por maioria, dar parcial provimento ao recurso do Ministério Público do Trabalho, vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Relator e Revisora quanto ao valor da indenização por danos morais e vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Caron no tópico da precariedade dos terminais quanto à responsabilidade solidária da empresa e do Distrito Federal pelos terminais e pontos de espera, prevalecendo o voto médio do Exmo. Sr. Desembargador João Amílcar Pavan pelas responsabilidades isoladas conforme o domínio ou posse dos terminais e pontos de espera, sendo deferida, ainda, por unanimidade, a liminar de antecipação de tutela, conforme voto da Exma. Sra. Desembargadora Revisora Elke Doris Just, no mais prevalecendo o voto do Exmo. Sr. Desembargador Relator Alexandre Nery de Oliveira, mantido Redator para o acórdão; valor arbitrado à condenação majorado para R\$ 10.000.000,00, com custas de lei pelos Réus, isento o Distrito Federal, na forma legal. Ementa aprovada. Brasília/DF, 21 de agosto de 2014. (data da conclusão do julgamento) ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA Desembargador Relator

Certidão(ões)

Órgão
Julgador: 2ª Turma

4ª Sessão Extraordinária do dia 21/08/2014

Presidente: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Relator: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Composição:

Desembargador JOÃO AMÍLCAR	Presente NORMAL
Desembargadora ELKE DORIS JUST	Presente NORMAL
Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON	Ausente FERIAS
Desembargador BRASILINO SANTOS RAMOS	Ausente FERIAS

aprovar o relatório, conhecer ambos os recursos e, no mérito, por maioria, negar provimento ao recurso da empresa Ré, vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Relator e Revisora que proviam o apelo no tópico da adequação dos veículos da frota, e, por maioria, dar parcial provimento ao recurso do Ministério Público do Trabalho, vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Relator e Revisora quanto ao valor da indenização por danos morais e vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Caron no tópico da precariedade dos terminais quanto à responsabilidade solidária da empresa e do Distrito Federal pelos terminais e pontos de espera, prevalecendo o voto médio do Exmo. Sr. Desembargador João Amílcar Pavan pelas responsabilidades isoladas conforme o domínio ou posse dos terminais e pontos de espera, sendo deferida, ainda, por unanimidade, a liminar de antecipação de tutela, conforme voto da Exma. Sra.

299

Desembargadora Revisora Elke Doris Just. no mais prevalecendo o voto do Exmo. Sr. Desembargador Relator Alexandre Nery de Oliveira, mantido Redator para o acórdão: valor arbitrado à condenação majorado para R\$ 10.000.000,00, com custas de lei pelos Réus. isento o Distrito Federal, na forma legal. Ementa aprovada. Obs.: Voto de desempate proferido pelo Desembargador João Amílcar na forma da Emenda Regimental nº 26/2012. Os Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Macedo F. Caron proferiram votos na sessão do dia 09.07.2014.

Órgão
Julgador: 2ª Turma

19ª Sessão Ordinária do dia 09/07/2014

Presidente: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Relator: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Composição:

Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON	Presente NORMAL
Desembargador BRASILINO SANTOS RAMOS	Presente NORMAL
Desembargadora ELKE DORIS JUST	Presente NORMAL
Desembargador JOÃO AMÍLCAR	Ausente FERIAS

preliminarmente indeferir o pedido de fls.6040/41. Após voto de vista dos Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Macedo F. Caron divergindo em parte do Relator e Revisora, tendo sido constatado empate nos temas: adequação dos veículos, tema em que os votos divergentes dão provimento ao recurso; precariedade dos terminais, tema em que os votos divergentes são pela condenação também da empresa ré além do Distrito Federal; e no valor das indenizações por danos morais coletivo em que a divergência é para que seja fixado o valor de R\$ 10 milhões a cargo do DF e R\$ 10 milhões a ser suportado pela empresa ré. Adiar o julgamento do presente processo em virtude de ter ocorrido empate, ficando designado para proferir voto de desempate o Desembargador João Amílcar, na forma da Emenda Regimental nº 26/2012.

Órgão
Julgador: 2ª Turma

11ª Sessão Ordinária do dia 07/05/2014

Presidente: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Relator: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Composição:

Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON	Presente NORMAL
Desembargador BRASILINO SANTOS RAMOS	Presente NORMAL
Desembargadora ELKE DORIS JUST	Presente NORMAL
Desembargador JOÃO AMÍLCAR	Ausente JUSTIFICADA

aprovar o relatório, proferiram votos os Desembargadores Relator e Revisora no sentido de conhecer os recursos e, no mérito, dar-lhes parcial provimento, com custas pela Empresa Ré, fixadas em R\$ 20.000,00, calculadas sobre R\$ 1.000.000,00 e isento, na forma legal, o Distrito Federal. Adiar o julgamento do presente processo em virtude do pedido de vista regimental sucessiva dos Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Macedo F. Caron. Obs.: O Desembargador Relator acolheu a divergência manifestada pela Revisora quanto a antecipação de tutela.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

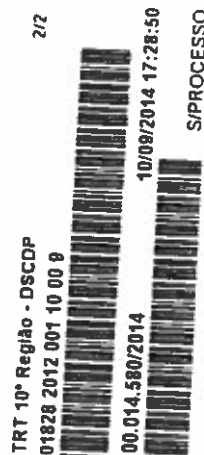
EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEEMBARGADORES DA EGRÉGIA
SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª
REGIÃO.

301

REF.: PROCESSO N.º 01828.2012.001.10.00.9.RO

EMBARGANTE: DISTRITO FEDERAL

EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



O **DISTRITO FEDERAL**, já qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio do seu Procurador subscritor da presente, vem respeitosamente à presença de V. Exa., ante os termos da sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos formulados pelo autor, vem apresentar os presentes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

com base no artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o inciso III do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 779/69, com o artigo 535 do Código de Processo Civil e com a Súmula 297 do TST, fazendo-o de acordo com os fundamentos que passa a aduzir.



I. DA TEMPESTIVIDADE

O acórdão foi disponibilizado no DJE do dia 5 de setembro de 2014, sexta-feira, o que permitiu a fluência do prazo recursal a partir de 9 de setembro de 2014, terça-feira, nos termos dos §§3º e 4º do artigo 4º da Lei n.º 11.419/2006.

Assim, computando-se o prazo em dobro para recorrer do qual dispõe a Fazenda Pública, é de se concluir que se afigura plenamente tempestivo o presente recurso protocolizado nesta data, já que o termo *ad quem* recairá no dia 18 de setembro de 2014.

II. DAS RAZÕES RECURSAIS

O objetivo do manejo destes embargos declaratórios é o prequestionamento da matéria legal que, em que pese alegada em sede de contrarrazões pelo Distrito Federal, não foi objeto de debate por esta Egrégia Turma.

Tal medida encontra respaldo na Súmula 297 do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, segundo a qual:

"PREQUESTIONAMENTO. OPORTUNIDADE.
CONFIGURAÇÃO (nova redação) - Res. 121/2003, DJ
19, 20 e 21.11.2003

I. Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito.

II. Incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão.

III. Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração."

Como se vê, os embargos declaratórios são o



303

instrumento hábil para provocar o Tribunal no sentido de prequestionar a matéria legal e constitucional que almeja o recorrente ver discutida pela Corte Trabalhista.

É que, com o devido respeito, esta Douta Turma não agiu com o costumeiro acerto ao prolatar o acórdão ora objeto de embargos de declaração.

Foi alegado nas contrarrazões apresentadas pelo Distrito Federal que a sentença recorrida havia decidido com acerto ao julgar improcedente o pedido em face do ente público reclamado. Aplicando o princípio da eventualidade, o Distrito Federal suscitou diversas razões que acarretariam na extinção do processo sem resolução do mérito, na eventual hipótese de o mérito do recurso do MPT ser examinado, todavia este Egrégio Tribunal, com o devido respeito, não se manifestou sobre toda a matéria alegada pelo Distrito Federal.

Expliquemos melhor:

2.1 Das omissões do acórdão quanto às preliminares

Quando das contrarrazões ao recurso ordinário, o Distrito Federal suscitou inúmeras preliminares, mas nenhuma dela foi enfrentada e repelida por este Juízo.

O Distrito Federal alegou que era parte ilegítima em decorrência do fato de ser atribuição exclusiva da União, por meio dos auditores-fiscais do trabalho, fiscalizar o meio ambiente do trabalho.

Para embasar a sua tese, foi transcrito o artigo 626 da CLT que dispõe sobre o tema, bem como consignou-se a imperatividade do inciso I do artigo 11 da Lei n.º 10.593/02. Em ambos os dispositivos está evidente que é atribuição exclusiva da União, por meio do auditor-fiscal do trabalho, *“o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego”*.

Ocorre que, com o devido respeito, esta Egrégia Turma **não enfrentou o tema em momento algum na sentença**, limitando-se a rejeitar a limitar, mas **sem apresentar qualquer argumentação jurídica** quanto ao ponto.

Em outro dizer, não foi feito qualquer juízo hermenêutico em relação aos dispositivos em comento, simplesmente foi negada a vigência a eles sem qualquer pronunciamento nesse sentido.

Além disso, foi alegada a ilegitimidade passiva do Distrito Federal também em decorrência do fato de ser o DFTRANS, nos termos da Lei Distrital n.º 241/92, o ente autônomo responsável por gerir, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços de transporte coletivo.

Também quanto a este aspecto não há menção, no acórdão, que tenha por objeto a análise do Diploma Normativo em comento. Isto é, mencionada não foi objeto de debate por esta Egrégia Turma Julgadora.

Além disso, o Distrito Federal alegou também que não poderia ser responsabilizado em face do que dispõem o §1º do artigo 71 da Lei n. 8.666/93 e artigos 25 e 31, parágrafo único, ambos da Lei n.º 8.987/95.

Também quanto a estes pontos não houve qualquer pronunciamento por este Egrégio Tribunal.

Nessa perspectiva, pugna o Distrito Federal para que os pontos omissos supra sejam objeto de debate **de forma expressa** por este Eminente Juízo.

2.2 Omissão do acórdão quanto às questões de mérito

Quanto ao mérito da demanda, houve **omissão do acórdão também no que se refere à Teoria da Responsabilidade Civil do Estado** aplicável ao caso.

Na peça de contestação e no recurso ordinário, alegou-se que, ante as afirmações constantes na petição inicial, seria o caso de aplicar-se a Teoria da Responsabilidade Subjetiva do Estado, mas nada foi dito no acórdão quanto ao ponto, restando, assim, omissos nesse mister.

Também em relação à **aplicação da Teoria a sentença foi silente**. Sanar tal omissão é de suma importância a fim de ser identificado se está presente o elemento subjetivo em eventual conduta do Distrito Federal.

2.3 Dispositivos objeto de prequestionamento

Em resumo, por meio destes embargos, o Distrito Federal requer que esta Egrégia Turma se manifeste expressamente sobre os seguintes dispositivos: **art. 93, XI, da Constituição da República; art. 5º, XXXV, da Constituição da República; art. 11, I, da Lei nº 10.593/02; artigo 626 da CLT; artigo 71, §1º da Lei nº 8.666/93; artigo 114 da Constituição da República; art. 37, §6º, CRFB.**

3. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, o provimento dos presentes embargos de declaração é medida que se impõe a fim de que sejam sanados todos os vícios apontados acima, ainda que seja necessário atribuir efeitos infringentes à decisão, para o que requer seja previamente intimado o Ministério Público do Trabalho.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 9 de setembro de 2014.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL

OAB/DF 29.190

[Imprimir](#)[Fechar](#)

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região

Processo: 01828-2012-001-10-00-9-RO

Acórdão do(a) Exmo(a) Desembargador(a) Federal do Trabalho
ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Ementa: AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM RELAÇÃO À VIAÇÃO PLANETA LTDA. E AO DISTRITO FEDERAL: DESCRIÇÃO DE PERTURBAÇÃO AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO COM DANOS À SAÚDE E HIGIENE FÍSICA E MENTAL DOS TRABALHADORES DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DO DISTRITO FEDERAL: COMPROVAÇÃO: PREJUÍZO A MOTORISTAS E COBRADORES DE ÔNIBUS POR VEÍCULOS INADEQUADOS CONFORME EXIGÊNCIA DAS RESOLUÇÕES 811/1996 E 316/2008 DO CONTRAN E PREJUÍZO AOS TRABALHADORES DO SISTEMA ATUANTES NOS TERMINAIS E PONTOS DE ESPERA DESPROVIDOS DE BANHEIROS PÚBLICOS CONFORME EXIGÊNCIA DA LEI LOCAL 4226/2008-DF: NECESSIDADE DE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS E DE CONTROLE MÉDICO REGULAR DOS TRABALHADORES COM ORDEM À IMPLANTAÇÃO NECESSÁRIA E À REGULAR EMISSÃO DE CAT AOS TRABALHADORES ATINGIDOS COM DOENÇAS PROFISSIONAIS ASSIM ADQUIRIDAS: DETERMINAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA FROTA E DE CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS PÚBLICOS COM PONTOS DE ÁGUA POTÁVEL NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E EQUIVALENTES PRIVADOS DA EMPRESA RÊ COM RESPONSABILIDADE ISOLADA CONFORME O DOMÍNIO OU POSSE DO TERMINAL OU DO PONTO DE ESPERA DE ÔNIBUS: DANO MORAL COLETIVO POR AQUISIÇÃO DE DOENÇAS PROFISSIONAIS E POR AFRONTA À DIGNIDADE HUMANA: RESPONSABILIDADE CONCORRENTE OU ISOLADA DO DISTRITO FEDERAL COMO PODER CONCEDENTE: PROCEDÊNCIA PARCIAL

308
2

DOS PEDIDOS EXORDIAIS COM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA: EFICÁCIA IMEDIATA DO JULGADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO: COMINAÇÕES COM PRAZO ASSINADO SOB PENA DE MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. Recurso empresarial conhecido e desprovido. Recurso ministerial conhecido e provido em parte.

Relatório

: Contra a r. sentença da lavra da Exma. Sra. Juíza Substituta Débora Heringer Megiorin, da MM. 1ª Vara do Trabalho de Brasília - DF que julgou parcialmente procedentes os pedidos deduzidos na petição inicial (fls. 5819/5848 e 5873/5877), recorreram a primeira Ré, Viação Planeta Ltda., (fls. 5879/5915) e o Autor (fls. 5934/5963). O Autor apresentou contrarrazões (fls. 5924/5933). A primeira Ré apresentou contrarrazões (fls. 5966/5974). O segundo Réu apresentou contrarrazões (fls. 5966/5974). É o relatório.

Voto

(1) ADMISSIBILIDADE: O recurso ordinário interposto pela primeira Ré é tempestivo e regular: conheço. O recurso ordinário interposto pelo Autor é tempestivo e regular: conheço. As contrarrazões são tempestivas e regulares: conheço. (2) MÉRITO: RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA (VIAÇÃO PLANETA): a) elaboração e implementação efetiva dos programas de prevenção de riscos ambientais, de controle médico de saúde ocupacional e de conservação auditiva: O Ministério Público do Trabalho pediu que a primeira Ré fosse condenada a elaborar e implementar, verdadeiramente, os programas de prevenção de riscos ambientais, de controle médico de saúde ocupacional e de conservação auditiva, porque verificou que os motoristas e cobradores trabalham expostos a elevado risco decorrente do excesso de ruído provocado pelos motores dos veículos e a empresa não adota medidas eficientes para eliminar ou reduzir a insalubridade. O MM. Juízo de origem concluiu que a primeira Ré, apesar de elaborar os programas de prevenção de riscos ambientais, de controle médico de saúde ocupacional e de conservação auditiva, não os implementa eficiente e verdadeiramente, condenando, por isso, a empresa a implementá-los, efetivamente, sob pena de multa. A primeira Ré pediu a improcedência, argumentando que cumpre as obrigações conforme "anexados documentos que comprovam a ocorrência de palestras, exames periódicos, controle de ruídos e outros". Restou demonstrado que os veículos da empresa Ré são equipados com motor dianteiro que emite elevado ruído. Também restou demonstrado que motoristas e cobradores têm sofrido acentuada perda auditiva. Assim, resta evidente o nexo entre o ambiente de trabalho insalubre e o mal que vem atingindo os empregados. Por outro lado, a primeira Ré não demonstrou a adoção de medidas tendentes a reduzir ou eliminar o excesso de ruído, não demonstrou o controle das condições de saúde dos empregados, nem que adota medidas para a conservação da capacidade auditiva dos empregados, donde se conclui que, efetivamente, não procura proporcionar um meio ambiente laboral saudável aos trabalhadores. É certo que a efetiva prevenção aos riscos ambientais e o real acompanhamento da saúde ocupacional não são alcançados com o mero preenchimento de formulários dos obrigatórios programas de proteção à saúde do trabalhador. Deve, pois, a empresa elaborar e implementar, efetivamente, os programas de prevenção de riscos ambientais, de controle médico de saúde ocupacional e de conservação auditiva. Nego provimento. b) emissão de CAT: O MM. Juízo de origem determinou à primeira Ré que emita o Comunicado de Acidente de Trabalho quando verificada a perda ou a diminuição da capacidade auditiva do empregado em decorrência de ruído. Na recurso, a empresa pede a reforma com base em discussão meramente semântica, dizendo que "não há obrigação legal à emissão de CAT por mera situação sugestiva de diagnóstico." Como a empresa é obrigada a emitir o Comunicado de Acidente de Trabalho quando verificada a perda ou a diminuição da capacidade auditiva do empregado em decorrência de ruído, nego provimento. c) adequação dos veículos: Com relação à pretensão ministerial de obrigar o Distrito Federal a exigir da concessionária o uso de ônibus com

304
P

aparelho condicionador de ar, motor traseiro, câmbio automático e direção hidráulica, não percebo normativo capaz de resultar nessa obrigação, ainda que salutar, pelo que dou provimento ao apelo empresarial, no aspecto. CONTUDO, RESTEI, COM A EXMA. SRA. DESEMBARGADORA REVISORA, VENCIDO NESTE PARTICULAR, PREVALECENDO A DIVERGÊNCIA DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR BRASILENO SANTOS RAMOS, ACOMPANHADO NO TÓPICO PELOS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MÁRIO CARON E JOÃO AMÍLCAR PAVAN (DESEMPATE):

“No sensato voto divergente, resta afastado o pedido de obrigar-se o Distrito Federal a exigir da concessionária o uso de ônibus com aparelho condicionador de ar, motor traseiro, câmbio automático e direção hidráulica, ao fundamento de, ainda que salutar, não se vislumbrar normativo capaz de resultar nessa obrigação. De fato, não há, no ordenamento jurídico pátrio, regra específica a regular a questão e obrigar-se o ente público a assim proceder. Não se pode olvidar, todavia, que o próprio legislador reconhece que o sistema de leis não é capaz de atender aos anseios da sociedade, e, por isso, destaca a fundamental importância dos princípios. Calha notar que o art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro prevê a aplicação, pelo juiz, da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito quando a lei for omissa. No mesmo sentido o art. 8º da CLT, o qual determina que, “As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito”, havendo, ainda, comando na Norma Consolidada de que “O juízo adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e as exigências do bem comum” (§ 1º do art. 852-I). Neste desiderato, pois, surge o importante papel desempenhado pelos princípios, tendo em vista que por meio deles, as soluções deverão ser tomadas tendo como base o próprio ordenamento jurídico. Faço tal digressão para chamar a atenção de que está em análise, neste processo, principalmente, a preservação da dignidade da pessoa humana, esta sob o prisma da adoção por parte da concessionária e do poder concedente de medidas que vedem, em especial, a ameaça objetiva e atual de lesão do direito fundamental ao meio ambiente de trabalho equilibrado, garantia prevista no art. 225 da CRFB. Releva salientar, nessa quadra, que a jurisdição não se limita mais a ser vista como mera função de “dizer a vontade concreta da lei”, mas como função de tutela do direito material alegadamente violado. É oportuno ressaltar que o direito à efetividade e à tempestividade da tutela jurisdicional é constitucionalmente garantido, sendo que o direito de acesso à justiça, albergado no inc. XXXV do art. 5º do Texto Fundamental, revela que a todos deve ser dado o direito à tutela jurisdicional efetiva, adequada e tempestiva, não se traduzindo no conceito de mero direito a recorrer ao Poder Judiciário. Colhe-se, por oportuno, a doutrina de Luiz Guilherme Marinoni, o qual explicita que “O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva obriga o juiz a garantir todos os seus corolários, como o direito ao meio executivo capaz de permitir a tutela do direito, além de obrigar o legislador a desenhar os procedimentos e as técnicas processuais adequadas às diferentes situações de direito substancial (...) As novas técnicas processuais, partindo do pressuposto de que o direito de ação não pode ficar na dependência de técnicas processuais ditadas de maneira uniforme para todos os casos ou para alguns casos específicos, incorporam normas abertas, isto é, normas voltadas para a realidade, deixando claro que a ação pode ser construída conforme as necessidades do caso conflitivo” (Teoria Geral do Processo. 3. ed. São Paulo: RT, 2008. v. I, p. 285/291). É certo não haver específica previsão legislativa que obrigue o empregador ou o Estado a adquirir ônibus com câmbio automático, com ar condicionado ou com motor em local que não na frente. Urge, porém, chamar novamente a atenção para instrumento adequado para tal solução, que é a tutela inibitória, cuja base constitucional se encontra no art. 5º, inc. XXXV. Tal dispositivo dispõe que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, além de ingressar o princípio basilar do Estado Democrático de Direito que se consubstancia na garantia de acesso à justiça. Luiz Guilherme Marinoni adverte que: “A distinção entre ilícito e dano abriu as portas para a doutrina esclarecer que a tutela preventiva objetiva impedir a prática, a continuação ou a repetição do ilícito. A diferenciação entre ilícito e dano não só evidencia que a tutela ressarcitória não é a única tutela contra o ilícito, como também permite a configuração de uma tutela genuinamente preventiva, que nada tem a ver com a probabilidade do dano, mas apenas com a probabilidade do ato contrário ao direito (ilícito)”. (Tutela inibitória: individual e coletiva. São Paulo: RT, p. 82). Assim, especificamente sobre a tutela

310
P

inibitória na preservação do meio ambiente, não de ser destacados os princípios da precaução e o da prevenção. O primeiro dirige-se pela atuação puramente preventiva, ante o não conhecimento dos possíveis riscos que o meio ambiente pode sofrer, ao passo que no segundo os riscos são previamente conhecidos, buscando formas para se prevenir os possíveis danos. Em matéria ambiental, comumente, o ilícito ambiental é capaz de gerar um dano de cunho irreversível, ocasião em que qualquer atuação jurisdicional se torna ineficaz ante o dano consumado. Desta forma, mister se faz optar por modelos jurídicos que sejam eficazes. Explica Vanessa de Castro Rosa ser "preciso, portanto, que os operadores do direito estejam conscientes e sensíveis às novas mudanças sociais, a fim de que o processo seja um instrumento efetivo de garantia dos direitos materiais". (A tutela inibitória como instrumento de proteção ambiental no direito brasileiro. Disponível em http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.phpn_link=revista_artigos_leitura. Acesso em 21/5/2014). Considerando, portanto, a necessidade de proteger a dignidade da pessoa humana e o mínimo existencial, bem como o fato de que as normas constitucionais que asseguram a implementação de direitos fundamentais não são apenas programáticas ou aspirações políticas, mas ordenamentos cogentes que devem ser atendidos pelo Estado, conclui-se haver normativo suficiente para impor aos réus a compra de ônibus nos moldes pretendidos nesta ação. Ainda que não se entenda se possa resolver a questão pelo prisma principiológico, o pleito pode, também, ser apreciado em razão de regra. Nesse particular, veja-se o disposto na Convenção 155/81 da OIT, ratificada em 18 de maio de 1992, aprovada e promulgada no Brasil pelo Decreto 1.254, de 19 de setembro de 1994, a qual dispõe sobre "o desenvolvimento, pelos países, de uma política nacional de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho", a qual terá como "objetivo prevenir os acidentes e os danos à saúde que forem consequência do trabalho e tenham relação com a atividade de trabalho, ou se apresentarem durante o trabalho, reduzindo ao mínimo, na medida que for razoável e possível, as causas dos riscos inerentes ao meio ambiente de trabalho" (art. 2º). Essa Convenção relaciona objetivos políticos ínsitos ao tratamento jurídico do meio ambiente do trabalho, in verbis: (1) a higidez do local de trabalho; (2) a segurança na construção e no manejo de máquinas e ferramentas [...]; (4) a gestão e a adequação das atividades, das operações e dos processos relacionados ao trabalho, com a determinação dos seus graus de risco e a sua classificação como proibidos, limitados ou controlados; (5) a implementação de um sistema apropriado de fiscalização do meio ambiente do trabalho; (6) as pesquisas de acidentes de trabalho e a publicação periódica das informações; (7) a adoção compulsória de técnicas assecuratórias da segurança no trabalho e de processos de controle da ação de agentes químicos". Tal Normativo encontra ressonância constitucional, não se duvidando que o objetivo global da tutela jurídica do meio ambiente do trabalho é, fundamentalmente, a neutralização ou redução dos riscos inerentes ao trabalho e ao local de trabalho, segundo comanda o art. 7º, inc. XII, da CRFB. Além do mais, deve ser apontado o caput do referido preceito, o qual assenta que "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social". Em plano infraconstitucional, além de várias normas existentes na CLT a esse respeito, deve ser verificada a Norma Regulamentadora 17, a qual visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. Em seu subitem 17.1.1., resta delineado que "As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho". Deflui dos autos que há evidente prestação laboral em condições indignas, não podendo ser considerados pontuais as diversas constatações nesse sentido, o que demanda enérgica medida para a reiterada reprodução dos danos encontrados. Delibere-se que não estou, com isso, a procurar imprimir interferência do Judiciário em ações dos outros Poderes. Jamais. Busco, ao revés, interpretar a Constituição Federal de forma a, específica e proativamente, expandir o seu sentido e alcance. Não vejo que, com isso, estar a desmesurar o decantado ativismo judicial. Não se duvida que ele deve entrar em campo quando se está diante da retração do Poder Legislativo e do Executivo, que, como se nota nestes autos, suas omissões estão a impedir que demandas sociais sejam atendidas de maneira efetiva. Em outro quadrante, pode-se argumentar que a exigência de aquisição de veículos com as características salientadas resultaria em ferimento a princípios licitatórios. É razoável conceber que o mercado que atua na fabricação

de veículos possa se adequar a essas exigências. Dessa maneira, haveria a disposição de diversas marcas disponíveis e várias empresas dispostas a participar de procedimentos licitatórios. Com isso, sem dúvidas, seriam evitadas eventuais preferências de marcas, produtos e/ou fornecedores. Mas é de se assentar, apenas como reforço de argumentação, que a própria Lei 8.666/93 autoriza haver preferências, como na aquisição de bens e serviços brasileiros em face dos estrangeiros, sem que se quebre o princípio da isonomia. Veja-se, por exemplo, o art. 3º da referida Lei, com a redação dada pela Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010: "Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional". Por esses parâmetros, portanto, não haveria empecilho para determinar ao ente governamental e, por decorrência, à empresa concessionária a aquisição de ônibus na forma pretendida. Não é demais lembrar: está em jogo a prevalência dos princípios da dignidade humana, com a eliminação ou diminuição dos riscos no meio ambiente de trabalho. Nego provimento."

d) indenização por danos morais coletivos: No aspecto, o recurso será, a seguir, analisado em conjunto com o apelo ministerial. **RECURSO DO AUTOR (MPT):** a) jornada de trabalho: O MM. Juízo de origem indeferiu o pedido de multa pela extrapolação dos limites legais da jornada de trabalho e pela adoção de intervalos inter e intrajornadas menores que os devidos, fundamentando que não foi demonstrado o descumprimento da lei. O Ministério Público pediu a reforma, argumentando que a primeira Ré descumpra as normas de segurança e medicina do trabalho, mas não demonstrou, no recurso, o desrespeito aos limites legais da jornada de trabalho nem a adoção de intervalos inter e intrajornadas menores que os devidos. Por não demonstradas as alegações exordiais, nego provimento. b) precariedade dos terminais: O Ministério Público do Trabalho insistiu no pedido de construção de instalações sanitárias adequadas, nos termos da NR 24 do Ministério do Trabalho, indeferido na origem por não demonstrada precariedade alegada na inicial. Com efeito, a Lei Local nº 4.226, de 24 de outubro de 2008, dispõe, no artigo 1º, que "Fica determinada a implantação de banheiros públicos nos logradouros públicos do Distrito Federal, como passagens subterrâneas de pedestres, paradas de ônibus, estações de metrô", tendo sido fixado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação ocorrida em 29/10/2008, para o fiel cumprimento da lei pelo Governo do Distrito Federal. Como a responsabilidade pela implantação de instalações sanitárias para a utilização por motoristas e cobradores de ônibus é do Distrito Federal e o pedido recursal foi dirigido contra a primeira Reclamada, nego provimento ao recurso.

CONTUDO, NESTE TÓPICO, APÓS DIVERGÊNCIA DOS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES BRASILINO SANTOS RAMOS E MÁRIO CARON, QUE ENTENDIAM PELA RESPONSABILIDADE CONCOMITANTE DE AMBOS OS RÉUS, EM VOTO PARA DESEMPATE O EXMO. SR. DESEMBARGADOR JOÃO AMÍLCAR ASSINALOU POSIÇÃO MÉDIA PELA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E DA VIAÇÃO PLANETA NOS LOGRADOUROS PRIVADOS EQUIVALENTES ÀQUELES, ENTENDENDO RAZOÁVEL A APLICAÇÃO DA MESMA REGRA OBRIGACIONAL A UM E A OUTRA, TENDO RELATOR E REVISORA REFORMULADO PARA ADOTAR A POSIÇÃO MÉDIA. POR ISSO, CONSIDERANDO QUE O VOTO MÉDIO SE ESPELHA A PARTIR DA POSIÇÃO DO RELATOR E DA POSIÇÃO DA DIVERGÊNCIA, REPRISO O FUNDAMENTO DO VOTO DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR BRASILINO SANTOS RAMOS: "O Exmo. Desembargador Relator absolve a primeira reclamada quanto à obrigação de construção de instalações sanitárias adequadas, sob o fundamento de que seu cumprimento cabe, exclusivamente, ao Distrito Federal. Entretanto, ousou divergir desse entendimento, com a devida vênia. De fato, a Lei 4.226, de 24 de outubro de 2008, do Distrito Federal, determinou a implantação de banheiros públicos nos logradouros públicos do ente federal local. Todavia, diviso que a obrigação estampada na referida norma de regência não retira do empregador o dever de dispor a seus empregados adequadas instalações sanitárias. Ou ao menos, não exclui o dever de envidar esforços para que o Poder Público cumpra o estabelecido em lei. Esclareço que, em contexto em que se debate virtual ofensa a direito inerente à dignidade da pessoa humana, é inevitável conceber que a análise do ônus da prova deve ser feita com a observância da relação material deduzida, autorizando-se a atenuação da regra do encargo probatório, estabelecendo-se, a partir da verossimilhança das alegações trazidas na inicial, o gravame probatório na polaridade passiva da ação. Com enfoque na parte inicial do art. 6º, inc. VIII, do

312

CDC, José Hortêncio Ribeiro Júnior sinala que "Ao se deferir a medida, tolhendo determinadas condutas e impondo outras, caberá à parte demandada demonstrar o efetivo cumprimento daquelas obrigações. A grande vantagem nesta forma de medida decorre da própria essência da medida inibitória. Ao assim atuarmos, estaremos impedindo a ocorrência do ato ilícito, reduzindo a conflituosidade [...] e preservando a dignidade dos trabalhadores". (Tutela Inibitória - Instrumento eficaz na preservação da dignidade da pessoa humana e na erradicação do trabalho escravo e degradante". In Ação Coletiva na Visão de Juizes e Procuradores do Trabalho. São Paulo: Ltr, p. 151.) Feitas essas considerações, passa-se a apreciar o caso concreto. É de relevo notar que não foi apresentada impugnação específica no aspecto ora em exame, de modo que se tenha como verdade a situação narrada na inicial. Portanto, restou evidenciada a ausência de locais adequados, em terminais finais de ônibus e em pontos de espera, para os empregados da acionada - motoristas, cobradores, despachantes - satisfazerem suas necessidades fisiológicas ou beberem água potável. Consoante afirmei acima, a omissão do ente público não permite isentar o empregador de suas responsabilidades, mormente aquelas referentes à higiene, segurança e saúde no meio ambiente do trabalho. Com o devido respeito ao entendimento adotado, deflui dos autos que há evidente prestação laboral em condições indignas, não podendo ser considerados pontuais as diversas constatações nesse sentido. Assim, enquanto não instalados pelo Poder Público sanitários nos pontos referidos, de acordo com o estabelecido em norma específica, ainda que em caráter precário, cabe à empregadora, no caso a empresa ré, garantir aos seus empregados local apropriado à satisfação das necessidades fisiológicas, o que pode ocorrer com a instalação de banheiros químicos, separados por gênero e com a consequente e necessária manutenção. Deve, outrossim, colocar à disposição dos trabalhadores água que se possa beber. Nessa quadra, não há como absolver a empresa ré da responsabilidade aqui salientada, devendo ambos litisconsortes serem responsabilizados na fração. Dou provimento." O eminente Desembargador João Amílcar, doutro lado, considerou que efetivamente o pedido recursal envolvia ambos os Réus por conta da pretensão de solidariedade contida desde a exordial e nos fundamentos recursais, mas apenas delimitou que a responsabilidade deve ser exigida, nesse particular, em relação aos logradouros de domínio ou posse de cada qual, não se podendo assim exigir que o Distrito Federal responda pelos logradouros sob domínio ou posse da Viação Planeta, nem, doutro lado, que a empresa seja responsabilizada a construir em logradouros públicos de não detenha posse. Nesse particular, Relator e Revisora reformularam posição anterior para aderir ao voto médio do Exmo. Sr. Desembargador João Amílcar, cuja delimitação prevalece, embora a partir dos fundamentos de Relator e do Exmo. Sr. Desembargador Brasilino Santos Ramos, observada a responsabilização, nesse tema, repartida e não solidária. Provimento parcial. c) aquisição de veículos novos: Com relação à pretensão ministerial de exigência de aquisição de veículos novos, não percebo normativo capaz de resultar nessa obrigação, ainda que salutar, pelo que indefiro os pedidos correlatos. Nego provimento. d) responsabilidade do Distrito Federal: Ainda que se perceba o equívoco do Distrito Federal na adoção dos modelos de ônibus destinados ao serviço público coletivo de transporte de passageiros, há que se investigar se agiu o poder concedente fora de balizas legais para imputar-lhe responsabilidade pelos danos causados depois aos trabalhadores, assim motoristas e cobradores de ônibus, ante os ônibus adotados pela empresa concessionária e pelos demais aspectos do meio ambiente de trabalho relatado pelo Parquet. A responsabilização, mesmo do Estado, exige conduta antecedente apurável em razão de premissa estabelecida para agir ou deixar de agir a certo modo. Estabelecer a culpa, sem revelar onde residiria antes a obrigação de fazer de modo distinto, envolve criar depois a obrigação como modo de justificar o ato antecedente, quando ao Judiciário apenas se permite estabelecer a conduta pretérita como correta ou errada segundo a norma ou comando vigente à ocasião do fato ou do período e eventos analisados. Nesse particular, penso inadequadas as colocações ministeriais pertinentes a pretender ajustamento a conduta inexigível por lei ou ato normativo, ainda que razoável, porque o Poder Público não se pode obrigar a fazer algo não contido em norma própria. Doutro lado, emerge de certos atos normativos federais ou locais a inequívoca inobservância pelo Distrito Federal, resultando, disso, afronta inquestionável ao meio ambiente de trabalho e à dignidade dos trabalhadores envolvidos, ainda que em menor extensão que aquela delineada na exordial. As circunstâncias fáticas descritas na exordial não são repulsadas pelo Distrito Federal em relação aos modelos de ônibus adotados no sistema nem assim em relação às instalações dos pontos de espera. Mas

313
7

nem seria preciso esse efeito processual. Não é difícil perceber que os ônibus adotados no serviço, no período descrito pelo Parquet, são de precariedade incontestável, parecendo mais carrocerias montadas sobre chassis inadequados, muitas vezes para fazer frente a outros inconvenientes como as vias irregulares dos trajetos rodoviários ou a falta de pontos de ônibus adequados como aqueles existentes em várias cidades do mundo e em algumas do país, num desrespeito não apenas aos que labutam como motoristas ou cobradores, mas sobretudo aos usuários, os passageiros cada vez mais espremidos em veículos insuficientes para atender à demanda de modo respeitoso. Não é difícil perceber que tais ônibus, em cada troca de marcha, empreendem ruídos e vibrações excessivas, a denotar perfeita a percepção ministerial dos prejuízos causados à saúde dos trabalhadores envolvidos diretamente. Também não é difícil perceber a precariedade e abandono dos pontos de ônibus do Distrito Federal, alguns transformados em muros pichados, com assentos quebrados e sem qualquer informação ao usuário, outros em verdadeiras latrinas, lugar de desafogo de detritos humanos, num desrespeito a trabalhadores e usuários do sistema submetidos a mal cheiros e a locais insalubres por diversos motivos, quando se esperava, na Capital Federal, houvesse maior respeito ao brasileiro. Não tenho dúvidas de que a Brasília, onde nasci há quase meio século, é merecedora de transporte público muito diverso do que se tem oferecido ao longo dos anos. Os ônibus em pleno século XXI não se diferenciam muito daqueles que utilizei quando estudante, nos anos de 1970 e 1980. Parecem mais carroças, caminhões adaptados, do que os veículos que trafegam por capitais e cidades de diversos outros países. Há uma feiura no trânsito de Brasília e arredores a contaminar todo o planejamento que se diz feito antes e que descrevia a cidade como patrimônio da humanidade. Há um constante desrespeito aos que necessitam do transporte público e um desencorajamento a que haja o desapego ao transporte individual, como noutros países se propaga e se incentiva. Na nossa Capital Federal, podemos testemunhar, é vergonhoso e desrespeitoso o transporte público coletivo de passageiros, notadamente o empreendido por ônibus, longe do ideal de que todos, inclusive os que detêm melhores condições financeiras, também se sintam atraídos a usar um transporte digno e eficiente, porque não é rico o país em que cada um usa seu próprio carro, mas aquele em que todos tem orgulho de poder utilizar o transporte público coletivo. A nossa Capital Federal deveria ter transporte que nos orgulhasse a todos, como outras capitais do mundo, mas ao invés disso nossos concidadãos são maltratados pelas políticas públicas de políticos despreparados ou gananciosos, incapazes de estabelecer um programa consistente de melhoria. As malhas viárias não se integram, os veículos trafegam sujos e a toda hora quebram prejudicando o já caótico trânsito do Distrito Federal, a população é submetida a algo precário em contrapartida a passagens caras, os trabalhadores se veem reféns de usuários descontentes, sem poder oferecer algo condizente ao respeito merecido, e nisso tudo o sistema se vê num círculo vicioso e viciado, em que a ganância de alguns se sobrepõe à melhoria da qualidade de vida de milhões que usam ou que poderiam usar o transporte público coletivo local, na seara trabalhista a evidenciar problemas nas condições oferecidas para o trabalho digno e eficiente. Inicialmente, confesso, cheguei a concluir pela impossibilidade de responsabilizar o Distrito Federal à falta de norma legal ou obrigação anteriormente estipulada para alcançar a delimitação dos requisitos da concessão dos serviços empreendidos, mas, além dos parâmetros normativos indicados na exordial emendada, da qual não pode o juiz se furtar conhecer e aplicar, percebi ser outra a situação a reger o sistema rodoviário local. A falta de indicação pelas partes dos corretos normativos aplicáveis não pode, à luz do contorno fático-jurídico descrito pelas partes, inibir o juiz de julgar, porque se ninguém pode escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece (Lei de Introdução, artigo 3º), menos ainda pode assim o juiz se furtar a aplicar a norma legal incidente sob premissa de não expressamente invocada, sob pena de assim poder, por via indireta, contrariar preceito constitucional ou legal que restaria inaplicado quando antes deveria ser enaltecido. Se ao juiz é vedado julgar fora dos limites da lide, doutro lado assim expressa vedação apenas para conhecer as questões não suscitadas pelas partes que a lei exija destas a iniciativa de arguir (CPC, artigo 128), enquanto enaltece, sempre, que ao julgar a lide deve, antes e sobretudo, o juiz aplicar as normas legais (CPC, artigo 126, segunda parte). E as normas existem. Por partes. O Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/1993 estipula ser o CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito o órgão normativo do sistema, regulamentando os preceitos legais contidos no referido Código (artigo 12, I e XI), inclusive de modo a reduzir a emissão de gases e ruídos (artigos 104 e 105, V), assim tendo editado a Resolução nº 316, de

314
4

08 de maio de 2009, que "Estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo de passageiros M2 e M3 (tipos micro-ônibus e ônibus) de fabricação nacional e estrangeira", dispondo no respectivo artigo 9º que "O compartimento do sistema de propulsão, independentemente de sua localização, deve possuir isolamento termo/acústico." Com efeito, se não há exigência normativa de que os motores sejam localizados de modo central ou traseiro, nem de que os ônibus sejam dotados de direção hidráulica e câmbio automático, ou que sejam equipados com aparelhos condicionadores de ar, doutro lado houve a expressa determinação pelo CONTRAN de que os ônibus destinados ao transporte público de passageiros tivessem seus motores, independentemente de sua localização, revestidos de isolamento térmico e acústico. Com relação aos bancos dos motoristas e passageiros há exigência ergonômica pelo Anexo IV da Resolução nº 316/2008 do CONTRAN, assim estipulando questões alusivas à ancoragem, distâncias mínimas entre bancos e uso de cintos de segurança para motoristas, mas também os ângulos necessários a permitir o devido apoio de torso e coxas nos assentos, além de proteção ao tranco do pescoço (aceitabilidade da cabeça), de modo a alcançar posição de conforto e de segurança. Noto, ainda, que o normativo descrito pela Resolução nº 316/2008 do CONTRAN já se encontrava, em similar medida, na então revogada Resolução nº 811/1996 do CONTRAN, especificamente nos artigos 3º, § 2º, e 6º, quanto aos assentos utilizáveis, e 7º, quanto à exigência do compartimento do motor, independentemente de sua localização, possuir isolamento termo-acústico. Doutro lado, com relação às instalações utilizadas por motoristas e cobradores de ônibus, percebe-se haver a Lei Local nº 4.226, de 24 de outubro de 2008, dispondo, no artigo 1º, que "Fica determinada a implantação de banheiros públicos nos logradouros públicos do Distrito Federal, como passagens subterrâneas de pedestres, paradas de ônibus, estações de metrô", tendo sido fixado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação ocorrida em 29/10/2008, para o fiel cumprimento da lei pelo Governo do Distrito Federal. A par dos normativos referidos, nada fez o Distrito Federal no sentido de exigir, quando da concessão dos serviços públicos de transporte coletivo urbano de passageiros, o uso de veículos com motores com isolamento térmico e acústico, com bancos ergonômicos para motoristas e cobradores, nem ainda cuidou de cumprir o comando da própria lei local, deixando assim de dispor os pontos de ônibus, sobretudo aqueles que funcionam quase como terminais, como pontos de espera, de banheiros públicos para tais trabalhadores e ainda para os próprios usuários do sistema. As leis e atos normativos federais e a lei local foram ignoradas pelo Distrito Federal na licitação e na concessão do serviço, quando assim não poderia ser. Não se há, nesse particular, que confundir o ato de concessão com o de fiscalização do sistema. Os editais destinados à licitação de linhas são incumbência exclusiva do Distrito Federal e, por óbvio, deveriam observar os comandos normativos pertinentes aos requisitos a exigir dos candidatos à concessão, quanto aos veículos utilizáveis, ou, como no caso das instalações sanitárias exigíveis, já que instaláveis em logradouros públicos e assim sob sua direta responsabilidade, providenciar banheiros públicos, ainda que por contrapartida de sua implantação e manutenção pelos concessionários do sistema de transporte público coletivo de passageiros. Nesse particular, também cabe notar, a eventual antecedência do processo licitatório em relação aos normativos descritos não afastaria a responsabilidade do Distrito Federal de, como poder concedente, ajustar os contratos de concessão às normas de regência depois vigentes, conforme estabelece e determina a própria Lei de Concessões, no que seria despropositada qualquer justificativa de que à época da concessão não havia qualquer exigência quanto aos modelos de ônibus adotáveis. Aliás, essa justificativa sequer se permitiria em relação instalações de banheiros públicos, objeto de lei local cuja observância se afasta do próprio ato de concessão, ainda que se pudesse, como antes dito, aproveitar o momento para contrapartida dos concessionários quanto a eventual implantação e/ou manutenção de tais instalações públicas. Com efeito, a Administração Pública, ao agir, deve observar os comandos legais, vinculando-se aos preceitos normativos pertinentes, no que se distingue dos sujeitos em geral que podem fazer ou deixar de fazer algo se assim não se descreve em conduta exigida por lei, enquanto o Poder Público apenas pode agir segundo o comando legal. O reconhecimento da incapacidade de gestão governamental não pode ser levado, neste Tribunal, ao ponto de estabelecer uma culpa administrativa indistinta do Poder Público por não adotar medida não exigida por lei ou que não se poderia antes antever, ainda que razoável que desde muito antes devesse o Governo instituir a substituição de toda uma frota inadequada por outra capaz de satisfazer as necessidades da

319
A

população, com terminais e pontos de ônibus ou outros meios de transporte dignos, e assim também empreender medidas de dignidade aos trabalhadores envolvidos com o transporte de vidas. Contudo, também não se há que entender razoável justificativa governamental que descreva desconhecimento das normas aplicáveis, seja o ato normativo expedido pelo CONTRAN quanto aos requisitos dos ônibus de transporte urbano de passageiros, seja a lei local que exige a implantação de banheiros públicos em pontos de ônibus, assim também nos pontos declarados de espera dos trabalhadores das concessionárias de transporte público. A sensibilidade do magistrado não se pode transformar num ativismo desmensurado de substituição do administrador público nem na construção indireta do normativo antes inexistente, tanto mais quando a demanda sequer se coloca sob a premissa de constituir uma obrigação futura, mas na pretensão de condenação fundada em obrigação antecedente é que situo o ato omissivo condenável do Distrito Federal e assim, na inexorável perturbação havida do meio ambiente do trabalho, reconheço a sua culpa concorrente ou direta pelo dano moral coletivo ocorrido em relação aos trabalhadores envolvidos no transporte público coletivo urbano de passageiros do Distrito Federal. Louvo a preocupação do Ministério Público e compartilho de suas angústias, assim como as dos meus pares neste Tribunal, sempre sensibilizados com as expectativas de nossa Sociedade, que também somos todos nós, mas, com a devida vênia, não posso considerar uma premissa inexistente antes para estabelecer, sob o manto de Justiça, um desvio do Direito, responsabilizando alguém por algo a que antes não se obrigava, enquanto, doutro lado, com base nos comandos normativos antes existentes, delimito as responsabilidades, os danos causados e o modo de reparação em decorrência das obrigações que vislumbro descumpridas, ainda que as normas não tenham sido expressamente delineadas, porque a ninguém é dado desconhecer a lei, mais ainda aos agentes políticos do Estado, como legisladores, administradores públicos e magistrados. Não seria inapropriado que o Distrito Federal dispusesse de legislação a exigir do Poder Público local a observância de certos modelos de veículos a trafegar no serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, ou a menos a estabelecer uma diretriz mínima que se regulamentasse no sentido de atingir-se tal objetivo, como certas municipalidades já o fizeram. Na falta dessa norma desejada, contudo, nada mais pode haver que o lamentar judicial, sem invocar tal ausência como norte condenatório, substituindo a sentença a lei esperada. Mas, na falta dessa norma local, não poderia o Poder Público local, jamais, deixar de observar o ato normativo emanado do órgão regulador federal, o CONTRAN, relativo às exigências dos veículos, nem assim desconsiderar a norma legal específica emanada do Poder Legislativo local pertinente às condições sanitárias, sendo esse o marco suficiente a estabelecer, nos limites postos na lide, a responsabilidade, ainda que parcial e modulada, do Distrito Federal. Neste particular, declaro, nesses limites, a culpa do Distrito Federal, como poder concedente, pelos vícios perpetrados no sistema de transporte público coletivo urbano de passageiros a prejudicar o meio ambiente do trabalho de motoristas e cobradores da empresa concessionária, ao longo de décadas, com ônibus inadequados ao longo de décadas, causando diversos acidentes de trabalho mediante doenças adquiridas em razão do ambiente de trabalho inadequado, assim como pela inobservância de normativo local pertinente à exigência de instalações sanitárias aos trabalhadores (e usuários) do sistema de transporte, ferindo a dignidade humana, reconhecendo o dano moral coletivo e a obrigações específicas de fazer. Dou provimento ao apelo ministerial declarar a responsabilidade do Distrito Federal por danos morais coletivos. e) indenização por danos morais coletivos: A primeira Ré pediu a redução da indenização fixada na origem em R\$ 400.000,00. O Ministério Público pediu a elevação da reparação atribuída à primeira Ré para R\$ 10.000.000,00, mais a condenação do Distrito Federal no mesmo valor. Como a culpa do Poder Público emerge da falta de exigência editalícia quanto aos modelos de ônibus a serem utilizados no sistema e a da empresa Ré na própria aquisição e uso de veículos inadequados, ante o normativo do CONTRAN, não encontro justificativa para apenar em maior grau o Distrito Federal que a empresa Ré. De todo modo, na linha que tem sido empreendida por esta egrégia Segunda Turma Regional, penso deve a indenização por dano moral coletivo ser repassada não ao fundo indicado na exordial, mas à gestão judicial em favor de entidade a ser nomeada pelo Ministério Público, de entidade beneficente e com objetivos sociais afinados com a recuperação ou a assistência a trabalhadores ou a portadores de necessidades especiais como aquelas adquiridas pelas doenças profissionais indicadas na exordial. Nesse ensejo, aliás, percebo igualmente que várias das obrigações de fazer pretendidas na exordial se situavam no

316
2

âmbito específico de atuação da empresa concessionária e não do Poder Público, quando muito se podendo determinar buscasse a implementação das medidas referidas, mas, no particular, o acordo realizado entre o Parquet e a empresa concessionária assentou as obrigações pertinentes como realizáveis pela referida Ré em prazo certo, sob pena de multas, ficando a cargo do MM. Juízo de origem a execução pertinente, não encontrando, assim, campo para delimitar igual obrigação ao Distrito Federal, nem para, sequer, atuar na posição resguardada ao Judiciário de aferir o cumprimento do acordado. No entanto, percebo que, dentre as obrigações de fazer delineadas na exordial, houve o silêncio quanto à disponibilização, nos pontos de espera, de instalações sanitárias separadas por sexo, inclusive com disponibilização de ponto de água potável, aspecto que se percebe efetivamente inserida na atribuição do Distrito Federal, à conta da Lei Local nº 4.226/2008-DF, ainda que para sua implantação e manutenção possa o Poder Público ajustar custeio pelas concessionárias ao invés do seu orçamento geral, justificativa que permite, inclusive, delinear busque o Poder Público o ajustamento imediato ao contido na norma legal referida, assim cumprindo o próprio prazo já antes fixado na lei descrita e ainda agora inobservado. Com relação à pretensão ministerial de obrigar o Distrito Federal a exigir da concessionária o uso de ônibus com aparelho condicionador de ar, motor traseiro, câmbio automático e direção hidráulica, não percebo normativo capaz de resultar nessa obrigação, ainda que salutar, pelo que indefiro os pedidos correlatos. Por efeito dos limites e modulações descritos, dou provimento em parte ao apelo ministerial, para assim julgar parcialmente procedentes os pedidos exordiais de modo a condenar: a) o Distrito Federal a (1) pagar indenização por danos morais coletivos no importe de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em favor de fundo a ser gerido pelo MM. Juízo de origem em prol de instituição beneficente capaz de utilizá-lo de modo adequado, conforme indicações a serem efetivadas pelo Ministério Público do Trabalho, sobretudo observando objetivo social coligado à recapacitação de trabalhadores ou à assistência a portadores de necessidades especiais como as decorrentes dos danos causados; (2) fazer a instalação e manutenção, em todos os pontos de ônibus de espera, de banheiros públicos, com instalações sanitárias separadas por sexo e com disponibilização de ponto de água potável, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da intimação do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser destinado a fundo específico a ser gerido pelo MM. Juízo de origem e pelo Parquet para a realização direta do fim colimado, restando dos demais pedidos absolvido. b) a primeira Ré a pagar indenização por danos morais coletivos no importe de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em favor de fundo a ser gerido pelo MM. Juízo de origem em prol de instituição beneficente capaz de utilizá-lo de modo adequado, conforme indicações a serem efetivadas pelo Ministério Público do Trabalho, sobretudo observando objetivo social coligado à recapacitação de trabalhadores ou à assistência a portadores de necessidades especiais como as decorrentes dos danos causados. CONTUDO, RESTEI, COM A EXMA. SRA. DESEMBARGADORA REVISORA, VENCIDO EM PARTE NESTE TÓPICO, QUANTO AO VALOR DA INDENIZAÇÃO, PREVALECENDO A DIVERGÊNCIA DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR BRASILINO SANTOS RAMOS, ACOMPANHADO NO TÓPICO PELOS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MÁRIO CARON E JOÃO AMÍLCAR PAVAN (DESEMPATE), CABENDO NOTAR QUE O EXMO. SR. DESEMBARGADOR BRASILINO SANTOS RAMOS ADOTOU A PROPOSIÇÃO DE VALOR DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR MÁRIO CARON: "Não percebo violação do princípio da isonomia o requerimento de condenação da empresa-ré e do Distrito Federal em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). À luz do art. 5º, inc. XLV, da Constituição Federal, aqui invocado ainda que por analogia, a responsabilidade deve ser individual, isto é, nos limites da culpabilidade própria. Dentro desse postulado, é, portanto, possível impor sanções e restrições de ordem jurídica na dimensão do estritamente pessoal do infrator. A pretensão ministerial, no particular, tem por fim reprimir e prevenir o acontecimento de velhos e novos ilícitos praticados pelo Distrito Federal, o qual teria inobservado diretrizes constitucionais e legais atinentes ao trabalho, assim como relacionadas ao meio ambiente de trabalho. Nesse campo, assim, enfatiza-se a imposição de medidas preventivas, relevando-se, em tal contexto, a importância da tutela inibitória como mecanismo eficaz para impedir a lesão a direito material ou, ao menos, minorar seus efeitos. É assaz salutar lembrar que uma das medidas de maior impacto pedida na inicial diz respeito à instalação de logradouros públicos, fato imputável, sem sombra de dúvidas, ao ente público. Em tal quadrante, encontra-se agasalho à tese de imposição de

317
4

sanção pecuniária superior à Administração Pública nas próprias judiciosas considerações apresentadas no voto de dissenso. Bem por isso e com a finalidade de evitar-me ser repetitivo, peço escusas para reproduzir seus fundamentos: "A responsabilização, mesmo do Estado, exige conduta antecedente apurável em razão de premissa estabelecida para agir ou deixar de agir a certo modo. Estabelecer a culpa, sem revelar onde residiria antes a obrigação de fazer de modo distinto, envolve criar depois a obrigação como modo de justificar o ato antecedente, quando ao Judiciário apenas se permite estabelecer a conduta pretérita como correta ou errada segundo a norma ou comando vigente à ocasião do fato ou do período e eventos analisados. Nesse particular, penso inadequadas as colocações ministeriais pertinentes a pretender ajustamento a conduta inexigível por lei ou ato normativo, ainda que razoável, porque o Poder Público não se pode obrigar a fazer algo não contido em norma própria. Doutro lado, emerge de certos atos normativos federais ou locais a inequívoca inobservância pelo Distrito Federal, resultando, disso, afronta inquestionável ao meio ambiente de trabalho e à dignidade dos trabalhadores envolvidos, ainda que em menor extensão que aquela delineada na exordial. As circunstâncias fáticas descritas na exordial não são repulsadas pelo Distrito Federal em relação aos modelos de ônibus adotados no sistema nem assim em relação às instalações dos pontos de espera. Mas nem seria preciso esse efeito processual. Não é difícil perceber que os ônibus adotados no serviço, no período descrito pelo Parquet, são de precariedade incontestável, parecendo mais carrocerias montadas sobre chassis inadequados, muitas vezes para fazer frente a outros inconvenientes como as vias irregulares dos trajetos rodoviários ou a falta de pontos de ônibus adequados como aqueles existentes em várias cidades do mundo e em algumas do país, num desrespeito não apenas aos que labutam como motoristas ou cobradores, mas sobretudo aos usuários, os passageiros cada vez mais espremidos em veículos insuficientes para atender à demanda de modo respeitoso. Não é difícil perceber que tais ônibus, em cada troca de marcha, empreendem ruídos e vibrações excessivas, a denotar perfeita a percepção ministerial dos prejuízos causados à saúde dos trabalhadores envolvidos diretamente. Também não é difícil perceber a precariedade e abandono dos pontos de ônibus do Distrito Federal, alguns transformados em muros pichados, com assentos quebrados e sem qualquer informação ao usuário, outros em verdadeiras latrinas, lugar de desafogo de detritos humanos, num desrespeito a trabalhadores e usuários do sistema submetidos a mal cheiros e a locais insalubres por diversos motivos, quando se esperava, na Capital Federal, houvesse maior respeito ao brasileiro. Não tenho dúvidas de que a Brasília, onde nasci há quase meio século, é merecedora de transporte público muito diverso do que se tem oferecido ao longo dos anos. Os ônibus em pleno século XXI não se diferenciam muito daqueles que utilizei quando estudante, nos anos de 1970 e 1980. Parecem mais carroças, caminhões adaptados, do que os veículos que trafegam por capitais e cidades de diversos outros países. Há uma feiura no trânsito de Brasília e arredores a contaminar todo o planejamento que se diz feito antes e que descrevia a cidade como patrimônio da humanidade. Há um constante desrespeito aos que necessitam do transporte público e um desencorajamento a que haja o desapego ao transporte individual, como noutros países se propaga e se incentiva. Na nossa Capital Federal, podemos testemunhar, é vergonhoso e desrespeitoso o transporte público coletivo de passageiros, notadamente o empreendido por ônibus, longe do ideal de que todos, inclusive os que detêm melhores condições financeiras, também se sintam atraídos a usar um transporte digno e eficiente, porque não é rico o país em que cada um usa seu próprio carro, mas aquele em que todos tem orgulho de poder utilizar o transporte público coletivo. A nossa Capital Federal deveria ter transporte que nos orgulhasse a todos, como outras capitais do mundo, mas ao invés disso nossos concidadãos são maltratados pelas políticas públicas de políticos despreparados ou gananciosos, incapazes de estabelecer um programa consistente de melhoria. As malhas viárias não se integram, os veículos trafegam sujos e a toda hora quebram prejudicando o já caótico trânsito do Distrito Federal, a população é submetida a algo precário em contrapartida a passagens caras, os trabalhadores se vêm reféns de usuários descontentes, sem poder oferecer algo condizente ao respeito merecido, e nisso tudo o sistema se vê num círculo vicioso e viciado, em que a ganância de alguns se sobrepõe à melhoria da qualidade de vida de milhões que usam ou que poderiam usar o transporte público coletivo local, na seara trabalhista a evidenciar problemas nas condições oferecidas para o trabalho digno e eficiente. Inicialmente, confesso, cheguei a concluir pela impossibilidade de responsabilizar o Distrito Federal à falta de norma legal ou obrigação anteriormente estipulada para alcançar a delimitação dos

316
8

requisitos da concessão dos serviços empreendidos, mas, além dos parâmetros normativos indicados na exordial emendada, da qual não pode o juiz se furtar conhecer e aplicar, perceber ser outra a situação a reger o sistema rodoviário local. A falta de indicação pelas partes, corretos normativos aplicáveis não pode, à luz do contorno fático-jurídico descrito pelas partes, inibir o juiz de julgar, porque se ninguém pode escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece (Lei de Introdução, artigo 3º), menos ainda pode assim o juiz se furtar a aplicar a norma legal incidente sob premissa de não expressamente invocada, sob pena de assim poder, por via indireta, contrariar preceito constitucional ou legal que restaria inaplicado quando antes deveria ser enaltecido. Se ao juiz é vedado julgar fora dos limites da lide, doutro lado assim expressa vedação apenas para conhecer as questões não suscitadas pelas partes que a lei exija destas a iniciativa de arguir (CPC, artigo 128), enquanto enaltece, sempre, que ao julgar a lide deve, antes e sobretudo, o juiz aplicar as normas legais (CPC, artigo 126, segunda parte). E as normas existem. Por partes. O Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/1993 estipula ser o CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito o órgão normativo do sistema, regulamentando os preceitos legais contidos no referido Código (artigo 12, I e XI), inclusive de modo a reduzir a emissão de gases e ruídos (artigos 104 e 105, V), assim tendo editado a Resolução nº 316, de 08 de maio de 2009, que “Estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo de passageiros M2 e M3 (tipos micro-ônibus e ônibus) de fabricação nacional e estrangeira”, dispondo no respectivo artigo 9º que “O compartimento do sistema de propulsão, independentemente de sua localização, deve possuir isolamento termo/acústico.” Com efeito, se não há exigência normativa de que os motores sejam localizados de modo central ou traseiro, nem de que os ônibus sejam dotados de direção hidráulica e câmbio automático, ou que sejam equipados com aparelhos condicionadores de ar, doutro lado houve a expressa determinação pelo CONTRAN de que os ônibus destinados ao transporte público de passageiros tivessem seus motores, independentemente de sua localização, revestidos de isolamento térmico e acústico. Com relação aos bancos dos motoristas e passageiros há exigência ergonômica pelo Anexo IV da Resolução nº 316/2008 do CONTRAN, assim estipulando questões alusivas à ancoragem, distâncias mínimas entre bancos e uso de cintos de segurança para motoristas, mas também os ângulos necessários a permitir o devido apoio de torso e coxas nos assentos, além de proteção ao tranco do pescoço (aceitabilidade da cabeça), de modo a alcançar posição de conforto e de segurança. Noto, ainda, que o normativo descrito pela Resolução nº 316/2008 do CONTRAN já se encontrava, em similar medida, na então revogada Resolução nº 811/1996 do CONTRAN, especificamente nos artigos 3º, § 2º, e 6º, quanto aos assentos utilizáveis, e 7º, quanto à exigência do compartimento do motor, independentemente de sua localização, possuir isolamento termoacústico. Doutro lado, com relação às instalações utilizadas por motoristas e cobradores de ônibus, percebe-se haver a Lei Local nº 4.226, de 24 de outubro de 2008, dispondo, no artigo 1º, que ‘Fica determinada a implantação de banheiros públicos nos logradouros públicos do Distrito Federal, como passagens subterrâneas de pedestres, paradas de ônibus, estações de metrô’, tendo sido fixado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação ocorrida em 29/10/2008, para o fiel cumprimento da lei pelo Governo do Distrito Federal. A par dos normativos referidos, nada fez o Distrito Federal no sentido de exigir, quando da concessão dos serviços públicos de transporte coletivo urbano de passageiros, o uso de veículos com motores com isolamento térmico e acústico, com bancos ergonômicos para motoristas e cobradores, nem ainda cuidou de cumprir o comando da própria lei local, deixando assim de dispor os pontos de ônibus, sobretudo aqueles que funcionam quase como terminais, como pontos de espera, de banheiros públicos para tais trabalhadores e ainda para os próprios usuários do sistema. As leis e atos normativos federais e a lei local foram ignoradas pelo Distrito Federal na licitação e na concessão do serviço, quando assim não poderia ser. Não se há, nesse particular, que confundir o ato de concessão com o de fiscalização do sistema. Os editais destinados à licitação de linhas são incumbência exclusiva do Distrito Federal e, por óbvio, deveriam observar os comandos normativos pertinentes aos requisitos a exigir dos candidatos à concessão, quanto aos veículos utilizáveis, ou, como no caso das instalações sanitárias exigíveis, já que instaláveis em logradouros públicos e assim sob sua direta responsabilidade, providenciar banheiros públicos, ainda que por contrapartida de sua implantação e manutenção pelos concessionários do sistema de transporte público coletivo de passageiros. Nesse particular, também cabe notar, a eventual antecedência do processo licitatório em relação aos normativos descritos não afastaria a

responsabilidade do Distrito Federal de, como poder concedente, ajustar os contratos de concessão às normas de regência depois vigentes, conforme estabelece e determina a própria Lei de Concessões, no que seria despropositada qualquer justificativa de que à época da concessão não havia qualquer exigência quanto aos modelos de ônibus adotáveis. Aliás, essa justificativa sequer se permitiria em relação instalações de banheiros públicos, objeto de lei local cuja observância se afasta do próprio ato de concessão, ainda que se pudesse, como antes dito, aproveitar o momento para contrapartida dos concessionários quanto a eventual implantação e/ou manutenção de tais instalações públicas. Com efeito, a Administração Pública, ao agir, deve observar os comandos legais, vinculando-se aos preceitos normativos pertinentes, no que se distingue dos sujeitos em geral que podem fazer ou deixar de fazer algo se assim não se descreve em conduta exigida por lei, enquanto o Poder Público apenas pode agir segundo o comando legal. O reconhecimento da incapacidade de gestão governamental não pode ser levado, neste Tribunal, ao ponto de estabelecer uma culpa administrativa indistinta do Poder Público por não adotar medida não exigida por lei ou que não se poderia antes antever, ainda que razoável que desde muito antes devesse o Governo instituir a substituição de toda uma frota inadequada por outra capaz de satisfazer as necessidades da população, com terminais e pontos de ônibus ou outros meios de transporte dignos, e assim também empreender medidas de dignidade aos trabalhadores envolvidos com o transporte de vidas. Contudo, também não se há que entender razoável justificativa governamental que descreva desconhecimento das normas aplicáveis, seja o ato normativo expedido pelo CONTRAN quanto aos requisitos dos ônibus de transporte urbano de passageiros, seja a lei local que exige a implantação de banheiros públicos em pontos de ônibus, assim também nos pontos declarados de espera dos trabalhadores das concessionárias de transporte público. A sensibilidade do magistrado não se pode transformar num ativismo desmensurado de substituição do administrador público nem na construção indireta do normativo antes inexistente, tanto mais quando a demanda sequer se coloca sob a premissa de constituir uma obrigação futura, mas na pretensão de condenação fundada em obrigação antecedente é que situo o ato omissivo condenável do Distrito Federal e assim, na inexorável perturbação havida do meio ambiente do trabalho, reconheço a sua culpa concorrente ou direta pelo dano moral coletivo ocorrido em relação aos trabalhadores envolvidos no transporte público coletivo urbano de passageiros do Distrito Federal. Louvo a preocupação do Ministério Público e compartilho de suas angústias, assim como as dos meus pares neste Tribunal, sempre sensibilizados com as expectativas de nossa Sociedade, que também somos todos nós, mas, com a devida vênia, não posso considerar uma premissa inexistente antes para estabelecer, sob o manto de Justiça, um desvio do Direito, responsabilizando alguém por algo a que antes não se obrigava, enquanto, doutro lado, com base nos comandos normativos antes existentes, delimito as responsabilidades, os danos causados e o modo de reparação em decorrência das obrigações que vislumbro descumpridas, ainda que as normas não tenham sido expressamente delineadas, porque a ninguém é dado desconhecer a lei, mais ainda aos agentes políticos do Estado, como legisladores, administradores públicos e magistrados. Não seria inapropriado que o Distrito Federal dispusesse de legislação a exigir do Poder Público local a observância de certos modelos de veículos a trafegar no serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, ou a menos a estabelecer uma diretriz mínima que se regulamentasse no sentido de atingir-se tal objetivo, como certas municipalidades já o fizeram. Na falta dessa norma desejada, contudo, nada mais pode haver que o lamentar judicial, sem invocar tal ausência como norte condenatório, substituindo a sentença a lei esperada. Mas, na falta dessa norma local, não poderia o Poder Público local, jamais, deixar de observar o ato normativo emanado do órgão regulador federal, o CONTRAN, relativo às exigências dos veículos, nem assim desconsiderar a norma legal específica emanada do Poder Legislativo local pertinente às condições sanitárias, sendo esse o marco suficiente a estabelecer, nos limites postos na lide, a responsabilidade, ainda que parcial e modulada, do Distrito Federal. Neste particular, declaro, nesses limites, a culpa do Distrito Federal, como poder concedente, pelos vícios perpetrados no sistema de transporte público coletivo urbano de passageiros a prejudicar o meio ambiente do trabalho de motoristas e cobradores da empresa concessionária, ao longo de décadas, com ônibus inadequados ao longo de décadas, causando diversos acidentes de trabalho mediante doenças adquiridas em razão do ambiente de trabalho inadequado, assim como pela inobservância de normativo local pertinente à exigência de instalações sanitárias aos

319
R

326

trabalhadores (e usuários) do sistema de transporte, ferindo a dignidade humana, reconhecendo o dano moral coletivo e a obrigações específicas de fazer". Não olvido, também, que há várias obrigações de fazer descumpridas pela concessionária, como a citada acima, isto é, disponibilização, nos pontos de espera, de instalações sanitárias separadas por sexo, inclusive com pontos de água potável, além da adequação do ambiente de trabalho de modo a não causar dano auditivo aos motoristas e cobradores. Saliento que, nestes autos, não se percebe que as partes entabularam algum acordo. Por esse viés, portanto, e ancorado na máxima albergada pelo princípio da isonomia, de tratar desigualmente os desiguais na medida das suas desigualdades, acredito se possa imputar a mesma quantia às partes. E penso que o importe deva ser superior àquele indicado no voto condutor. Na linha do raciocínio aqui apresentado e tendo em conta os judiciosos fundamentos do Exmo. Desembargador Alexandre Nery e do Exmo. Desembargador Mário Caron, arbitro à condenação o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) a cada parte ré. Quanto à destinação da indenização por dano moral coletivo, diviso ser correto em determinar-se que o importe seja dirigido em favor de fundo a ser gerido pelo MM. Juízo de origem em prol de instituição beneficente capaz de utilizá-lo de modo adequado e em decorrência de indicações a serem efetivadas pelo Ministério Público do Trabalho. Assinalo que a multa coercitiva não tem a finalidade de reparar perdas e danos, mas garantir a eficácia da tutela jurisdicional, coagindo o réu a cumprir a ordem judicial. Por outro lado, lesão dessa ordem autoriza o ordenamento jurídico que os recursos imputados sejam utilizados na reconstituição, reparação e preservação dos bens lesados no próprio local onde o dano tiver ocorrido, podendo ser destinados a fundos protetores de clientela específicas (idoso, criança, adolescente, deficientes etc) ou a entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, por meio de doações em espécie ou in natura, sujeitas à prestação de contas. Observo que, na forma prevista no art. 13 da Lei nº 7.347/1985, a condenação pecuniária será revertida a um fundo, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados. É pertinente extrair do referido texto que não necessariamente essa destinação deva ser feita ao FAT, pontuando-se a tendência jurisprudencial em não mais remeter esses valores para esse Fundo. Isso tendo em conta que as quantias para ali recolhidas não têm sido aplicadas conforme previsto no mencionado art. 13. Provejo, pois, em parte o recurso nessa fração." f) antecipação dos efeitos da tutela: Consoante reformulação ocorrida em sessão de julgamento (07/05/2014), adotei os fundamentos da eminente Revisora, sob a premissa de que a antecipação de tutela permite descrever efeitos imediatos e plenos à sentença, e assim ao acórdão do Tribunal, sem as discussões que poderiam permear a eficácia contida das decisões pelo mero efeito devolutivo próprio dos recursos trabalhistas, dada a executividade apenas provisória, enquanto a antecipação de tutela empresta à decisão, ainda que pendente de recurso, próprio à que decorre da execução definitiva, ainda quando sujeita, por óbvio, à possibilidade de reversão de resultados obtidos. Com esses acréscimos, transcrevo, inclusive porque delimitadores da liminar assim deferida em antecipação de tutela, os douts FUNDAMENTOS DA EMINENTE DESEMBARGADORA REVISORA ELKE DORIS JUST: "O provimento buscado deve ser eficaz. Foram deferidos pedidos com obrigação de fazer e que se referem à saúde do trabalhador. Para que não se diga dos impedimentos no que se refere à Administração Pública, considero que nada impede o cumprimento das obrigações pelo ente privado. Por isso, considero imprescindível a fixação de prazo para cumprimento do comando judicial quanto às obrigações de fazer impostas à 1ª Reclamada (Viação Planeta Ltda.), prazo com o curso iniciado com a prolação do acórdão. Sugiro 120 dias, sob pena de aplicação de multa, sob os mesmos parâmetros estabelecidos na sentença, os quais também adoto: 'Em caso de descumprimento, incidirá multa de R\$ 5.000,00 por dia para as obrigações constantes nas letras 'a', 'b' e 'c' de fls. 124/125. No tocante às letras 'd' e 'e' de fl. 125 e letra 'h' de fl. 126, a multa cominada por descumprimento será de R\$ 1.000,00 por empregado não submetido à avaliação audiométrica, não afastado na situação descrita na letra 'e' ou quando constatada situação que exija o uso de EPI e não houver o fornecimento respectivo. Quanto à letra 'f', incidirá a multa diária de R\$ 1.000,00 por veículo irregular. Por fim, quanto à letra 'g', fica estabelecida a multa diária de R\$ 5.000,00 em caso de não cumprimento.' Se assim não for, o provimento será ineficaz até o 'trânsito em julgado', o que poderá ocorrer dentro de vinte anos. Na forma das noções processuais, a decisão judicial é eficaz e cabe aos tribunais conferir a esperada eficácia. Assim, provejo o recurso do Ministério Público, também no particular, para deferir a antecipação de tutela e determinar o cumprimento das obrigações de fazer no prazo de

120 dias contados da publicação do acórdão, sob pena de aplicação da multa ora estabelecida.”
ACÓRDÃO:

Acórdão

ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer ambos os recursos e, no mérito, por maioria, negar provimento ao recurso da empresa Ré, vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Relator e Revisora que proviam o apelo no tópico da adequação dos veículos da frota, e, por maioria, dar parcial provimento ao recurso do Ministério Público do Trabalho, vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Relator e Revisora quanto ao valor da indenização por danos morais e vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Caron no tópico da precariedade dos terminais quanto à responsabilidade solidária da empresa e do Distrito Federal pelos terminais e pontos de espera, prevalecendo o voto médio do Exmo. Sr. Desembargador João Amílcar Pavan pelas responsabilidades isoladas conforme o domínio ou posse dos terminais e pontos de espera, sendo deferida, ainda, por unanimidade, a liminar de antecipação de tutela, conforme voto da Exma. Sra. Desembargadora Revisora Elke Doris Just, no mais prevalecendo o voto do Exmo. Sr. Desembargador Relator Alexandre Nery de Oliveira, mantido Redator para o acórdão; valor arbitrado à condenação majorado para R\$ 10.000.000,00, com custas de lei pelos Réus, isento o Distrito Federal, na forma legal. Ementa aprovada. Brasília/DF, 21 de agosto de 2014. (data da conclusão do julgamento)
ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA Desembargador Relator

Certidão(ões)

Órgão
Julgador: 2ª Turma

4ª Sessão Extraordinária do dia 21/08/2014

Presidente: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Relator: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Composição:

Desembargador JOÃO AMÍLCAR

Presente NORMAL

Desembargadora ELKE DORIS JUST

Presente NORMAL

Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Ausente FERIAS

Desembargador BRASILINO SANTOS RAMOS Ausente FERIAS

aprovar o relatório, conhecer ambos os recursos e, no mérito, por maioria, negar provimento ao recurso da empresa Ré, vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Relator e Revisora que proviam o apelo no tópico da adequação dos veículos da frota, e, por maioria, dar parcial provimento ao recurso do Ministério Público do Trabalho, vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Relator e Revisora quanto ao valor da indenização por danos morais e vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Caron no tópico da precariedade dos terminais quanto à responsabilidade solidária da empresa e do Distrito Federal pelos terminais e pontos de espera, prevalecendo o voto médio do Exmo. Sr. Desembargador João Amílcar Pavan pelas responsabilidades isoladas conforme o domínio ou posse dos terminais e pontos de espera, sendo deferida, ainda, por unanimidade, a liminar de antecipação de tutela, conforme voto da Exma. Sra. Desembargadora Revisora Elke Doris Just, no mais prevalecendo o voto do Exmo. Sr. Desembargador Relator Alexandre Nery de Oliveira, mantido Redator para o acórdão; valor arbitrado à condenação majorado para R\$ 10.000.000,00, com custas de lei pelos Réus, isento o Distrito Federal, na forma legal. Ementa aprovada. Obs.: Voto de desempate proferido pelo Desembargador João Amílcar na forma da Emenda Regimental nº 26/2012. Os Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Macedo F. Caron proferiram votos na sessão do dia 09.07.2014.

Órgão
Julgador: 2ª Turma

19ª Sessão Ordinária do dia 09/07/2014

Presidente: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Relator: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Composição:

Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Presente NORMAL

Desembargador BRASILINO SANTOS RAMOS Presente NORMAL

Desembargadora ELKE DORIS JUST Presente NORMAL

Desembargador JOÃO AMÍLCAR Ausente FERIAS

preliminarmente indeferir o pedido de fls.6040/41. Após voto de vista dos Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Macedo F. Caron divergindo em parte do Relator e Revisora, tendo sido constatado empate nos temas: adequação dos veículos, tema em que os votos divergentes dão provimento ao recurso; precariedade dos terminais, tema em que os votos divergentes são pela condenação também da empresa ré além do Distrito Federal; e no valor das indenizações por danos morais coletivo em que a divergência é para que seja fixado o valor de R\$ 10 milhões a cargo do DF e R\$ 10 milhões a ser suportado pela empresa ré. Adiar o julgamento do presente processo em virtude de ter ocorrido empate, ficando designado para proferir voto de desempate o Desembargador João Amílcar, na forma da Emenda Regimental nº 26/2012.

Órgão
Julgador: 2ª Turma

11ª Sessão Ordinária do dia 07/05/2014

Presidente: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Relator: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Composição:

Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Presente NORMAL

Desembargador BRASILINO SANTOS RAMOS Presente NORMAL

Desembargadora ELKE DORIS JUST Presente NORMAL

Desembargador JOÃO AMÍLCAR Ausente JUSTIFICADA

aprovar o relatório, proferiram votos os Desembargadores Relator e Revisora no sentido de conhecer os recursos e, no mérito, dar-lhes parcial provimento, com custas pela Empresa Ré, fixadas em R\$ 20.000,00, calculadas sobre R\$ 1.000.000,00 e isento, na forma legal, o Distrito Federal. Adiar o julgamento do presente processo em virtude do pedido de vista regimental sucessiva dos Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Macedo F. Caron. Obs.: O Desembargador Relator acolheu a divergência manifestada pela Revisora quanto a antecipação de tutela.

[Imprimir](#)[Fechar](#)

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região

Acórdão do(a) Exmo(a) Desembargador(a) Federal do Trabalho ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Processo: 01828-2012-001-10-00-9-RO

Ementa

- EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS PELA PRIMEIRA RECLAMADA: VÍCIO SUPRIDO: ERRO MATERIAL DO VALOR DA CONDENAÇÃO CORRIGIDO.
- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO SEGUNDO RECLAMADO: AUSÊNCIA DE OMISSÃO: COMPLETA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL.

Relatório

Contra o v. acórdão regional que negou provimento ao recurso da primeira Reclamada, Viação Planeta Ltda, e deu provimento parcial ao apelo interposto pelo Ministério Público do Trabalho (fls. 6047/6087), opuseram os Reclamados embargos de declaração, requerendo o pronunciamento do Colegiado para suprir vícios (fls. 6095/6099 e 6100/6103).

É o relatório.

Voto

(1) ADMISSIBILIDADE:

Os embargos de declaração são tempestivos e formalmente regulares: conheço.

(2) MÉRITO:

- PRIMEIRA RECLAMADA

Alegou a primeira Reclamada que o acórdão regional restou omissivo e obscuro por não fixar individualmente o valor das custas processuais devidas pelos Reclamados.

Há contradição na decisão embargada, em face de erro material, porque nos fundamentos restou consignado que o valor da condenação seria arbitrado em "R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para cada parte ré", totalizando R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mas no dispositivo constou arbitramento total de apenas R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Suprindo o vício, esclareço que o valor arbitrado à condenação foi majorado para R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo cada Reclamado responsável pelo recolhimento das custas processuais de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) calculadas sobre R\$ 10.000,00 (dez milhões de reais), na forma da lei.

Acolho os embargos de declaração opostos pela primeira Reclamada

- SEGUNDO RECLAMADO

Alegou o segundo Reclamado que o acórdão embargado restou omissivo por não se manifestar acerca da impossibilidade de responsabilizá-lo pelas ilicitudes denunciadas na petição inicial, por ser da União a obrigação de fiscalizar o meio ambiente do trabalho e por nada falar acerca da teoria da responsabilidade civil do estado.

A decisão embargada não contém o vício da omissão, pois foram feitas as devidas considerações acerca da responsabilidade do Distrito Federal.

A decisão embargada foi assim fundamentada:

"d) responsabilidade do Distrito Federal:

Ainda que se perceba o equívoco do Distrito Federal na adoção dos modelos de ônibus destinados ao serviço público coletivo de transporte de passageiros, há que se investigar se agiu o poder concedente fora de balizas legais para imputar-lhe responsabilidade pelos danos causados depois aos trabalhadores, assim motoristas e cobradores de ônibus, ante os ônibus adotados pela empresa concessionária e pelos demais aspectos do meio ambiente de trabalho relatado pelo Parquet.

A responsabilização, mesmo do Estado, exige conduta antecedente apurável em razão de premissa estabelecida para agir ou deixar de agir a certo modo. Estabelecer a culpa, sem revelar onde residiria antes a obrigação de fazer de modo distinto, envolve criar depois a obrigação como modo de justificar o ato antecedente, quando ao Judiciário apenas se permite estabelecer a conduta pretérita como correta ou errada segundo a norma ou comando vigente à ocasião do fato ou do período e eventos analisados.

Nesse particular, penso inadequadas as colocações ministeriais pertinentes a pretender ajustamento a conduta inexigível por lei ou ato normativo, ainda que razoável, porque o Poder Público não se pode obrigar a fazer algo não contido em norma própria. Doutro lado, emerge de certos atos normativos federais ou locais a inequívoca inobservância pelo Distrito Federal, resultando, disso, afronta inquestionável ao meio ambiente de trabalho e à dignidade dos trabalhadores envolvidos, ainda que em menor extensão que aquela delineada na exordial.

As circunstâncias fáticas descritas na exordial não são repulsadas pelo Distrito Federal em relação aos modelos de ônibus adotados no sistema nem assim em relação às instalações dos pontos de espera. Mas nem seria preciso esse efeito processual.

Não é difícil perceber que os ônibus adotados no serviço, no período descrito pelo Parquet, são de precariedade incontestável, parecendo mais carrocerias montadas sobre chassis inadequados, muitas vezes para fazer frente a outros inconvenientes como as vias irregulares dos trajetos rodoviários ou a falta de pontos de ônibus adequados como aqueles existentes em várias cidades do mundo e em algumas do país, num desrespeito não apenas aos que labutam como motoristas ou cobradores, mas sobretudo aos usuários, os passageiros cada vez mais espremidos em veículos insuficientes para atender à demanda de modo respeitoso.

Não é difícil perceber que tais ônibus, em cada troca de marcha, empreendem ruídos e vibrações excessivas, a denotar perfeita a percepção ministerial dos prejuízos causados à saúde dos trabalhadores envolvidos diretamente.

Também não é difícil perceber a precariedade e abandono dos pontos de ônibus do Distrito Federal, alguns transformados em muros pichados, com assentos quebrados e sem qualquer informação ao usuário, outros em verdadeiras latrinas, lugar de desafogo de detritos humanos, num desrespeito a trabalhadores e usuários do sistema submetidos a mal cheiros e a locais insalubres por diversos motivos, quando se esperava, na Capital Federal, houvesse maior respeito ao brasileiro.

Não tenho dúvidas de que a Brasília, onde nasci há quase meio século, é merecedora de transporte público muito diverso do que se tem oferecido ao longo dos anos. Os ônibus em pleno século XXI não se diferenciam muito daqueles que utilizei quando estudante, nos anos de 1970 e 1980. Parecem mais carroças, caminhões adaptados, do que os veículos que trafegam por capitais e cidades de diversos outros países.

Há uma feiura no trânsito de Brasília e arredores a contaminar todo o planejamento que se diz feito antes e que descrevia a cidade como patrimônio da humanidade.

Há um constante desrespeito aos que necessitam do transporte público e um desencorajamento a que haja o desapego ao transporte individual, como noutros países se propaga e se incentiva.

Na nossa Capital Federal, podemos testemunhar, é vergonhoso e desrespeitoso o transporte público coletivo de passageiros, notadamente o empreendido por ônibus, longe do ideal de que todos, inclusive os que detêm melhores condições financeiras, também se sintam atraídos a usar um transporte digno e eficiente, porque não é rico o país em que cada um usa seu próprio carro, mas aquele em que todos tem orgulho de poder utilizar o transporte público coletivo.

A nossa Capital Federal deveria ter transporte que nos orgulhasse a todos, como outras capitais do mundo, mas ao invés disso nossos concidadãos são maltratados pelas políticas públicas de políticos despreparados ou gananciosos, incapazes de estabelecer um programa consistente de

melhoria.

As malhas viárias não se integram, os veículos trafegam sujos e a toda hora quebram prejudicando o já caótico trânsito do Distrito Federal, a população é submetida a algo precário em contrapartida a passagens caras, os trabalhadores se veem reféns de usuários descontentes, sem poder oferecer algo condizente ao respeito merecido, e nisso tudo o sistema se vê num círculo vicioso e viciado, em que a ganância de alguns se sobrepõe à melhoria da qualidade de vida de milhões que usam ou que poderiam usar o transporte público coletivo local, na seara trabalhista a evidenciar problemas nas condições oferecidas para o trabalho digno e eficiente.

Inicialmente, confesso, cheguei a concluir pela impossibilidade de responsabilizar o Distrito Federal à falta de norma legal ou obrigação anteriormente estipulada para alcançar a delimitação dos requisitos da concessão dos serviços empreendidos, mas, além dos parâmetros normativos indicados na exordial emendada, da qual não pode o juiz se furtar conhecer e aplicar, percebi ser outra a situação a reger o sistema rodoviário local.

A falta de indicação pelas partes dos corretos normativos aplicáveis não pode, à luz do contorno fático-jurídico descrito pelas partes, inibir o juiz de julgar, porque se ninguém pode escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece (Lei de Introdução, artigo 3º), menos ainda pode assim o juiz se furtar a aplicar a norma legal incidente sob premissa de não expressamente invocada, sob pena de assim poder, por via indireta, contrariar preceito constitucional ou legal que restaria inaplicado quando antes deveria ser enaltecido. Se ao juiz é vedado julgar fora dos limites da lide, doutro lado assim expressa vedação apenas para conhecer as questões não suscitadas pelas partes que a lei exija destas a iniciativa de arguir (CPC, artigo 128), enquanto enaltece, sempre, que ao julgar a lide deve, antes e sobretudo, o juiz aplicar as normas legais (CPC, artigo 126, segunda parte).

E as normas existem.

Por partes.

O Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/1993 estipula ser o CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito o órgão normativo do sistema, regulamentando os preceitos legais contidos no referido Código (artigo 12, I e XI), inclusive de modo a reduzir a emissão de gases e ruídos (artigos 104 e 105, V), assim tendo editado a Resolução nº 316, de 08 de maio de 2009, que "Estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo de passageiros M2 e M3 (tipos micro-ônibus e ônibus) de fabricação nacional e estrangeira", dispondo no respectivo artigo 9º que "O compartimento do sistema de propulsão, independentemente de sua localização, deve possuir isolamento termo/acústico."

Com efeito, se não há exigência normativa de que os motores sejam localizados de modo central ou traseiro, nem de que os ônibus sejam dotados de direção hidráulica e câmbio automático, ou que sejam equipados com aparelhos condicionadores de ar, doutro lado houve a expressa determinação pelo CONTRAN de que os ônibus destinados ao transporte público de passageiros tivessem seus motores, independentemente de sua localização, revestidos de isolamento térmico e acústico.

Com relação aos bancos dos motoristas e passageiros há exigência ergonômica pelo Anexo IV da Resolução nº 316/2008 do CONTRAN, assim estipulando questões alusivas à ancoragem, distâncias mínimas entre bancos e uso de cintos de segurança para motoristas, mas também os ângulos necessários a permitir o devido apoio de torso e coxas nos assentos, além de proteção ao tranco do pescoço (aceitabilidade da cabeça), de modo a alcançar posição de conforto e de segurança.

Noto, ainda, que o normativo descrito pela Resolução nº 316/2008 do CONTRAN já se encontrava, em similar medida, na então revogada Resolução nº 811/1996 do CONTRAN, especificamente nos artigos 3º, § 2º, e 6º, quanto aos assentos utilizáveis, e 7º, quanto à exigência do compartimento do motor, independentemente de sua localização, possuir isolamento termo-acústico.

Doutro lado, com relação às instalações utilizadas por motoristas e cobradores de ônibus, percebe-se haver a Lei Local nº 4.226, de 24 de outubro de 2008, dispondo, no artigo 1º, que "Fica determinada a implantação de banheiros públicos nos logradouros públicos do Distrito Federal, como passagens subterrâneas de pedestres, paradas de ônibus, estações de metrô", tendo sido fixado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação ocorrida em 29/10/2008, para o fiel cumprimento da lei pelo Governo do Distrito Federal.

A par dos normativos referidos, nada fez o Distrito Federal no sentido de exigir, quando da concessão dos serviços públicos de transporte coletivo urbano de passageiros, o uso de veículos com motores com isolamento térmico e acústico, com bancos ergonômicos para motoristas e cobradores, nem ainda cuidou de cumprir o comando da própria lei local, deixando assim de dispor os pontos de ônibus, sobretudo aqueles que funcionam quase como terminais, como pontos de espera, de banheiros públicos para tais trabalhadores e ainda para os próprios usuários do sistema.

As leis e atos normativos federais e a lei local foram ignoradas pelo Distrito Federal na licitação e na concessão do serviço, quando assim não poderia ser.

Não se há, nesse particular, que confundir o ato de concessão com o de fiscalização do sistema.

Os editais destinados à licitação de linhas são incumbência exclusiva do Distrito Federal e, por óbvio, deveriam observar os comandos normativos pertinentes aos requisitos a exigir dos candidatos à concessão, quanto aos veículos utilizáveis, ou, como no caso das instalações sanitárias exigíveis, já que instaláveis em logradouros públicos e assim sob sua direta responsabilidade, providenciar banheiros públicos, ainda que por contrapartida de sua implantação e manutenção pelos concessionários do sistema de transporte público coletivo de passageiros.

Nesse particular, também cabe notar, a eventual antecedência do processo licitatório em relação aos normativos descritos não afastaria a responsabilidade do Distrito Federal de, como poder concedente, ajustar os contratos de concessão às normas de regência depois vigentes, conforme estabelece e determina a própria Lei de Concessões, no que seria despropositada qualquer justificativa de que à época da concessão não havia qualquer exigência quanto aos modelos de ônibus adotáveis.

Aliás, essa justificativa sequer se permitiria em relação instalações de banheiros públicos, objeto de lei local cuja observância se afasta do próprio ato de concessão, ainda que se pudesse, como antes dito, aproveitar o momento para contrapartida dos concessionários quanto a eventual implantação e/ou manutenção de tais instalações públicas.

Com efeito, a Administração Pública, ao agir, deve observar os comandos legais, vinculando-se aos preceitos normativos pertinentes, no que se distingue dos sujeitos em geral que podem fazer ou deixar de fazer algo se assim não se descreve em conduta exigida por lei, enquanto o Poder Público apenas pode agir segundo o comando legal.

O reconhecimento da incapacidade de gestão governamental não pode ser levado, neste Tribunal, ao ponto de estabelecer uma culpa administrativa indistinta do Poder Público por não adotar medida não exigida por lei ou que não se poderia antes antever, ainda que razoável que desde muito antes devesse o Governo instituir a substituição de toda uma frota inadequada por outra capaz de satisfazer as necessidades da população, com terminais e pontos de ônibus ou outros meios de transporte dignos, e assim também empreender medidas de dignidade aos trabalhadores envolvidos com o transporte de vidas. Contudo, também não se há que entender razoável justificativa governamental que descreva desconhecimento das normas aplicáveis, seja o ato normativo expedido pelo CONTRAN quanto aos requisitos dos ônibus de transporte urbano de passageiros, seja a lei local que exige a implantação de banheiros públicos em pontos de ônibus, assim também nos pontos declarados de espera dos trabalhadores das concessionárias de transporte público.

A sensibilidade do magistrado não se pode transformar num ativismo desmensurado de substituição do administrador público nem na construção indireta do normativo antes inexistente, tanto mais quando a demanda sequer se coloca sob a premissa de constituir uma obrigação futura, mas na pretensão de condenação fundada em obrigação antecedente é que situo o ato omissivo condenável do Distrito Federal e assim, na inexorável perturbação havida do meio ambiente do trabalho, reconheço a sua culpa concorrente ou direta pelo dano moral coletivo ocorrido em relação aos trabalhadores envolvidos no transporte público coletivo urbano de passageiros do Distrito Federal.

Louvo a preocupação do Ministério Público e compartilho de suas angústias, assim como as dos meus pares neste Tribunal, sempre sensibilizados com as expectativas de nossa Sociedade, que também somos todos nós, mas, com a devida vênia, não posso considerar uma premissa inexistente antes para estabelecer, sob o manto de Justiça, um desvio do Direito, responsabilizando alguém por algo a que antes não se obrigava, enquanto, doutro lado, com base nos comandos normativos antes existentes, delimito as responsabilidades, os danos causados e o modo de reparação em decorrência das obrigações que vislumbro descumpridas, ainda que as normas não tenham sido expressamente delineadas, porque a ninguém é dado desconhecer a lei, mais ainda aos agentes políticos do Estado, como legisladores, administradores públicos e magistrados.

Não seria inapropriado que o Distrito Federal dispusesse de legislação a exigir do Poder Público local a observância de certos modelos de veículos a trafegar no serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, ou a menos a estabelecer uma diretriz mínima que se regulamentasse no sentido de atingir-se tal objetivo, como certas municipalidades já o fizeram. Na falta dessa norma desejada, contudo, nada mais pode haver que o lamentar judicial, sem invocar tal ausência como norte condenatório, substituindo a sentença a lei esperada. Mas, na falta dessa norma local, não poderia o Poder Público local, jamais, deixar de observar o ato normativo emanado do órgão regulador federal, o CONTRAN, relativo às exigências dos veículos, nem assim desconsiderar a norma legal específica emanada do Poder Legislativo local pertinente às condições sanitárias, sendo esse o marco suficiente a estabelecer, nos limites postos na lide, a responsabilidade, ainda que parcial e modulada, do Distrito Federal.

Neste particular, declaro, nesses limites, a culpa do Distrito Federal, como poder concedente, pelos vícios perpetrados no sistema de transporte público coletivo urbano de passageiros a prejudicar o meio ambiente do trabalho de motoristas e cobradores da empresa concessionária, ao longo de décadas, com ônibus inadequados ao longo de décadas, causando diversos acidentes de trabalho mediante doenças adquiridas em razão do ambiente de trabalho inadequado, assim como pela inobservância de normativo local pertinente à exigência de

instalações sanitárias aos trabalhadores (e usuários) do sistema de transporte, ferindo a dignidade humana, reconhecendo o dano moral coletivo e a obrigações específicas de fazer.

Dou provimento ao apelo ministerial declarar a responsabilidade do Distrito Federal por danos morais coletivos."

Rejeito os embargos declaratórios opostos pelo segundo Reclamado, por inexistir qualquer omissão a respeito do tema de responsabilidade, exaustivamente delineado no acórdão, como se demonstra da transcrição feita.

(3) CONCLUSÃO:

Concluindo, conheço e acolho os embargos de declaração opostos pela primeira Reclamada, para reparar o vício da contradição, conheço e rejeito os embargos declaratórios opostos pelo segundo Reclamado, nos termos da fundamentação.

É o voto.

ACÓRDÃO:

Acórdão

ACORDAM os integrantes da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, conforme certidão de julgamento: aprovar o relatório, conhecer e acolher os embargos de declaração opostos pela primeira Reclamada para corrigir o erro material do valor da condenação e conhecer e rejeitar os embargos declaratórios opostos pelo segundo Reclamado, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada.

Brasília (DF), 29 de outubro de 2014.

(data do julgamento)

ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Desembargador Relator

-assinado digitalmente -

Certidão(ões)

Órgão
Julgador: 2ª Turma

34ª Sessão Ordinária do dia 29/10/2014

Presidente: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Relator: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Composição:

Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Presente NORMAL

Desembargador BRASILINO SANTOS RAMOS Presente NORMAL

Desembargadora ELKE DORIS JUST Presente NORMAL

Desembargador JOÃO AMÍLCAR Ausente FERIAS

aprovar o relatório, conhecer e acolher os embargos de declaração opostos pela primeira Reclamada para corrigir o erro material do valor da condenação e conhecer e rejeitar os embargos declaratórios opostos pelo segundo Reclamado, nos termos do voto do Relator.

Órgão
Julgador: 2ª Turma

4ª Sessão Extraordinária do dia 21/08/2014

Presidente: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Relator: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Composição:

Desembargador JOÃO AMÍLCAR

Presente NORMAL

Desembargadora ELKE DORIS JUST

Presente NORMAL

Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Ausente FERIAS

Desembargador BRASILINO SANTOS RAMOS Ausente FERIAS

730

aprovar o relatório, conhecer ambos os recursos e, no mérito, por maioria, negar provimento ao recurso da empresa Ré, vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Relator e Revisora que proviam o apelo no tópico da adequação dos veículos da frota, e, por maioria, dar parcial provimento ao recurso do Ministério Público do Trabalho, vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Relator e Revisora quanto ao valor da indenização por danos morais e vencidos em parte os Exmos. Srs. Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Caron no tópico da precariedade dos terminais e pontos de espera, sendo deferida, ainda, por unanimidade, a Federal pelos terminais e pontos de espera, prevalecendo o voto médio do Exmo. Sr. Desembargador João Amílcar Pavan pelas responsabilidades isoladas conforme o domínio ou posse dos terminais e pontos de espera, mantido Redator para o acórdão; valor arbitrado à liminar de antecipação de tutela, conforme voto da Exma. Sra. Desembargadora Revisora Elke Doris Just, no mais prevalecendo o voto do Exmo. Sr. Desembargador Relator Alexandre Nery de Oliveira, mantido Redator para o acórdão; valor arbitrado à condenação majorado para R\$ 10.000.000,00, com custas de lei pelos Réus, isento o Distrito Federal, na forma legal. Ementa aprovada. Obs.: Voto de desempate proferido pelo Desembargador João Amílcar na forma da Emenda Regimental nº 26/2012. Os Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Macedo F. Caron proferiram votos na sessão do dia 09.07.2014.

Órgão

Julgador: 2ª Turma

19ª Sessão Ordinária do dia 09/07/2014

Presidente: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Relator: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Composição:

Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Presente NORMAL

Desembargador BRASILINO SANTOS RAMOS Presente NORMAL

Desembargadora ELKE DORIS JUST Presente NORMAL

Desembargador JOÃO AMÍLCAR Ausente FERIAS

preliminarmente indeferir o pedido de fls.6040/41. Após voto de vista dos Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Macedo F. Caron divergindo em parte do Relator e Revisora, tendo sido constatado empate nos temas: adequação dos veículos, tema em que os votos divergentes dão provimento ao recurso; precariedade dos terminais, tema em que os votos divergentes são pela condenação também da empresa ré além do Distrito Federal; e no valor das indenizações por danos morais coletivo em que a divergência é para que seja fixado o valor de R\$ 10 milhões a cargo do DF e R\$ 10 milhões a ser suportado pela empresa ré. Adiar o julgamento do presente processo em virtude de ter ocorrido empate, ficando designado para proferir voto de desempate o Desembargador João Amílcar, na forma da Emenda Regimental nº 26/2012.

Órgão

Julgador: 2ª Turma

11ª Sessão Ordinária do dia 07/05/2014

Presidente: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Relator: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Composição:

Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Presente NORMAL

Desembargador BRASILINO SANTOS RAMOS Presente NORMAL

Desembargadora ELKE DORIS JUST Presente NORMAL

Desembargador JOÃO AMÍLCAR Ausente JUSTIFICADA

aprovar o relatório, proferiram votos os Desembargadores Relator e Revisora no sentido de conhecer os recursos e, no mérito, dar-lhes parcial provimento, com custas pela Empresa Ré, fixadas em R\$ 20.000,00, calculadas sobre R\$ 1.000.000,00 e isento, na forma legal, o Distrito Federal. Adiar o julgamento do presente processo em virtude do pedido de vista regimental sucessiva dos Desembargadores Brasilino Santos Ramos e Mário Macedo F. Caron. Obs.: O Desembargador Relator acolheu a divergência manifestada pela Revisora quanto a antecipação de tutela.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

2014

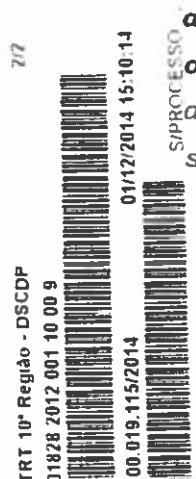
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Resumo da Revista: Dentre outros fundamentos recursais, o Distrito Federal não possui legal para fiscalizar o meio ambiente nos ônibus, não podendo, portanto, se indenizar eventuais danos morais motoristas e cobradores.

REF.: PROCESSO N.º 0001828-10.2012.5.0001-RO

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RÉUS: VIAÇÃO PLANETA LTDA. E DISTRITO FEDERAL



O DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público interno, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, com o devido respeito e acatamento, por intermédio do seu Procurador que a esta subscreve, poderes *ex lege*, interpor o presente

RECURSO DE REVISTA

Com fulcro no artigo 896, "c", da Consolidação das Leis do Trabalho, em face do acórdão proferido pela 2ª Turma deste Egrégio Tribunal nos autos do julgamento do Recurso Ordinário interposto pelas partes contra a r. sentença de fls., fazendo-o com arrimo nos fundamentos de fato e de direito aduzidos doravante.

Neste termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 29 de novembro de 2014.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF nº 29.190



732

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

RAZÕES DO RECURSO DE REVISTA

Processo nº 0001828-10.2012.5.0001-RO

Recorrente: **DISTRITO FEDERAL**

Recorrido: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

EGRÉGIO TRIBUNAL,

COLENDIA TURMA CÍVEL,

EMÉRITOS MINISTROS,

1. DA TEMPESTIVIDADE

O acórdão ora recorrido foi disponibilizado no DJe no dia 14 de novembro de 2014, sexta-feira. Computando-se o prazo em dobro de que dispõe a Fazenda Pública para manejar o presente recurso, é de se perceber que o termo final para interposição do presente recurso findar-se-á em 3 de dezembro de 2014.

Assim, protocolizado nesta data, inegável é a tempestividade do presente recurso excepcional.

2. DO BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

Na peça de ingresso, o *parquet* afirma que os trabalhadores que atuam da prestação do serviço de transporte público coletivo rodoviário têm sofrido violação à sua saúde, o que ensejaria o direito à reparação pelo dano moral supostamente sofrido de forma coletiva.



347

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Mais especificamente, o Ministério Público do Trabalho fundamenta seu pedido indenizatório na alegação de que, por meio da realização de inquérito civil junto à empresa ré, ter-se-ia verificado danos à integridade física dos seus trabalhadores por suposta **má condição do ambiente de trabalho** (no caso, para motoristas e cobradores, os ônibus em circulação), especificamente devido à exposição contínua a ruídos intensos. Assim, sustenta o Requerente/Recorrido que estaria configurado dano moral coletivo "a toda a coletividade de empregados" e "à própria sociedade".

Para imputar responsabilidade ao Distrito Federal e inclui-lo no polo passivo da presente demanda, o Ministério Público do Trabalho afirma que o ente público ora contestante seria **solidariamente** responsável à empresa VIAÇÃO PLANETA LTDA. pelos danos supostamente causados aos trabalhadores.

Pediu, ao final, indenização por dano moral coletivo no absurdo valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), a qual deveria ser destinada ao fundo previsto no artigo da Lei n.º 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), além de obrigações de índole personalíssimas em desfavor da empresa reclamada.

A sentença de primeiro grau julgou improcedente o pedido formulado em face do Distrito Federal e, em relação à Viação Planeta Ltda., a condenou ao pagamento de indenização por dano moral no importe de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) e às obrigações de fazer requeridas pelo Ministério Público.

O Ministério Público interpôs recurso ordinário e a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região o proveu, condenando o Distrito Federal ao pagamento da importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) a título de indenização por dano moral coletivo.

Em face desse acórdão, o Distrito Federal opôs embargos de declaração objetivando, além de prequestionar a matéria legal violada, aclarar alguns pontos omissos naquele pronunciamento judicial.

O acórdão ora recorrido violou diversos dispositivos de índole constitucional e legal, razão pela qual é necessária a intervenção desta Egrégia Corte Superior Trabalhista por meio do presente recurso de revista.

Em um breve relato, era o que havia de relevante a ser destacado. Passemos agora ao exame das razões pelas quais o presente recurso merece



334

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

provimento e, em consequência disso, o acórdão *a quo* deve ser reformado, exonerando o Distrito Federal de qualquer responsabilidade pelos fatos narrados na peça de ingresso.

3. DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE ESPECÍFICOS DO RECURSO DE REVISTA.

3.1 Do prequestionamento

Tanto a matéria legal quanto a constitucional foram minuciosamente debatidas pelo Juízo recorrido. Isto é, o acórdão recorrido examinou as disposições normativas aplicáveis à espécie, mas, ao fazê-lo, violou e afrontou os seguintes dispositivos: art. 93, IX, da Constituição da República; art. 5º, XXXV, da Constituição da República; art. 11, I, da Lei 10.593/02; artigo 626 da CLT; artigo 71, §1º, da Lei nº 8.666/93; artigo 114 da Constituição da República; artigo 37, §6º, da Constituição da República.

Desde a contestação, o Distrito Federal convocou o Judiciário Trabalhista a se debruçar sobre as normas extraídas dos referidos dispositivos. Após a sentença, o ente público ora recorrente provocou novamente a manifestação sobre, mas o Tribunal recorrido não se manifestou expressamente sobre eles.

Como não houve manifestação expressa, o Distrito Federal opôs embargos de declaração a fim de prequestionar a matéria legal e constitucional violada. Mais uma vez, o Tribunal não se manifestou expressamente sobre, em que pese a matéria estivesse devidamente prequestionada.

A questão era de simples solução: bastava o Tribunal recorrido indicar as razões pelas quais estava-se violando frontalmente os referidos dispositivos, os quais afastam a responsabilidade do ente público para as hipóteses como as narradas nos autos.

Com esta breve introdução, o Distrito Federal busca demonstrar a este Tribunal Superior do Trabalho que o requisito do **prequestionamento** foi **rigorosamente cumprido**, uma vez que a matéria legal e constitucional violada foi objeto de provocação pelo Ente Público recorrido desde a contestação.

4



335

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

3.2 Da transcendência do debate posto na presente causa.

O artigo 896-A da CLT dispõe que o Tribunal Superior do Trabalho examinará previamente, no recurso de revista, se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

No caso dos autos, a causa possui reflexos tanto de ordem econômica, como social e jurídica. É que o Tribunal *a quo* impôs absurda condenação ao Distrito Federal em virtude de fato em relação ao qual este não possui qualquer responsabilidade.

É impossível imputar responsabilidade ao Distrito Federal pelos supostos danos morais coletivamente sofridos pelos trabalhadores (motoristas e cobradores) no seu ambiente de trabalho (ônibus). Isto porque, o Distrito Federal não possui competência legal para fiscalizar o meio ambiente de trabalho, tal como quer fazer parecer o Ministério Público do Trabalho, tese esta que foi encampada pelo Juízo recorrido.

Este é justamente o ponto de transcendência da causa, pois, se prevalecer o entendimento de que as unidades federativas diversas da União, a exemplo do Distrito Federal, possuem competência para fiscalizar o meio ambiente do trabalho (o ônibus, no caso), tal pronunciamento judicial poderá atingir direta ou indiretamente todos os entes públicos que outorgam o serviço de transporte coletivo.

Nessa perspectiva, é inegável que a presente causa possui a transcendência anunciada pelo artigo 896-A da CLT.

Feitas tais colocações, passemos ao exame do mérito recursal.

4. DO MÉRITO RECURSAL.

O mérito deste recurso de revista de subdivide em três vertentes: i) a demonstração das razões pelas quais o acórdão merece ser reformado no sentido de cassar o acórdão (item 4.1 - abaixo); subsidiariamente, ii) as razões pelas quais o acórdão regional merece ser reformado para que o processo seja extinto sem resolução do mérito (item 4.2 - abaixo); e, por fim, ainda subsidiariamente, iii) as



336

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

razões pela quais o acórdão merece ser reformado para julgar improcedentes os pedidos (item 4.3 – abaixo).

4.1 Das razões para cassar o acórdão recorrido

**4.1.1 Da violação ao artigo 114 da Constituição da República:
provimento da revista para cassar o acórdão recorrido.**

Foi suscitada pelo Distrito Federal (na contestação) a discussão no sentido de que a Justiça do Trabalho, com o devido respeito, seria absolutamente incompetente para processar e julgar o presente feito. Ainda que não tivesse havido tal provocação, trata-se de matéria de ordem pública, passível de conhecimento até mesmo de ofício por esta Corte Especial.

Em síntese, o Ministério Público do Trabalho alegou na petição inicial que houve dano moral coletivo “genérico” – oriundo das atuais condições de trabalho geridas pelos atuais permissionários de transporte coletivo – pelo qual deveria ser responsabilizado também o Distrito Federal, ao argumento de que o ente público teria responsabilidade solidária em relação a todos os prejuízos causados a terceiros por concessionários de serviço público e em razão da previsão do Código de Defesa do Consumidor que atribui responsabilidade solidária aos fornecedores em situações de acidentes de consumo.

Em primeiro lugar, note-se que os fundamentos utilizados pelo Recorrido para tentar atribuir responsabilidade direta ao Distrito Federal **não tem qualquer relação com a legislação trabalhista**. Com efeito, veja-se que, quando a exordial prega a responsabilidade solidária do concedente, pela natureza pública do serviço no qual os trabalhadores teriam sofrido prejuízo ou por suposta aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, **o Recorrido não ampara o seu pedido indenizatório em quaisquer normas de direito do trabalho**.

E nem poderia ser diferente, pois o Distrito Federal não é o empregador dos motoristas e cobradores dos permissionários de transporte coletivo. Observe-se, **há exclusivamente relação administrativa entre o Distrito Federal e as empresas**

8



357

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

permissionárias. Não há, por força de expressa previsão legal¹, nenhuma relação direta entre o poder concedente e os empregados dos delegatários.

É dizer, a causa de pedir para o pleito indenizatório não diz respeito à matéria trabalhista. Não havendo relação de trabalho entre o Distrito Federal e os referidos empregados, o único fundamento pelo qual seria juridicamente possível se entender pela sua condenação seria analisando a relação administrativa firmada entre o este e a empresa de transporte também ré.

Em segundo lugar, cumpre atentar que os fundamentos enunciados pelo Ministério Público Obreiro segundo os quais a Justiça do Trabalho seria competente para apreciar o pedido em comento não são suficientes para afastar a argumentação ora exposta.

É que a competência da Justiça Trabalhista é estrita ao processamento de ação em que se discute a relação empregado vs. empregador, em ato decorrente da relação de trabalho. *In casu*, não se trata de demanda movida nem por empregados (foi movida pela Procuradoria Regional do Trabalho, representando um dano que seria contra toda a sociedade) nem contra os respectivos empregadores, tampouco fundada em ato decorrente da relação de trabalho entre as partes, porque não há relação de trabalho entre o Distrito Federal e os referidos trabalhadores. Por idênticas razões, afasta-se a aplicação do Verbete n.º 327 deste Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

Ante tal circunstância, é inegável que o acórdão regional afrontou diretamente o art. 114 da Constituição da República, pois este dispositivo traz rol taxativo das hipóteses de competência da Justiça do Trabalho e neste rol não está prevista a competência para processar e julgar as demandas em que tenham como causa de pedir relação negocial de Direito Administrativo.

¹ Da Lei de Concessões: "Art. 31. (...) Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente."

Da Lei de Licitações: "Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. § 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis."

7



338

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Diante do exposto, requer seja provido o recurso para reformar o acórdão no sentido de **cassar a sentença**, reconhecendo-se a **incompetência absoluta da Justiça do Trabalho** quanto à análise da pretensão indenizatória deduzida pelo *parquet* em relação ao Distrito Federal – questão que só pode ser apreciada pela Justiça Comum -, **extinguindo-se o processo sem resolução de mérito, com fulcro nos arts. 113 e 267, inciso IV, do Código de Processo Civil.**

4.1.2 **Da violação ao inciso IX do artigo 93 e ao inciso XXXV do artigo 5º, ambos da Constituição da República:**
provimento da revista para cassar o acórdão recorrido.

Com o devido respeito, o acórdão regional é manifestamente nulo, uma vez que, embora instado a se manifestar quando das contrarrazões e dos embargos de declaração, o Tribunal recorrido rechaçou as preliminares sustentadas pelo Distrito Federal sem, contudo, apresentar a mínima fundamentação quanto ao ponto, o que contraria diretamente o que dispõe o inciso XI do artigo 93 da Constituição da República.

Ao se examinar o acórdão recorrido, percebe-se que há não uma linha sequer em relação às teses de defesa do Distrito Federal. Mesmo após instado a se manifestar por meio dos embargos de declaração, o Tribunal quedou-se inerte.

Ocorre que o dever de fundamentação do magistrado quando da prolação de decisões, longe de ser uma mera formalidade, é uma forma de se evitar arbitrariedades e garantir a democratização do judiciário.

Ademais, a própria Constituição da República, no inciso IX do artigo 93, impõe que a fundamentação das decisões judiciais é um requisito indispensável para sua validade, devendo estar presente em todas elas, sob pena de nulidade, *in verbis*:

"Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

11



339

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;"

Ocorre que a **decisão recorrida**, mesmo após o manejo dos embargos declaratórios, **continuou desprovida de fundamentação** e tal circunstância contraria o que dispõe o **inciso IX do artigo 93 da Constituição da República**, tornando-a nula.

Ora, Nobres Ministros, é **regra básica** de direito processual que o juiz não está obrigado a examinar todas as alegações feitas pela parte **se for acolher a sua alegação, mas está sim obrigado a manifestar-se sobre cada fundamento apresentado se for repelir o seu pleito, sob pena de negar a prestação da atividade jurisdicional.**

Pensar de forma diversa, tal como fez equivocadamente o juízo recorrido, é ferir de morte a garantia fundamental e o princípio da inafastabilidade da jurisdição, que se encontra encartado no **inciso XXXV do artigo 5º da Constituição da República.**

Pois bem, restando claro que é **obrigação sim do magistrado enfrentar toda a argumentação expendida pela parte na hipótese de não acolher o pleito**, passemos a elencar ponto-a-ponto os excertos da decisão de primeiro grau - mantida incólume e substituída pelo acórdão recorrido - que demonstra a sua ausência de fundamentação.

Para tanto, utilizar-no-emos da seguinte técnica: alegação feita pelo Distrito Federal quando contestação *versus* consignação lançada no acórdão de piso em relação ao tema:

- a) **Alegação do Distrito Federal de ilegitimidade passiva em virtude de atribuição legal dos auditores-fiscais do trabalho para fiscalizar o meio ambiente do trabalho.**



340

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

No ITEM "2.2" da contestação e no ITEM "4.1", o Distrito Federal alegou que seria parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente demanda, ao argumento de que é atribuição da União, por meio dos auditores-fiscais do trabalho, fiscalizar o meio ambiente do trabalho, tal como dispõe o artigo 11, I, da Lei n.º 10.593/02 e artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e não seria atribuição do Distrito Federal fazê-lo.

Não uma linha sequer, no acórdão, quanto ao ponto! Opostos embargos de declaração, o juízo recorrido em nada alterou a sua decisão, permanecendo omissa no que se refere à atribuição legal dos auditores-fiscais do trabalho de fiscalizar o meio ambiente do trabalho.

Como se vê, Eminentes Ministros, o acórdão recorrido não enfrentou o tema, limitando-se a afirmar que a questão relativa à responsabilidade teria sido resolvida quando da sua prolação.

Em momento algum o acórdão regional refutou a alegação de que seria atribuição da União, e não do Distrito Federal, a fiscalização do meio ambiente do trabalho. Em momento algum aquela magistrada declarou a inconstitucionalidade dos artigos 11, I, da Lei n.º 10.593/02 e 626 da CLT, para deixar de aplicá-los.

Em outro dizer, **não trouxe, com o devido respeito, o acórdão regional, qualquer fundamentação para os autos, nem para afastar, nem para acolher**, a alegação de ilegitimidade passiva do Distrito Federal em decorrência da atribuição imposta por lei à União.

Diga-se de passagem que, ainda que o Tribunal Regional tivesse convencimento formado no sentido de que tal tema não deveria ser discutido no âmbito das preliminares, mas sim como questão de mérito, **deveria ele expressamente se posicionar sobre o tema**, mas assim não agiu. Simplesmente negou vigência aos dispositivos citados.

Assim, **ausente a fundamentação** quanto ao ponto, **nulo é o acórdão regional**, haja vista ter laborado, o juízo *a quo*, em manifesto *error in procedendo*, impondo-se a sua cassação.

✓



341

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

b) Alegação do Distrito Federal de ilegitimidade passiva em virtude da competência de fiscalização dos ônibus ser do DFTRANS, autarquia, que, portanto, possui personalidade jurídica própria.

No item "2.3" da contestação e no item "4.2" das contrarrazões, o Distrito Federal alegou que também seria parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente demanda, uma vez que existe na Administração Indireta Distrital uma autarquia criada especificamente para fiscalizar a prestação do serviço de transporte público coletivo rodoviário aos usuários do sistema, qual seja, o DFTRANS.

Como bem descrito na contestação e nas contrarrazões, o DFTRANS é uma autarquia distrital que, portanto, possui personalidade jurídica própria e que foi criada com objetivo precípuo de fiscalizar a prestação de serviço público de transporte coletivo. Isto é, ainda que se admitisse que a atribuição para fiscalizar o meio ambiente do trabalho estivesse dentro da esfera de atuação do Distrito Federal e não no âmbito da União, somente o DFTRANS poderia fazê-lo, razão pela qual somente esta autarquia teria legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda.

Ocorre que, mais uma vez, o **juízo recorrido não se desincumbiu do ônus de enfrentar o tema** para, querendo, repeli-lo. O Tribunal Recorrido, mais uma vez, **não escreveu uma linha sequer sobre o assunto, passando a largo de qualquer espécie de fundamentação** para decidir o tema.

Mesmo após a oposição dos embargos de declaração, aquele juízo quedou-se silente sobre o tema.

Nessa perspectiva, Nobres Julgadores, também por esse motivo, não resta dúvida de que a **sentença deve ser declarada nula por absoluta ausência de fundamentação** quanto ao ponto em comento, devendo o acórdão ser reformado que seja efetivada a sua cassação.

c) Alegação do Distrito Federal de ilegitimidade passiva em virtude da impossibilidade de condenação direta de forma solidária do Distrito Federal



342

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

No item "2.4" da contestação e no item "4.3" das contrarrazões, o Distrito Federal alegou que, ao contrário do quanto sustentado pelo Ministério Público do Trabalho, o caso não seria hipótese de responsabilidade solidária, mas sim, quando muito, subsidiária. Isto é, alegou-se que, a teor do que dispõe o §1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, é vedada a responsabilização do ente público em decorrência dos serviços prestados por terceiros que possuam vínculos jurídicos com a Administração.

Quando do acórdão, assim como fez com as demais alegações do Distrito Federal, o juízo recorrido não fez qualquer menção quanto ao ponto, restando ausente qualquer fundamentação ou decisão sobre o tema. Opostos os embargos de declaração, o vício permaneceu.

Assim, também por decorrência da sua total omissão, deve o presente recurso de revista ser provido para **cassar o acórdão recorrido**, por ser **nulo de pleno direito**.

d) Alegação do Distrito Federal quanto à Teoria da Responsabilidade Civil do Estado aplicável ao caso.

O Distrito Federal instou o juízo recorrido, por meio dos embargos de declaração, a se manifestar acerca de qual a Teoria da Responsabilidade Civil do Estado de que se valeu para condenar o Distrito Federal ao pagamento do *quantum* indenizatório consignado no acórdão.

Longe de ser um mero capricho do subscritor da presente peça, a indicação de qual a Teoria aplicável ao caso é de suma importância para viabilizar a defesa do Distrito Federal, já que, conforme o caso, deveria ser investigado se seria necessária ou não a comprovação do elemento subjetivo (*culpa lato sensu*) por parte do autor.

Ocorre que o Regional nada disse sobre o tema, limitando-se a registrar, após os embargos declaratórios, que não existia *"qualquer omissão a respeito do tema da responsabilidade, exaustivamente delineado no acórdão"*.

Nessa perspectiva, **também por esse motivo o acórdão recorrido deve ser cassado**, pois mais uma vez **não foi observado o dever de fundamentação inerente à atividade judicante**.



343

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

4.2 Das razões para reforma do acórdão no sentido de extinguir o processo sem resolução de mérito.

Embora seja certo o acatamento das alegações supra e, em consequência disso, os autos deverão retornar à segunda instância a fim de se passe a fundamentar a sua decisão, cumpre ao Distrito Federal demonstrar as razões pelas quais, acaso ultrapassadas as alegações de nulidade da sentença, o que se admite somente para argumentar, o processo deve ser extinto sem resolução de mérito em relação ao ente público ora recorrente:

4.2.1 Da violação ao inciso I do artigo 11 da Lei 10.593/02, ao artigo 626 da CLT e ao inciso XXIV do artigo 21 da Constituição da República.

O acórdão regional violou as literais disposições do inciso I do artigo 11 da Lei n.º 10.592/02 e do artigo 626 da CLT, bem como afrontou direta e literalmente o inciso XXIV do artigo 21 da Constituição da República.

Explica-se:

A indenização por dano moral coletivo concedida pelo acórdão regional decorre de inquéritos civis que teriam apurado a ocorrência de danos à integridade física dos trabalhadores das empresas de ônibus por suposta má condição do ambiente de trabalho (no caso, para motoristas e cobradores, os ônibus em circulação), especificamente devido a exposição contínua a ruídos intensos.

Assim, a tese sustentada pelo órgão ministerial e acatada pelo acórdão ora recorrido é no sentido de que estaria configurado dano moral coletivo sendo também responsável, quanto à respectiva indenização, o Distrito Federal, ao argumento de que este deteria responsabilidade solidária e objetiva em relação a todos os danos causados por delegatários de serviços públicos, especialmente por ter se **omitido na fiscalização** quanto às condições de trabalho dos motoristas e cobradores.

Contudo, pertence à **União**, por intermédio do **Ministério do Trabalho**, o **dever de fiscalizar as condições de segurança do trabalho** e, conseqüentemente,



344

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

o de aplicar penalidades pelo descumprimento às respectivas normas, atribuição que decorre do poder de polícia, consistente em atividade limitadora do exercício de direitos individuais em benefício do interesse coletivo.

Com efeito, a fundamentação legal da inspeção do trabalho é inicialmente encontrada na Constituição Federal de 1988: "**Art. 21. Compete à União - Inciso XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho**"

Também a Consolidação da Lei do Trabalho, em seu art. 626 e seguintes prevê a competência do Ministério do Trabalho para fiscalizar o fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho:

Art. 626 "Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho."

Além disso, no exercício de sua competência privativa para legislar e exclusiva para fiscalizar, a União editou a **Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002**, dispondo sobre a organização da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho. No **art. 11**, este diploma legislativo enumerou as competências administrativas desses servidores federais, *in verbis*:

Art. 11. Os ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

I - o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego;

II - a verificação dos registros em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, visando à redução dos índices de informalidade;

III - a verificação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, objetivando maximizar os índices de arrecadação;

IV - o cumprimento de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho celebrados entre empregados e empregadores;



345

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

V - o respeito aos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário;

VI - a lavratura de auto de apreensão e guarda de documentos, materiais, livros e assemelhados, para verificação da existência de fraude e irregularidades, bem como o exame da contabilidade das empresas, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 17 e 18 do Código Comercial.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará **as atribuições privativas previstas neste artigo**, podendo cometer aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho outras atribuições, desde que compatíveis com atividades de auditoria e fiscalização. (grifos nossos).

Nos ditames do artigo supracitado, os **Auditores-Fiscais do Trabalho**, servidores de carreira da União, gozam de **atribuições privativas para fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares no âmbito das relações de trabalho**, em todo o território nacional.

Portanto, a inspeção do trabalho – que é sinônima de fiscalização do trabalho - não pode ser atribuída a órgãos estaduais, municipais ou distritais, sob pena de violação do sistema de competências estabelecido na Constituição de 1988.

É inegável, portanto, que a fiscalização ou a ausência dela, alegada pelo Ministério Público do Trabalho, é de **responsabilidade exclusiva da União**, por intermédios dos órgãos constituídos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em outras palavras, O DISTRITO FEDERAL NÃO POSSUI COMPETÊNCIA PREVISTA EM LEI PARA FISCALIZAR O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO!!!! NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO E DA LEI N.º 10.593/02, SOMENTE A UNIÃO PODERÁ FAZÊ-LO!!! Qualquer conduta do Distrito Federal nesse sentido seria considerado um ato administrativo nulo!!!!

Mas não é só!

No julgamento da **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.893**, de Relatoria do Ministro Carlos Velloso, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a **inconstitucionalidade de norma estadual que estabelecia política de proteção à saúde do trabalhador**.



346

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Naquela ocasião, o Relator adotou como fundamento o parecer do Procurador-Geral da República, proferido nos termos seguintes:

“Observa-se que o legislador estadual utilizou-se de maneira equivocada de sua competência supletiva para inserir à idéia de ‘saúde’, abordada no inciso XII, do mencionado art. 24, a saúde no ambiente do trabalho, matéria esta eminentemente trabalhista, prevista no art. 22, § 1º, como de competência privativa da União. A toda evidência, a Lei impugnada viola os arts. 21, XXIV e 22, I, da Carta Federal, pois os temas atinentes à segurança e à saúde do trabalhador estão insertos no conteúdo do Direito do Trabalho, somente podendo ser objeto de legislação estadual em caso de delegação de competência da União para os Estados, por meio de lei complementar devidamente aprovada pelo Congresso Nacional. Quanto à inspeção do trabalho, não há dúvida de que tal atribuição não assiste ao Estado, mesmo sendo este participante do Sistema Único de Saúde – SUS, pois o art. 200, inciso VIII, expõe claramente sua condição de colaborador para a proteção do meio ambiente de trabalho, sendo a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e serviços de saúde, reservados à Lei, conforme preceitua o art. 197, da Constituição Federal. Cabe ressaltar que a Lei 8.080/90, que regula o art. 197, da Carta Federal, não confere competência aos Estados para legislar sobre a proteção da saúde do trabalhador ou disciplinar a inspeção do trabalho” (DJ 4.6.2004 – grifos nossos).

Em outra oportunidade, o **Supremo Tribunal Federal**, por ocasião do julgamento da **ADI nº 953**, também assentou que em matéria de fiscalização do trabalho somente a União pode legislar e implementá-la, *in verbis*, segue a ementa:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 417, DE 02.03.93, DO DISTRITO FEDERAL. ARTS. 21, XXIV E 22, I DA CF. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA IMPLEMENTAR AÇÕES FISCALIZATÓRIAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. É pacífico o entendimento deste Supremo Tribunal quanto à inconstitucionalidade de normas locais que tenham como objeto matérias de competência legislativa privativa da União. A norma

Y



347

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

sob exame, ao criar regras e prever sanções administrativas para se coibir atos discriminatórios contra a mulher nas relações de trabalho, dispôs sobre matéria de competência legislativa outorgada à União. Viola, ainda, o diploma impugnado, o art. 21, XXIV, da CF, por atribuir poder de fiscalização, no âmbito do trabalho, a ente da Federação que não a União. Ação direta que se julga procedente, para se declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 417/93, do Distrito Federal. (ADI 953, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 19/03/2003, DJ 02-05-2003 PP-00025 EMENT VOL-02108-01 PP-00036)14 (grifos nossos)

O que se quer demonstrar com isso, Nobres Ministros, é que por esse motivo **ao Distrito Federal falta legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda**, devendo toda e qualquer responsabilidade em decorrência da ausência de fiscalização no meio ambiente do trabalho ser atribuída à União.

Como se vê, quando o acórdão regional imputa responsabilidade do Distrito Federal por ausência de fiscalização acaba por violar as literais disposições do inciso I do artigo 11 da Lei nº 10.592/02 e do artigo 626 da CLT, bem como afrontar direta e literalmente o inciso XXIV do artigo 21 da Constituição da República.

Assim, diante da **ilegitimidade passiva do Distrito Federal**, impõe-se a reforma do acórdão no sentido se decretar a **extinção parcial do presente processo com relação ao ente público**, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI do CPC.

4.2.2 Da violação ao §1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, ao artigo 25 e ao parágrafo único do artigo 31, ambos da Lei nº 8.987/95.

Além dos vícios já narrados acima que autorizam a extinção do processo sem resolução de mérito, o acórdão recorrido também violou frontalmente o §1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, o artigo 25 e o parágrafo único do artigo 31, ambos da Lei nº 8.987/95.

Vejamos:



342

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Ao contrário do que considerou o acórdão recorrido, **não é caso de responsabilidade solidária, mas sim, quando muito, subsidiária.**

E esse entendimento decorre de expressa previsão legal, contida tanto na Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/93) quanto na Lei de Concessões (Lei n.º 8.987/95). Ou seja, o acórdão regional acatou posicionamento frontalmente *contra legem*, como se confere dos seguintes dispositivos:

Lei n.º 8.666/93:

"Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis." – destaques nossos.

Lei n.º 8.987/95:

"Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

[...]

Art. 31. Incumbe à concessionária:

I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

[...]

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se



349

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente." - negritamos

Outra não pode ser a norma que se extrai dos dispositivos transcritos: a **relação de responsabilidade perante terceiros entre Poder Concedente e permissionário/concessionário será sempre de subsidiariedade e nunca de solidariedade.**

De mais a mais, destaca-se que o próprio **Supremo Tribunal Federal**, na **Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF** - a qual foi ajuizada precisamente pela Procuradoria do Distrito Federal -, certificou a constitucionalidade do art. 71, §1º da Lei Federal n.º 8.666/93, **asseverando que não há responsabilidade solidária da Administração Pública por prejuízos de cunho trabalhista por empresas por ela contratadas e que o Poder Público não pode ser diretamente chamado em juízo para responder por tais danos**.
Dita a ementa do referido aresto:

"RESPONSABILIDADE CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Inadimplência no cumprimento do contrato. Transferência consequente e automática dos seus encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, à administração. Impossibilidade jurídica. Consequência proibida pelo art., 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93. Constitucionalidade reconhecida dessa norma. Ação direta de constitucionalidade julgada, nesse sentido, procedente. Voto vencido. É constitucional a norma inscrita no art. 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995."

(STF - ADC 16/DF - Tribunal Pleno - Rel. Min. Cezar Peluso - J. em 24/11/10)

Também cabe citar, por sua relevância, trechos do voto da Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha no julgamento, em que é sopesado o art. 71, §1º, da Lei de Licitações com a responsabilidade civil do Estado desenhada no art. 37, §6º, da Constituição Federal:

4



330

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

"Da compatibilidade entre art. 71, §1º da Lei n.º 8.666/93 e o art. 37, §6º da Constituição da República"

(...)

25. Sabe-se ser requisito para se ter configurada a responsabilidade da entidade estatal que o dano causado a terceiro em decorrência da prestação do serviço público tenha como autor agente público.

A responsabilidade do ente do Poder Público prevista na Constituição da República exige, como requisito necessário a sua configuração, que o dano tenha origem em ato comissivo ou omissivo de agente público que aja nessa qualidade.

Não é essa a situação disciplinada pelo art. 71, §1º da Lei 8.666/93. Nesse dispositivo, o 'dano' considerado seria o inadimplemento de obrigações trabalhistas por empresa que não integra a Administração Pública, logo, não se poderia jamais caracterizar como agente público.

(...)

Assim, a previsão legal de impossibilidade de transferência da responsabilidade pelo pagamento de obrigações trabalhistas não adimplidas pelo contratado particular não contraria o princípio da responsabilidade do Estado, apenas disciplinando a relação entre a entidade da Administração Pública e seu contratado.

(...)

Ao argumento de obediência ao princípio da responsabilidade de Estado – de natureza extracontratual – não se há de admitir que a responsabilidade decorrente de contrato de trabalho dos empregados de empresa contratada pela entidade administrativa pública a ela se comunique e por ela tenha de ser assumida.

(...)

Contudo, eventual descumprimento pela Administração Pública do seu dever legal de fiscalizar o adimplemento



351

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

de obrigações trabalhistas por seu contratado, se for o caso, não impõe a automática responsabilidade subsidiária da entidade da Administração Pública por esse pagamento, pois não é capaz de gerar vínculo de natureza trabalhista entre a pessoa estatal e o empregado da empresa particular. Principalmente, se tanto ocorrer, isso não se insere no campo da inconstitucionalidade do dispositivo em causa.

Não há, portanto, de ser acolhido o argumento do Procurador-Geral da República no sentido de que "a Requerente visa a impedir que se examine, em casos concretos, possível responsabilidade da Administração, no que tange a passivos trabalhistas gerados, ainda que indiretamente, em decorrência de contratos de prestação de serviços por ela celebrado".

A aplicação do art. 71, §1º, da Lei n.º 8.666/93 não exime a entidade da Administração Pública do dever de observar os princípios constitucionais a ela referentes, entre os quais os da legalidade e da moralidade administrativa.

Isso não importa afirmar que a pessoa da Administração Pública possa ser diretamente chamada em juízo para responder por obrigações trabalhistas devidas por empresas por ela contratadas.

Entendimento diverso resultaria em duplo prejuízo ao ente da Administração Pública, que, apesar de ter cumprido regularmente as obrigações previstas no contrato administrativo firmado, veria ameaçada sua execução e ainda teria de arcar com consequência do inadimplemento de obrigações trabalhistas pela empresa contratada."

Diga-se, ademais, que a solidariedade da obrigação **sempre** decorre de lei, ou seja, inexistindo lei que preveja tal solidariedade, esta não poderá ser presumida. Mas o caso dos autos é ainda pior, **além de inexistir lei que preveja tal solidariedade, as previsões legais que tratam do tema afastam justamente tal espécie de responsabilidade para tipificar que o Poder Concedente somente**



35.1

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

poderá ser responsabilizado de forma subsidiária em decorrência dos atos praticados pelos delegatários do serviço público.

No caso dos autos não há de ser diferente. O Ministério Público afirma que os supostos danos causados aos trabalhadores advêm da má conservação dos ônibus, **má conservação esta que é fruto de conduta exclusiva das próprias empresas concessionárias**, não concorrendo o Distrito Federal em momento algum para que tal situação efetivamente ocorra.

Muito pelo contrário, a Administração Pública Distrital exerce constante fiscalização a fim de evitar que veículos em péssimo estado de conservação possam continuar circulando, conforme amplamente demonstrado por meio das cópias dos auto de infração anexados aos autos.

O que isso quer dizer é que não há falar-se em responsabilização direta, ainda que de forma solidária do Distrito Federal, por supostos danos causados pelas empresas concessionárias/permissionárias do serviço de transporte público coletivo. **Tal responsabilização, se vier a ocorrer, somente poderá tocar ao Distrito Federal de forma excepcional e subsidiária.**

Mas há mais! Confirmando que, no caso concreto, é verificada apenas responsabilidade subsidiária do Poder Público – que não incide automaticamente, não sendo possível acionar diretamente a Administração em juízo, **o Enunciado n.º 331 do Tribunal Superior do Trabalho** (que, curiosamente, sequer foi mencionado pelo Autor) teve redação atualizada para ditar que:

"CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

4



353

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral."

Também tal verbete sumular é cristalino ao dispor que a responsabilidade do ente público em relação às questões trabalhistas **sempre será subsidiária e nunca solidária.**

Assim, demonstrado que **não há substrato legal** ou entendimento reiterado nos Tribunais de que a Administração Pública seria responsável solidariamente por danos causados por concessionárias ou permissionárias de serviço público e que, **consoante a jurisprudência do TST (na OJSBDI1-Transitória nº 66)**, sequer se configura responsabilidade subsidiária do ente concedente, impõe-se a reforma do acórdão com a imediata exclusão do Distrito Federal do polo passivo da presente demanda.

4



739

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Este, inclusive, é o posicionamento unânime da doutrina, servindo de exemplo os ensinamentos do Eminentíssimo Doutrinador **José dos Santos Carvalho Filho**, para quem:

*"[...] Contudo, se a culpa é exclusiva da pessoa prestadora do serviço, a ela deve ser imputada a **responsabilidade primária** e ao Poder Público a **responsabilidade subsidiária**. Resulta, pois, nessa hipótese, que eventual demanda indenizatória deve ser dirigida em face exclusivamente do causador do dano, sendo a Administração parte ilegítima ad causam na referida ação."*² –
negritos originais, mas sublinhados nossos.

Ante tais argumentos, é irrefutável a constatação que o acórdão recorrido também violou frontalmente o §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, o artigo 25 e o parágrafo único do artigo 31, ambos da Lei n.º 8.987/95.

Por essa razão, o presente recurso de revista merece ser provido para, reformando o acórdão recorrido, seja decretada a **extinção do processo sem resolução do mérito em relação ao Distrito Federal**, com fulcro no art. 267, VI, do Código de Processo Civil, haja vista que é **impossível, fática e juridicamente, a condenação solidária de ente público em hipótese como a do caso do autos**.

4.3 Das razões para reforma do acórdão no sentido de julgar improcedentes os pedidos.

Caso os argumentos supra não sejam bastantes em si para a cassação da sentença ou a extinção do processo sem resolução de mérito, o que se admite somente por amor ao debate, apresentam-se abaixo as razões para a improcedência dos pedidos.

4.3.1 Da violação ao §6º do artigo 37 da Constituição da República

O acórdão recorrido, ao estabelecer a condenação do Distrito Federal ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no importe de R\$ 10.000.000,00

² CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 21ª ed. rev. atual. e ampl., Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2009, págs. 541/542.



353

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

(dez milhões de reais) afrontou direta e literalmente o §6º do artigo 37 da Constituição da República.

Vamos às razões para tal afirmação:

Segundo o §6º do artigo 37 da Constituição Federal,

“as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

Em outras palavras, ao consagrar a responsabilidade civil objetiva como regra, o dispositivo constitucional transcrito, dispõe que a responsabilização do ente público somente ocorrerá se houver uma conduta comissiva e direta de seus agentes.

De outro lado, se estivermos no âmbito de conduta omissiva que tenha causado dano a terceiro, o Estado omissor poderá ser responsabilizado, desde que fique provada a sua culpa lato sensu. Esta é a principal característica da responsabilidade civil subjetiva do Estado: a culpa.

Ao misturar as duas teorias (objetiva e subjetiva), o acórdão recorrido acabou por afrontar o §6º do artigo 37 da Constituição da República. Expliquemos melhor:

**4.3.1.1 DAS CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS
ACERCA DA TEORIA APLICÁVEL AO CASO**

De saída, deve ser destacado que, com o devido respeito, laborou em equívoco o acórdão recorrido ao encampar a tese do Ministério Público do Trabalho e estabelecer como verdade absoluta que se trata, o caso dos autos, de responsabilidade civil objetiva do estado.

Como dito, a responsabilidade do estado em decorrência dos seus atos está expressa no §6º do artigo 37 da Constituição da República. Também é verdadeiro que aquele dispositivo cria uma regra geral segundo a qual não se discute a



356

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

existência do elemento subjetivo (culpa lato sensu) em relação aos danos causados pelo estado.

Todavia, aquele dispositivo somente será aplicado para as condutas estatais que sejam comissivas, isto é, somente quanto o ente público atuar, agir é que a responsabilidade será objetiva e não será questionada a existência ou não de culpa do ente estatal.

Quando se tratar de uma conduta omissiva - um não fazer do estado -, aquela disposição constitucional não terá aplicação, sendo aplicável a regra geral da responsabilidade civil, segundo a qual deverá ser também demonstrada a culpa do agente para que reste caracterizado o dever de indenizar.

Essa é a leitura que a doutrina e a jurisprudência fazem do **§6º do artigo 37 da Constituição da República**, conforme sentencia o Ilustre Doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello, *in verbis*:

"Quando o dano foi possível em decorrência de uma omissão do Estado (o serviço não funcionou, funcionou tardia ou ineficiente) é de se aplicar a teoria da responsabilidade subjetiva. Com efeito, se o Estado não agiu, não pode, logicamente, ser ele o autor do dano. E, se não foi o autor, só cabe responsabilizá-lo caso esteja obrigado a impedir o dano. Isto é: só faz sentido responsabilizá-lo se descumpriu dever legal que lhe impunha obstar ao evento lesivo.

Deveras, caso o Poder Público não estivesse obrigado a impedir o acontecimento danoso, faltaria razão para impor-lhe o encargo de suportar patrimonialmente as conseqüências da lesão. Logo, a responsabilidade estatal por ato omissivo é sempre responsabilidade por comportamento ilícito. E, sendo responsabilidade por ilícito, é necessariamente responsabilidade subjetiva, pois não há conduta ilícita do Estado (embora do particular possa haver) que não seja proveniente de negligência, imprudência ou imperícia (culpa) ou, então, deliberado propósito de violar a norma que o constituía em dada obrigação (dolo).

8



357

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Culpa e dolo são justamente as modalidades de responsabilidade subjetiva”³

No caso dos autos, conforme consta da própria petição de ingresso, há clara **imputação de responsabilidade** ao Distrito Federal em decorrência de **suposta omissão em fiscalizar** as empresas delegatárias do serviço de transporte coletivo no que se refere ao ambiente adequado de trabalho para os cobradores e motoristas.

Ao assim dispor, o Ministério Público do Trabalho atrai para o caso a responsabilidade civil subjetiva do Estado, pois, como se expôs acima, a sua aplicação se fará presente toda vez em que se imputa responsabilidade em decorrência de responsabilidade omissiva do Estado.

Sendo **subjetiva a responsabilidade imputada ao Estado**, para que reste presente o dever de indenizar, a parte autora deveria provar - além de conduta omissiva contrária ao direito, dano efetivo e nexo de causalidade entre ambos - a culpa no sentido lato.

Isto é, além dos requisitos ordinários da responsabilidade civil, incumbia ao Ministério Público do Trabalho a demonstração no sentido de que o Distrito Federal agira com dolo ou com negligência, imprudência ou imperícia.

Ocorre que, consoante será demonstrado, não estão presentes no caso dos autos nenhum dos elementos caracterizados do dever de indenizar. Vejamos:

**4.3.1.2 Inexistência de responsabilidade civil estatal:
ausência de omissão estatal**

Fixadas as premissas acima e afastadas as dúvidas acerca de qual a espécie de responsabilidade civil do Estado deve ser aplicada ao caso concreto, passemos a demonstrar as razões pelas quais inexistente o dever de indenizar.

Sendo subjetiva a responsabilidade do Estado, há de ser aplicada da teoria francesa da *culpa do serviço*, segundo a qual “*ocorre culpa do serviço ou falta do*

³ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 895-896.



358

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

*serviço quando este não funciona, devendo funcionar, funciona mal ou funciona atrasado*⁴.

No caso dos autos, ainda que fosse atribuição do Distrito Federal atuar na fiscalização do ambiente de trabalho no âmbito do transporte coletivo, o que, como visto, não o é, pois pertence ou ao DFTRANS ou à União, é de se afirmar que **não houve culpa do serviço por eventuais danos causados** à saúde dos cobradores e motoristas de ônibus.

Afirma isso, pois, conforme provam os autos de infração juntados aos autos, **a empresa** que compõe o polo passivo ao lado do Distrito Federal foi **constantemente fiscalizada**, sendo algo inclusive de diversos autos de infração por violar as normas técnicas que resguardam a saúde dos trabalhadores e dos passageiros.

Como se vê da documentação já existente nos autos, a Administração Pública Distrital, **por meio do DFTRANS**, no pleno uso do seu poder de polícia, procedia à fiscalização dos ônibus da empresa ré, sempre buscando uma melhoria na prestação dos serviços à população e, conseqüentemente, ainda que fosse sua atribuição (repita-se: a atribuição é da União), um melhor ambiente de trabalho para os cobradores e motoristas.

Tal situação fática, Excelências, afasta por completo o dever de indenizar do Distrito Federal. Isto porque, tendo havido fiscalização incessante por parte da Administração Pública Distrital, **beira ao absurdo a afirmação no sentido de que o ente público contestante omitiu-se no seu dever de agir.**

Nessa perspectiva, decorre de dedução lógica que, **inexistindo omissão estatal, inexistirá também a responsabilidade**, devendo os **pedidos** contidos na peça de ingresso ser **julgados totalmente improcedentes** no que se refere à pretensão voltada ao Distrito Federal.

Ora, inexistindo omissão estatal no presente caso concreto não há falar em dever de indenizar por parte do Distrito Federal, afigurando-se, inclusive, desnecessário tecer comentários sobre os demais elementos da responsabilidade civil subjetiva do Estado. Todavia, em homenagem ao princípio da eventualidade,

⁴ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 885.



359

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

vejam as demais razões pelas quais os pedidos formulados pelo Ministério Público devem ser julgados improcedentes.

4.3.1.3 Inexistência de responsabilidade civil: ausência de culpa

Como visto, em sede de responsabilidade civil subjetiva, além da omissão estatal, deve estar presente também o dano, o nexo de causalidade e, sobretudo a culpa, ainda que considerada esta última no seu mais amplo sentido.

Em outro dizer e ainda valendo-se dos ensinamentos do Mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, para configurar a responsabilidade estatal por omissão não basta a simples relação entre a ausência do serviço (omissão estatal) e o dano sofrido. Afirmar ele,

*"cumpre que haja algo mais: a culpa por negligência, imprudência ou imperícia no serviço, ensejadoras do dano, ou então o dolo, intenção de omitir-se, quando era obrigatório para o Estado atuar e fazê-lo segundo um certo padrão de eficiência capaz de obstar ao evento lesivo. Em uma palavra: é necessário que o Estado haja incorrido em ilicitude, por não ter ocorrido para impedir o dano ou por haver sido insuficiente neste mister, em razão de comportamento inferior ao padrão legal exigível."*⁵

Entretanto, nos autos, não há uma prova sequer nem digressão sobre efetiva culpa do Distrito Federal em relação ao suposto prejuízo sofrido pelos motoristas e cobradores empregados pelas atuais concessionárias.

Não foi comprovado nem mesmo que este ente público tinha ciência dos fatos alegados – note-se que o Ministério Público instaurou inquéritos civis desde 2004 sobre o assunto, mas na exordial, em nenhum momento é dito que foi feita comunicação à Secretaria de Transportes do Distrito Federal para tomar providências.

O Ministério Público apenas afirma que o Distrito Federal deve ser civilmente responsabilizado, mas simplesmente alega, **não prova nada**, nem muito

⁵ Idem. Ibidem, p. 896.



360

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

menos individualiza a sua conduta nem demonstra a sua culpa sobre a qual poderia ter sido feito algum juízo de reprovação.

Mas também não poderia ter sido diverso, já que **em momento algum o Distrito Federal agiu com imprudência, imperícia ou negligência, bem como omitiu-se intencionalmente**, até mesmo porque, conforme visto no tópico anterior, tal omissão não houve.

Ora, se encontra presente no caso dos autos o elemento subjetivo da responsabilidade civil subjetiva do Estado, qual seja, a culpa no seu mais amplo sentido, é inquestionável que não há falar-se em dever de indenizar por parte do Distrito Federal.

Portanto, na improvável hipótese de esse Juízo entender que o Distrito Federal é responsável pelos alegados danos à coletividade e aos trabalhadores das atuais permissionárias de transporte coletivo, ainda assim é forçoso o julgamento pela improcedência do referido pedido do Autor por ser manifesta a inexistência de culpa por parte do ente público contestante.

**4.3.1.4 Da ausência de responsabilidade civil:
considerações acerca do suposto dano**

Deve ser destacado ainda que o Ministério Público do Trabalho não comprovou a ocorrência de dano moral “na coletividade de empregados e na sociedade”, tal como alegado na peça de ingresso. Aparentemente isso é aventado pelo Ministério Público do Trabalho ao usar as expressões “dano genérico”, “prejuízo moral potencial” e “dano desferido potencialmente a um universo de pessoas”.

Ocorre que o *parquet* ajuizou a ação após investigar 7 (sete) das empresas permissionárias de transporte coletivo no Distrito Federal, **afirmando** que houve dano a toda a classe dos motoristas e cobradores respectivos (cerca de 15 mil pessoas, segundo o Autor), porém não tendo sido feitas investigações quanto a 9 (nove) outras empresas permissionárias do aludido serviço, nem quanto à coletividade como um todo.

Ou seja, a parte autora só fez um mínimo levantamento de informações em relação a porção minoritária das empresas que atendem o transporte coletivo,

14



361

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

contudo defende que foram prejudicados **todos** os motoristas e cobradores, bem como toda a coletividade.

Ora, Excelências, assoma evidente que, em um universo de 16 (dezesseis) empresas, a utilização de apenas 7 (sete) permissionários como amostragem para aferir se houve ou não dano à integridade física dos trabalhadores não demonstra a universalidade que deveria estar abarcado pelo suposto dano moral coletivo.

Em outras palavras, **não há demonstração de coletividade do dano!** Pelo que consta dos autos, apenas alguns empresários de algumas empresas possuem algum déficit auditivo, o que não quer dizer que tal deficiência tenha relação direta com a má prestação dos serviços pelas permissionárias do serviço de transporte coletivo.

Não se estar afirmando que, se realmente comprovado dano à saúde do trabalhador, este não terá direito à indenização por violação à sua integridade física. Não é isso! O que se está a afirmar é que o meio pelo qual essa indenização poderá ocorrer **não deve ser este instrumento de ação coletiva**, mas sim **ações individuais** propostas por cada um dos trabalhadores supostamente lesados.

Em conclusão, por **não restar caracterizado um efetivo dano moral a uma universalidade de pessoas**, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe.

5. DO PREQUESTIONAMENTO

Com o intuito de resguardar o direito do recorrente de encaminhar a presente demanda ao Supremo Tribunal Federal, o Distrito Federal pugna para que haja manifestação expressa sobre os seguintes dispositivos: **inciso XXXV, artigo 5º; inciso XXIV do artigo 21; inciso IX do artigo 93; e §6º do artigo 37, todos da Constituição da República.**

6. DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, o Distrito Federal requer e espera conhecimento, processamento e provimento do presente recurso de revista.



362

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

- a) para, reformando o acórdão recorrido, cassar a sentença de piso, nos termos da fundamentação supra;
- b) para, subsidiariamente, reformando o acórdão recorrido, extinguir o processo sem resolução de mérito em relação ao Distrito Federal, pois, como visto, este não possui legitimidade para figurar no pólo passivo da presente demanda;
- c) para, ainda subsidiariamente, reformando o acórdão recorrido, julgar improcedentes os pedidos.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 29 de novembro de 2014.

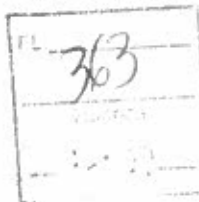
EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF nº 29.190

RNI

Ruperto, Nunes e Advogados Associados



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO.**

Processo:01828-2012-001-10-00-9-RO
Relator: ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



VIAÇÃO PLANETA LTDA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epigrafe, vem à presença de Vossa Excelência, através de seus advogados, inconformado com o acórdão proferido e com fulcro no artigo 896, alíneas a, e c da CLT, interpor

RECURSO DE REVISTA

o que faz pelas razões atreladas, requerendo, de logo, o seu recebimento, processamento e encaminhamento ao Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

Termos em que
Requer e espera
Deferimento.
Brasília-DF, 18 de novembro de 2014

MARCUS RUPERTO
OAB/DF 12.538

JANE S. NUNES
OAB/DF 12.539

www.rupertonunes.com.br

☎ (61) 3964-6019 / (61) 3964-4131

✉ jane@rupertonunes.com.br / marcus@rupertonunes.com.br

Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto 'E'

Ed. Polício do Rádio II - Sala 505, Brasília / DF, CEP: 70.300-902

RNI

Ruperto, Nunes e Advogados Associados

364



Processo:01828-2012-001-10-00-9-RO
Agravante: VIAÇÃO PLANETA LTDA
Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

2

Colendo Tribunal,
Preclara Turma,

Resolvida a se irressignar com o acórdão *a quo*, propõe a Recorrente o conhecimento da contenda por este Superior Tribunal, na certeza de que assim procedendo colherá melhor sorte. Esta é a empreitada.

www.rupertonunes.com.br
(61) 3964-6029 (61) 3964-4131
jane@rupertonunes.com.br marcos@rupertonunes.com.br
Endereço: SRTVS - Quadra 704, Conjunto "E"
Ed. Pólo do Rádio II - Sala 505, Brasília / DF, CEP: 70240-902

O acórdão ora atacado merece reforma face à violação de dispositivo de lei federal, quais sejam, o artigo 944 e 944, parágrafo único do Código Civil, bem como a Constituição pátria.

VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL.

Sem vacilo de dúvida, o tema responsabilidade civil é uma das matérias que mais vem obrigando os estudiosos do direito ao debruço para aquilatar a sua extensão. É tema, às escâncaras, por demais palpitante porquanto por ele se está a estudar a ocorrência de um pretense ato ilícito (*lato sensu*) e a pretensa a alteração de um estado ou comportamento de determinada coisa ou pessoa. Tal discussão elevava-se tanto em meio às demais polêmicas jurídicas que fora merecedora, inclusive, da atenção do constituinte da vigente Carta Política, em seu inciso V, do art. 5º.

A evolução das discussões é, verdadeiramente, acelerada. Contudo, não cabe a esta peça o remontar do passado, razão pela qual cuidará, apenas, em demonstrar a violação a dispositivo constitucional.

Poder-se-ia conceituar o acidente de trabalho como sendo aquele que ocorre pelo exercício do trabalho, a serviço do empregador (a), promovendo lesão corporal, perturbação funcional ou doença que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. De toda forma, para a conquista de indenização norteadas pelo direito comum, não basta a demonstração da existência do acidente de trabalho, há o vitimado demonstrar que o empregador para tanto concorrera ou por meio de culpa grave ou por dolo.

O grande basilar de uma ação que visa à indenização por acidente de trabalho é, inescusavelmente, a Súmula nº 229 do Supremo Tribunal Federal, *verbi gratia*:

A indenização acidentária não exclui a do direito comum, em caso de dolo ou culpa grave do empregador.

O dolo, de que cogita a Súmula nº 229 do STF, é a ação voluntária, conscientemente dirigida ao resultado danoso. É a falta intencional. À bem da verdade, quando o acidente de trabalho se dá pela esteira do dolo, a rigor inexistente acidente de trabalho e, sim, um ilícito penal cometido pelo empregador durante a prestação laboral. Esta é a forma mais estampada da responsabilidade. Por seu turno, a culpa grave é o comportamento vizinho do dolo, porquanto caracteriza-se pela previsão absoluta do resultado, embora não querido. Importa na omissão absoluta e deliberada das normas de segurança, de modo que o resultado pudesse ser previsto por qualquer pessoa, numa verdadeira culpa consciente ou com previsão.

Verdade é que a Súmula 229 do STF há, modernamente, de ser acomodada à previsão inserta no inciso XXVIII, do art. 7º, da Constituição Federal, o qual diz:

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

omissis

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, **sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.** (grifo não encontrado no original)

O fato, entretanto, é que, ainda que se queira entender pela revogação da Súmula 229 do STF, o legislador constituinte limitara a indenização acidentária nos restritos casos da ocorrência do dolo ou da culpa.

Ora, cumprindo a Recorrente os estritos termos do edital de licitação para concessão do serviço público é de se refutar a presença do dolo, porquanto, em nenhum momento, houvera por parte da Recorrente a promoção de qualquer ato voluntário e dirigido para o desfecho do ocorrido.

Jogar a responsabilidade em desfavor do empregador, pura e simplesmente certamente não é a melhor solução, muito menos quando isto não

encontra escudo na disposição constitucional antes mencionada que exige, expressamente, a comunhão ao menos da culpa.

A culpa é algo palpável, tal como dissera **Washington de Barros Monteiro**, e não uma dedução oblíqua amparada em estatísticas que não se assemelham ao caso. Não se pode realizar uma verdadeira costura de regramentos e pinçar fatos aleatórios para se chegar a culpa dita na expressão literal do inciso XVIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

Isto já fora afirmado:

ACIDENTE DE TRABALHO – RESPONSABILIDADE DA RECLAMADA – Para a caracterização do acidente de trabalho indenizável, faz-se necessário a comprovação do dano, nexo causal e a culpa do empregador, tendo em vista que sua responsabilidade é subjetiva. A indenização prevista no artigo 7º, inc. XXVIII da CF, decorre de ato ilícito do empregador que resultou em dano ao empregado, hipótese que não se verifica nos autos. Apelo improvido. ¹ (grifo não encontrado no original)

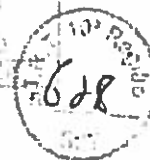
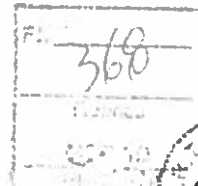
Aliás, no voto condutor do acórdão supra o relator afirmara:

A responsabilidade subjetiva do empregador em indenizar o trabalhador encontra-se prevista no texto constitucional, na medida em que o inciso XXVIII, do artigo 7º, da Carta Magna prevê a obrigatoriedade de indenização, a cargo do empregador, quando incorrer em dolo ou culpa.

¹ TRT 4ª Região – RO nº 00197-2006-102-04-00-0 – Relª Juíza Flávia Lorena Pacheco – julgado no dia 22.03.2007 -

RN

Ruperto, Nunes e Advogados Associados



**VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL POR APEGO A NORMA
INFRACONSTITUCIONAL INCONSTITUCIONAL**

No afã de conferir responsabilidade à Recorrente, o acórdão agora enfrentado imanta a previsão abstrata contida no parágrafo único, do art. 927, do Código Civil, que assim afirma:

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. (grifo não encontrado no original)

Desta forma, a responsabilidade civil do empregador, decorrente de acidente de trabalho, se configurará desde que verificado dano ao empregado, ocorrência de nexo de causalidade entre a execução do serviço, o dano sofrido e a conduta do empregador violadora do direito do empregado.

O parágrafo único, do art. 927 do Código Civil, ao inovar o texto inserto no inciso XXVIII, do art. 7º, da Constituição Federal, incorrera em inconstitucionalidade, posto que lhe era defeso acrescer, estender ou fazer digressões a cerca de matéria firmemente exposta na Carta Política, foram além de suas reais possibilidades, ao menos na seara trabalhista, visto que a responsabilidade objetiva por acidente de trabalho é do órgão da previdência social, em razão de seguro contra acidentes de trabalho pago pelo empregador, sem prejuízo da sua responsabilidade na hipótese de ato culposo ou doloso (CF, art. 7º, XXVIII e CC, art. 927, *caput*)

A interpretação do parágrafo único do art. 927, do Código Civil, pois, para harmonizar-se com o ordenamento pátrio há de passar ao longe das situações trabalhistas.

www.rupertonunes.com.br

☎ (61) 3964-6029 / (61) 3964-4131

✉ jane@rupertonunes.com.br ✉ marcia@rupertonunes.com.br
Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto "I"
Ed. Palácio do Rádio II - Sala 505, Brasília / DF, CEP: 70340-902

VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL NAS OBRIGAÇÕES DE FAZER – ART. 5, INCISO II e XXXV E NORMA INFRACONSTITUCIONAL

Fora determinada a aquisição de veículos (ônibus) com ar-condicionado, motor traseiro, câmbio automático e direção hidráulica e especificações ergonômicas não encontradas nos modelos expostos no mercado.

Apregoa o inciso III, do art. 129 da Constituição Federal que cabe ao Ministério Público do Trabalho promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Assim se tem, então, que mesmo esgrimando-se pelo interesse de um pretense melhor posto de trabalho do empregado, pleitear a alteração das condições do contrato de permissão havido entre a Recorrente e o Poder Público foge da alçada do MPT, e por conseguinte desta Justiça Especializada, uma vez que tal matéria cinge-se exclusivamente ao âmbito do Direito Administrativo puro e seco, que envolve a relação contratual que norteia a permissão que legitima a exploração das linhas de transportes de passageiros de que era detentora a Recorrente.

Os veículos da Recorrente tais como se apresentam modernamente, são aqueles possíveis dentro de um quadro harmonioso que garante o equilíbrio financeiro do contrato administrativo havido com o Poder Público.

Ora, não se pode perder de vista, em momento algum, que a Recorrente não é um mero particular explorando uma atividade ao seu bel-prazer, e, sim, segundo regras rígidas, com remuneração tarifada que formata todo o seu negócio, engessando qualquer devaneio pretendido.

O contrato administrativo, como qualquer outro, é celebrado à vista das condições econômico-financeiras existentes no momento da celebração e segundo os objetivos que cada uma das partes busca retirar da avença. São essas

condições e objetivos que motivam as partes à realização do negócio, ou seja, a entidade governamental que deseja a obra, o bem ou o serviço sob a égide de certas estipulações que imprime unilateralmente e o particular que se dispõe a satisfazer-lhe o desejado observando essas estipulações, mediante o recebimento de um preço que lhe propicia, segundo as condições econômicas do mercado naquele momento, um lucro. Este é o seu móvel na contratação.

Essa é a bem lançada lição de Hely Lopes Meirelles:

O contrato administrativo, por parte da Administração, destina-se ao atendimento das necessidades públicas, mas, por parte do contratado, objetiva um lucro, através da remuneração consubstanciada nas cláusulas econômicas e financeiras.²

Portanto, qualquer ajuste é notoriamente concertado segundo esses objetivos e condições e a firme suposição que não variarão substancialmente no futuro. Se alteração houver deverão esses acordos ser entendidos segundo as circunstâncias vigentes na oportunidade da celebração, de modo a assegurar ao longo de sua vigência o que fora desejado pelas partes, não outras, diversas e distantes do que esperavam obter com a execução do ajuste. O contrato, portanto é *rebus sic stantibus*, isto é, as obrigações contratuais devem ser interpretadas à luz das circunstâncias e fatos sob os quais foi celebrado.

Ademais, conforme explanado pelo Relator, em voto vencido :

"Com relação à pretensão ministerial de obrigar o Distrito Federal a exigir da concessionária o uso de ônibus com apar

² obra citada, idem, idem.

315

RNI

Ruperto, Nunes e Advogados Associados



elho condicionador de ar, motor traseiro, câmbio automático e direção hidráulica, não percebo normativo capaz de resultar nessa obrigação, ainda que salutar, pelo que dou provimento ao apelo empresarial, no aspecto"

Nos estritos termos do art. 5º., II da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

Em que pese o dispositivo constitucional, fora a Recorrente condenada a realizar toda a troca da frota de veículos realizando as mencionadas adequações conforme requerimentos do Ministério Público.

Frise-se ainda que no voto vencedor que concedeu a condenação testou salientando que :

"É certo não haver específica previsão legislativa que obrigue o empregador ou o Estado a adquirir ônibus com câmbio automático, com ar condicionado ou com motor em local que não na frente.

Urge, porém, chamar novamente a atenção para instrumento adequado para tal solução, que é a tutela inibitória, cuja base constitucional se encontra no art. 5º, inciso XXXV."

Ora, como conceber uma condenação pautada em fundamento contrário a mesma? Não há legislação que acolha tal pretensão, e ainda assim houve a condenação.

O inciso mencionado fala em análise do Poder Judiciário no tocante a lesão ou ameaça a direito. Porém, não se trata de análise no sentido de legislar acerca de contrato administrativo já efetivado e em franco andamento, ferindo o edital da licitação. A Recorrente participou de procedimento licitatório e adequou toda a sua frota, adquirindo ônibus novos para sua permanência no sistema de transporte, e agora, o Juizado a quo quer intervir em tal esfera, forçando a nova alteração da frota, em contrato já realizado, sem que qualquer das partes tenha requerido tal pleito.

Ao manter a condenação, haverá violação também ao dispositivo inserto no art. 5º, XXXV da CF, face a violação de direito da Recorrente. Não deixando também de violar o inciso II do mesmo artigo mencionado.

**PRELIMINAR. SUSCITADA EM DEFESA DE INCOMPETÊNCIA MATERIAL
ABSOLUTA PARA DEFERIMENTO DE ADEQUAÇÃO DOS ÔNIBUS**

Apregoa o inciso III, do art. 129 da Constituição Federal que cabe ao Ministério Público do Trabalho promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Assim se tem, então, que mesmo esgrimando-se pelo interesse de um pretense melhor posto de trabalho do empregado, pleitear a alteração das condições do contrato de permissão havido entre a Postulada e o Poder Público foge da alçada do MPT, e por conseguinte desta Justiça Especializada, uma vez que tal matéria cinge-se exclusivamente ao âmbito do Direito Administrativo puro e seco, que envolve a relação contratual que norteia a permissão que legitima a exploração das linhas de transportes de passageiros de que era detentora a Recorrente.

Ora, o contrato administrativo, como qualquer outro, é celebrado à vista das condições econômico-financeiras existentes no momento da celebração e segundo os objetivos que cada uma das partes busca retirar da avença. São essas condições e objetivos que motivam as partes à realização do negócio, ou seja, a entidade governamental que deseja a obra, o bem ou o serviço sob a égide de certas estipulações que imprime unilateralmente e o particular que se dispõe a satisfazer-lhe o desejado observando essas estipulações, mediante o recebimento de um preço que lhe propicia, segundo as condições econômicas do mercado naquele momento, um lucro. Este é o seu móvel na contratação.

Essa é a bem lançada lição de Hely Lopes Meirelles:

O contrato administrativo, por parte da Administração, destina-se ao atendimento das necessidades públicas, mas, por parte do contratado, objetiva um lucro, através da remuneração consubstanciada nas cláusulas econômicas e financeiras.³

Portanto, qualquer ajuste é notoriamente concertado segundo esses objetivos e condições e a firme suposição que não variarão substancialmente no futuro. Se alteração houver deverão esses acordos ser entendidos segundo as circunstâncias vigentes na oportunidade da celebração, de modo a assegurar ao longo de sua vigência o que fora desejado pelas partes, não outras, diversas e distantes do que esperavam obter com a execução do ajuste. O contrato, portanto é *rebus sic stantibus*, isto é, as obrigações contratuais devem ser interpretadas à luz das circunstâncias e fatos sob os quais foi celebrado.

É por esta ótica, pois, que não se pode exigir da Recorrente investimentos despropositados além daqueles que não se encontram na planilha de custos tarifários, posto que somente estes custos contemplados na planilha estarão, de fato, sincronizados com o decantado princípio do equilíbrio econômico-financeiro do

contrato administrativo aqui já falado, de modo que o permissionário toque o seu negócio agravado com a mesma proporção de sua remuneração. Se isto não se observa, não há como se falar em investimentos para a aquisição de ônibus com motor traseiro, ônibus dotado com ar-condicionado, veículo dotado com câmbio automático e veículos dotados com poltronas com especificações ergonômicas não encontradas nos modelos expostos no mercado.

A matéria, portanto, por não se relacionar diretamente com o posto de trabalho, uma vez que origina-se da relação administrativa havida com a Administração Pública, não defere competência para este Juízo apreciar, nos termos do art. 114 da Constituição Federal, pelo nos termos do art. 113 c/c o inciso I, do art. 301, ambos do Código de Processo Civil, há de ser declarada a incompetência absoluta da matéria.

Note-se ainda que, não é o fato do motor de um ônibus se posicionar na dianteira do veículo que determina, de uma só vez, a perda auditiva de natureza ocupacional pelo empregado. Aliás, longe disso.

De toda e qualquer forma, existe toda uma técnica para se chegar a conclusão de que um determinado posto de trabalho encontra-se com a pressão sonora acima do Limite de Tolerância, ou seja, acima de 85 dB(A), o que deve ser aferido por meio de um decibelímetro, colocado na altura do ouvido do trabalhador, por um determinado tempo, sendo recomendável este tempo ser igual a pelo menos uma viagem completa, quando será encontrada a dose, da qual se deduzirá o $Leq = 10 \times \log (480/T \times D/100) + 85$.

O Distrito Federal possui clima seco e frio o qual, normalmente incompatibiliza-se com o uso de ar-condicionado, que comumente provoca ainda mais a secura das vias orais e nasais, em especial destas últimas, acarretando até mesmo sangramento.

No que tange a ergonomia, a Recorrente adquire seus veículos, conforme notas fiscais atreladas das encarroçadoras pelos fabricantes as quais seguem,

RN

Ruperto, Nunes e Advogados Associados

se seu turno, as exigências das Normas das ABNT, tanto que seus modelos recebem o selo qualidade.

Nesta condição imanta-se a previsão do art. 12 do Código de Defesa do Consumidor, que assim dita:

Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

Estando identificados os fabricantes das cadeiras dos operadores – motoristas e cobradores, e tendo a Postulada lícita e legalmente comprado os veículos, a indicação da origem dos produtos transfere a responsabilidade para aquele, segundo afirma o inciso I, do art. 13, do CDC.

VIOLAÇÃO A DISPOSIÇÃO DE LEI FEDERAL – QUANTUM DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS

Em sede de sentença de primeira instância, fora a Recorrente condenada ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) a ser revertido ao fundo de amparo ao trabalhador – FAT. Como fundamento valeu-se a magistrada da seguinte jurisprudência:

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CARACTERIZAÇÃO DE DANO MORAL COLETIVO. TRANSPORTE DE VALORES POR EMPREGADOS NÃO

www.rupertonunes.com.br

☎ (61) 3964-6029 (61) 3964-4131

✉ jane@rupertonunes.com.br ✉ marcelo@rupertonunes.com.br
Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto "E"
Ed. Palácio do Rádio II - Sala 303, Brasília / DF. CEP: 70.340-902

376

68

CAPACITADOS PARA A ATIVIDADE. A ação civil pública, prevista na Lei nº 7.347/85, é instrumento de defesa de direitos e interesses metaindividuais. O próprio Código de Defesa do Consumidor (art. 81, inciso III) prevê o cabimento de ações coletivas para salvaguardar direitos ou interesses individuais homogêneos, que são, segundo o STF, subespécie de direitos coletivos e decorrem de uma origem comum. Será cabível a ação civil pública na esfera trabalhista quando se verificar lesão ou ameaça a direito difuso, coletivo ou individual homogêneo decorrente da relação de trabalho, consubstanciando tal ação coletiva um mecanismo de proteção dos direitos sociais constitucionalmente garantidos. No caso concreto, os interesses defendidos pelo Parquet ultrapassam a esfera individual, sendo coletivos e mesmo difusos (art. 83, III, LC 75/1993; art. 81, I e II, CDC), já que se relacionam à alegada prática empresarial consistente na ilegalidade de incumbir a empregados burocráticos o transporte de valores, função para a qual não foram preparados nem habilitados, sendo própria dos vigilantes. Nesse contexto, a prática da Reclamada contrapõe-se aos princípios basilares da nova ordem constitucional, mormente àqueles que dizem respeito à proteção da dignidade humana e da valorização do trabalho humano (art. 1º, III e IV, da CR/88) e à isonomia de tratamento (art. 5º, caput, da CR/88), sendo forçoso restabelecer a sentença, mediante a qual o Réu foi condenado ao pagamento de indenização por dano moral coletivo. No tocante ao valor a ser fixado, a título de indenização por dano moral coletivo, devem ser feitas algumas considerações. É certo que não há na legislação pátria delineamento do quantum a ser fixado a título de dano moral. Caberá ao juiz fixá-lo, equitativamente, sem se afastar da máxima cautela e sopesando todo o conjunto probatório constante dos autos. A lacuna legislativa na seara laboral quanto aos critérios para fixação leva o julgador a lançar mão do princípio da razoabilidade, cujo corolário é o princípio da proporcionalidade, pelo qual se estabelece a relação de equivalência entre a gravidade da lesão e o valor monetário da indenização imposta, de modo que possa propiciar a certeza de que o ato ofensor não fique impune e servir de desestímulo a práticas inadequadas aos parâmetros da lei. De todo modo, é oportuno registrar que a jurisprudência desta Corte vem se direcionando no sentido de rever o valor estabelecido nas instâncias ordinárias a título de indenização apenas para reprimir valores estratosféricos ou excessivamente módicos. Assim, levando-se em conta os valores fixados, nesta Corte, a título de indenização por dano moral, com análise caso a caso, considerando a intensidade do sofrimento da vítima, a gravidade da lesão, o grau de culpa do ofensor e a sua condição econômica, o não enriquecimento indevido do ofendido e o caráter pedagógico da medida, torna-se devida a adequação do valor da indenização para R\$200.000,00 (duzentos mil reais), com respaldo no princípio da razoabilidade. Mantém-se a atualização monetária desde a data da sentença, com juros desde a data do protocolo da ação. Recurso de revista conhecido e provido no particular." (RR - 37400-38.2010.5.23.0000 Data de Julgamento: 29/05/2013, Relator

RNI

Ruperto, Nunes e Advogados Associados

Ministro: *Mauricio Godinho Delgado*, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 07/06/2013) "(grifo nosso).

Em sede de Recurso Ordinário, proferiu o Relator voto em que foi vencido, condenando a empresa no seguinte:

"Por efeito dos limites e modulações descritos, dou provimento em parte ao apelo ministerial, para assim julgá-lo parcialmente procedentes os pedidos exordiaes de modo a condenar:

(.....)b) a primeira Ré a pagar indenização por danos morais coletivos no importe de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), em favor de fundo a ser gerido pelo MM. Juízo de origem em prol de instituição beneficente capaz de utilizar-se de modo adequado, conforme indicações a serem efetivadas pelo Ministério Público do Trabalho, sobretudo observando objetivo social coligado à recapacitação de trabalhadores ou à assistência a portadores de necessidades especiais como as decorrentes dos danos causados.

CONTUDO, RESTEI, COM A EXMA. SRA. DESEMBARGADORA REVISORA, VENCIDO EM PARTENESTE TÓPICO, QUANTO AO VALOR DA INDENIZAÇÃO, PREVALECENDO A DIVERGÊNCIA DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR BRASILINO SANTOS RAMOS, ACOMPANHADO NO TÓPICO PELOS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MÁRIO CARON E JOÃO AMÍLCAR PAVAN (DESEMPATE), CABENDO NOTAR QUE O EXMO. SR. DESEMBARGADOR BRASILINO SANTOS RAMOS ADOTOU A PROPOSIÇÃO DE VALOR DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR MÁRIO CARON"

Em virtude de o relator e revisor terem sido vencidos, fora a Recorrente condenada ao pagamento de indenização por danos morais coletivos na astronômica importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), conforme requerido pelo Ministério Público do Trabalho.

www.rupertonunes.com.br

☎ (61) 3964-4029 (61) 3964-4131

✉ jan@rupertonunes.com.br ✉ mar@rupertonunes.com.br
Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto "E"
Ed. Palácio da Radiotli - Sala 505, Brasília / DF, CEP: 70340-901

Desta forma, apenas em custas processuais fora gasta a importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para que se efetivasse o presente Recurso de Revista.

DOS FUNDAMENTOS PARA FIXAÇÃO DO MONTANTE PELO JUÍZO A QUO OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E AO ARTIGO 944 DO CÓDIGO CIVIL

16

Ao fundamentar a condenação, teceu vários fatores que autorizavam a Condenação do Distrito Federal em igual monta, e foram ainda apontados os seguintes fundamentos:

- a) Que o Código de Trânsito Brasileiro estipula ser o CONTRAN o órgão normativo do sistema e que tal órgão determina que os ônibus destinados ao transporte público de passageiros tivessem seus motores revestidos de isolamento térmico e acústico, independente de sua localização; (note-se que já possuem)
- b) Que a resolução 315/2008 do CONTRAN dispõe acerca de ergonomia dos ônibus (que entendemos devam ser observadas pelas montadoras de veículos)
- c) Que deve haver instalação de banheiros públicos para motoristas e cobradores conforme lei local, pelo Distrito Federal (obrigação do Estado e não do particular ou concessionário)
- d) Que a Administração Pública ao agir deve observar os comandos legais;
- e) Que a "atividade do magistrado não se pode transformar num ativismo de substituição do administrador público"
- f) Que a Recorrente não disponibilizou nos pontos de espera instalações sanitárias separadas por sexo, com pontos de água potável (porém os pontos de espera são públicos)

- g) Que o importe da condenação deve ser superior ao indicado pelo relator.
- h) Que "nossos cidadãos são maltratados pelas políticas públicas de políticos despreparados ou gananciosos, incapazes de estabelecer um programa consistente de melhoria"
- i) Que a indenização por dano moral coletivo deve ser destinada a um fundo a ser gerido pelo MM. Juízo de origem em prol de instituição beneficente capaz de utilizá-lo de modo adequado e em decorrências de indicações a serem efetivadas pelo Ministério Público do Trabalho.

No que se refere a condenação da empresa ora Recorrente, salientou o voto vencedor que

"...há várias obrigações de fazer descumpridas pela concessionária como a citada acima, isto é, a disponibilização, nos pontos de espera, de instalações sanitárias separadas por sexo, inclusive com pontos de água potável, além da adequação do ambiente de trabalho de modo a não causar dano auditivo aos motoristas e cobradores"

E ainda,

"Por esse viés, portanto e ancorado na máxima albergada pelo princípio da isonomia, de tratar desigualmente os desiguais na medida das suas desigualdades, crédito que se possa imputar a mesma quantia às partes"

Momento seguinte arbitrou o montante de DEZ MILHÕES DE REAIS para ambas as partes.

Os fundamentos despendidos para condenação da Recorrente foram os mesmos dos despendidos pelo voto do Relator, ocasião em que foram inclusive

www.rupertonunes.com.br

(61) 3964 6029 (61) 3964 4131

jun@rupertonunes.com.br | mar@rupertonunes.com.br

Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto "T"

Ed. Polícia do Rádio II - Sala 505, Brasília / DF, CEP: 70340-900

determinadas obrigações de fazer. Foram os mesmos fundamentos pra condenação em primeira instância na monta de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) e pelo voto do Relator e Revisora na monta de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Não houve data vênia embasamento para que houvesse a majoração do valor em 25 (vinte e cinco vezes), salvo a afirmação de não ofensa ao princípio da isonomia.

Porém , com sucedâneo no PRINCÍPIO DA ISONOMIA, percebe-se que em verdade, houve verdadeira VIOLAÇÃO A TAL NORMA na tentativa de buscar defendê-la. Em verdade não há como se observar igualdade entre o ente particular e o Estado. Devem ser tratados desigualmente na medida de suas desigualdades.

O poder público é que dita as normas de concessão e de políticas públicas, realizando ainda o edital de licitação. Não possui o mesmo cunho de responsabilidade que o particular que se submete a suas diretrizes, como no caso a Recorrente. Ainda, não pode o particular dispor da área pública como o Estado.

Na mesma linha de pensamento, para fixação do quantum indenizatório deve o julgador pautar-se em critérios de razoabilidade e proporcionalidade, sendo a decisão devidamente fundamentada, conforme legislação vigente.

A proporção de culpa de cada parte no evento danoso deve ser considerada para fins de fixação da monta indenizatória, assim como sua situação particular de pode econômico. A importância arbitrada faz com que se encerre das atividades de qualquer empresa de médio porte como a Recorrente.

Nos termos do voto vencedor, percebe-se que houveram fundamentos para o atendimento ao disposto no artigo 944 caput e parágrafo único do Código Civil, que tratam da proporcionalidade e razoabilidade que deve ocorrer como critério de fixação do quantum. Aliás, não fora sequer explicitado qualquer critério de

fixação de tal monta em desfavor da Recorrente, posto que todos os fundamentos e razões de decidir pautaram-se em normas destinadas ao Distrito Federal ou ao uso de área pública, e não ao particular concessionário de serviço público.

O fundamento observado fora apenas o princípio da isonomia, no sentido de que os Réus devem ser igualmente condenados e em valores idênticos, no entanto, a situação econômica, o grau de culpabilidade das partes e sua posição junto ao ordenamento pátrio são totalmente discrepantes. Assim, para que se atenda efetivamente ao princípio da isonomia devem ser tratados de forma desigual na fixação, na medida de suas desigualdades. Não há igualdade entre Ente Público e Particular.

Assim, em uma análise profunda da proteção ao princípio da isonomia, percebe-se que a Recorrente não pode ser igualmente considerada culpada nas mesmas proporções que o Poder Público, qual seja o DF.

VIOLAÇÃO AO ARTIGO 944, PARAGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO CIVIL

Dispõe o Código Civil que:

Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.

Observa-se portanto que da mesma forma que os mandamentos constitucionais, o artigo em comento prestigia os princípios da razoabilidade e proporcionalidade pra fixação do quantum indenizatório.

Conforme recente decisão emanada pela SDI-1 do TST no Processo RR-217700-57.2007.5.08.0117, nos casos em que o quantum indenizatório é fixado

www.rupertonunes.com.br

☎ (61) 3964-6029 (61) 3964-4131

✉ jmc@rupertonunes.com.br ✉ marv@rupertonunes.com.br

Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto "E"

Ed. Polício de Radios II - Sala 905, Brasília / DF, CEP: 70.340-902

Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto "E"
Ed. Palácio do Rádio II - Sala 905, Brasília / DF, CEP: 70.340-900



Face a perda da licitação e de ausência de cumprimento de TAC realizado com o Ministério Público do Trabalho da 10ª. Região eo Distrito Federal, se viu obrigada a realizar o pagamento de 4.000 (quatro mil) rescisões contratuais, multas de 40% do FGTS, e demais verbas rescisórias.

Data máxima vênua, não se verifica no Acórdão motivos que ensejam a majoração tão extrema do valor da condenação.

Se o motivo for a necessidade de igualar sua participação e responsabilidade ao Distrito Federal, esta não pode se consolidar, conforme afirmado alhures.

Dentro dos critérios de fixação devem ser observados o poder ofensivo do agressor e das vítimas e o poder econômico das partes. Conforme já afirmado, condenação em tal monta faz com que se fechem as portas de qualquer empresa de médio porte como a Recorrente, acabando com a atividade econômica. Ademais, torna-se extremamente exorbitante, transcendendo a intenção punitiva e educativa.

Em verdade, a manutenção da condenação em tal monta faz perder o caráter didático-pedagógico e educativo da indenização posto que encerra a atividade econômica daquele entendido como agressor, extinguindo com aquilo que se pretendia educar.

A capacidade econômica da Recorrente não se coaduna com uma condenação em tal monta. Sem querer eximir-se da responsabilidade, os fatos que fundamentam e levam a responsabilização da mesma não se aproximam da responsabilidade do Distrito Federal, conforme salientado no julgado. Da forma explicitada no Acórdão observa-se que a responsabilidade da Recorrente pela conjectura geradora do dano é inferior a do Distrito Federal.

Faz-se necessário considerar aspectos como a extensão do dano, a gravidade da conduta lesiva, o grau de culpa, a capacidade econômica dos ofensores e a característica dos ofendidos.

O valor arbitrado não se verificou equânime à a capacidade econômica do empregador e o caráter pedagógico da penalidade. Houve evidente desproporção entre o evento danoso, o grau de culpa, a situação econômica das partes o valor da indenização

Ressalte-se ainda que fora a Recorrente condenada ainda a efetivar diversas obrigações de fazer que demandam altos custos, além do pagamento da indenização fixada.

DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL

A condenação ao pagamento de indenização na cifra de dez milhões de reais extrapola ainda os valores médios fixados por esta Corte.

A manutenção em tal patamar fere o artigo 5º. Caput (igualdade) da Constituição Federal. As decisões tem se fixado em valores muito inferiores, conforme se verifica nos julgados:

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. O eg. Tribunal Regional emitiu tese expressa e fundamentada sobre o tema objeto da controvérsia, não havendo vício no julgado a justificar a alegada nulidade. Incómunos os arts. 93, IX, da Constituição Federal, 458 do CPC e 832 da CLT. Recurso de revista não conhecido. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. O pedido formulado - de quitação dos direitos trabalhistas dos contratados pela empresa - é expresso e direcionado e, conquanto haja diferenças no cálculo para cada um, não se pode inquiná-lo de genérico. Esse é exatamente um caso de defesa de direitos individuais homogêneos - por ostentarem origem comum - os quais são considerados, em sentido lato, direito coletivo.

www.rupertonunes.com.br

(61) 3964-6029 (61) 3964-4131

jur@rupertonunes.com.br murtu@rupertonunes.com.br

Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto "E"
Ed. Palácio do Rádio II - Sala 505, Brasília / DF, CEP: 70340-901

aos seus clientes - para que este possa livremente optar pelo melhor produto - demonstra a ingerência na atividade do -franqueado- e desnatura a autonomia do contrato de corretagem e a própria natureza da atividade do corretor de seguros. Presentes a subordinação, a onerosidade e a não eventualidade, requisitos dos arts. 2º e 3º, caracterizadores da relação de emprego, não havendo falar em franchising, conforme a Lei nº 8.955/94. O modus operandi utilizado pela reclamada, assim, tinha a finalidade de disfarçar a contratação de corretores que eram treinados para vender seus produtos, fraudando direitos trabalhistas e previdenciários. Por fim, não pode a reclamada escudar-se no impedimento legal de formação de vínculo com os corretores, tal como previsto na Lei nº 4.594/64, pois ao texto frio da lei deve sobrepor-se a garantia constitucional dos direitos do trabalhador, diante do princípio da primazia da realidade. Recurso de revista não conhecido. TERCEIRIZAÇÃO. O eg. Tribunal Regional consignou que a reclamada não está impedida de terceirizar suas atividades, desde que respeitado o que dispõe a Súmula nº 331, referente à impossibilidade de terceirizar atividades relacionadas à atividade-fim. Não há discussão, na decisão recorrida, acerca da licitude da terceirização promovida até o ano de 2003 - único argumento recursal, não havendo contrariedade à Súmula nº 331 do TST. Recurso de revista não conhecido. DANO MORAL COLETIVO. REPARAÇÃO. POSSIBILIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OFENSA AO VALOR SOCIAL DO TRABALHO. VÍNCULO DE EMPREGO DESVIRTUADO, SOB O MANTO DE CONTRATO DE FRANQUIA. A reparação por dano moral coletivo visa a inibição de conduta ilícita da empresa e atua como caráter pedagógico. A ação civil pública buscou reverter o comportamento da empresa, com o fim de coibir a contratação fraudulenta de empregados por meio de pessoas jurídicas constituídas exclusivamente para a venda de seguros de vida da reclamada. A ação intentada, assim como a condenação em dano moral coletivo visam prevenir lesão a direitos fundamentais constitucionais, como o valor social do trabalho, que atinge a coletividade como um todo, e possibilita a aplicação de multa a ser revertida ao FAT. Recurso de revista não conhecido. DANO MORAL COLETIVO. VALOR ARBITRADO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. REDUÇÃO. A fixação do valor da indenização por dano moral coletivo deve se pautar nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, pelo que se deve evitar um valor exorbitante ou irrisório, a ponto de levar a uma situação de inviabilidade no funcionamento regular do ofensor ou a de não cumprir a função inibitória. No caso, o eg. Tribunal Regional manteve a

condenação no montante de R\$1.000.000,00 (um milhão). Considerando que a indenização deve ter o condão de inibir a reiteração da prática pela reclamada, mas também não a ponto de impossibilitar ou alterar o regular funcionamento do negócio, e considerando o aporte financeiro da reclamada, considera-se razoável o montante de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), razão pela qual deve ser reduzido a este valor a indenização por danos morais coletivos. Recurso de revista conhecido e provido.

25

(TST - RR: 1078620105030001 , Relator: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 13/08/2014, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/08/2014)

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVIMENTO. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. VALOR. CRITÉRIOS PARA ARBITRAMENTO. A potencial ofensa ao art. 944 do Código Civil autoriza o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. 1. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DA RELAÇÃO DE EMPREGO. PRESCRIÇÃO. AÇÃO AJUIZADA APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004. Tratando-se de pedido de indenização por dano moral decorrente da relação de emprego, o prazo prescricional aplicável é aquele previsto no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, de cinco anos, contados da ocorrência da lesão, observado o prazo de dois anos após a extinção do contrato de trabalho. No caso concreto, conforme se extrai do acórdão regional, a dispensa do reclamante ocorreu em julho de 2012, tendo ocorrido a lesão aos seus direitos de personalidade até o referido mês, enquanto ainda submetido ao regime de monocondução. Tendo a presente ação sido proposta no mesmo ano, não há prescrição a ser pronunciada (art. 7º, XXIX da CF/88). Recurso de revista não conhecido. 2. CONDIÇÕES DE TRABALHO. MAQUINISTA. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. 2.1. O descaso com a adequada oferta de instalações sanitárias, segundo as normas de regência próprias, autoriza concluir-se pela configuração de dano moral. Ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana, inscrito no art. 1º, III, da Constituição Federal. 2.2. Não há que se cogitar de ofensa aos arts. 818 da CLT e 333 do CPC, quando o julgador, com base na prova oral produzida, decide pela procedência do pedido. Todo o acervo instrutório está sob a autoridade do órgão judiciário (CPC, art. 131), não se podendo limitar a avaliação de cada elemento de prova à sua indicação pela parte a quem possa aproveitar. Assim, diante da necessidade do revolvimento de fatos e provas, não prospera recurso de revista (Súmula 126/TST). Recurso de revista não conhecido. 3. DANO MORAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. Nas condenações por dano moral, a atualização monetária é devida

RNI

Ruperto, Nunes e Advogados Associados



a partir da data da decisão de arbitramento ou de alteração do valor. Os juros incidem desde o ajuizamento da ação, nos termos do art. 883 da CLT. Inteligência da Súmula 439/TST. Recurso de revista não conhecido. 4. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. VALOR. CRITÉRIOS PARA ARBITRAMENTO. REDUÇÃO. A indenização por dano moral guarda conteúdo de interesse público. O valor fixado deve observar a extensão do dano sofrido, o grau de comprometimento dos envolvidos no evento, os perfis financeiros do autor do ilícito e da vítima, além de aspectos secundários pertinentes a cada caso. Incumbe ao juiz fixá-lo com prudência, bom senso e razoabilidade. Recurso de revista conhecido e provido.

(TST - RR: 15396720125030035, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 17/09/2014, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 26/09/2014)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. NEGLIGÊNCIA E DESRESPEITO A NORMAS DE PROTEÇÃO À SAÚDE E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES. SUJEIÇÃO DA COLETIVIDADE DE TRABALHADORES AO RISCO DE ACIDENTES E COMPROMETIMENTO DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA, INCLUSIVE COM A OCORRÊNCIA DE ÓBITO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. CARACTERIZAÇÃO DE DANO MORAL COLETIVO. QUANTUM INDENIZATÓRIO (APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE). DECISÃO DENEGATÓRIA. MANUTENÇÃO. A prática adotada pela Ré - consistente em descumprir reiteradamente normas ligadas a saúde e segurança no ambiente de trabalho, inclusive expondo os empregados a um sistema de trabalho permanente em sobrejornada - contrapõe-se aos princípios basilares da nova Constituição, mormente àqueles que dizem respeito à proteção da dignidade humana e da valorização do trabalho humano (art. 1º, III e IV, da CR/88), sendo forçoso concluir pela manutenção da condenação da Ré ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado ao FNDE. Registre-se que os critérios da razoabilidade e proporcionalidade foram observados no caso em análise, em que o direito lesado se referiu ao descumprimento da legislação trabalhista no tocante às normas de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores. Assim, não há como assegurar o processamento do recurso de revista quando o agravo de instrumento interposto não desconstitui os termos da decisão denegatória, que subsiste por seus próprios fundamentos. Agravo de instrumento desprovido.

www.rupertonunes.com.br

(61) 3964-6019 (61) 3964-4131

✉ jane@rupertonunes.com.br ✉ marcia@rupertonunes.com.br

Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto 'E'

Fd. Palácio do Rádio II - Sala 303, Brasília / DF, CEP: 70.340-902

388

649

RN

Ruperto, Nunes e Advogados Associados

(TST, Relator: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 18/12/2013, 3ª Turma)

AGRAVO. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PROPORCIONALIDADE. APLICAÇÃO DO ARTIGO 944 DO CÓDIGO CIVIL. PROVIMENTO. Esta Corte Superior tem, por reiteradas vezes, revisto os valores das condenações arbitradas a título de indenização por dano moral, adequando-os ao mandamento constante do artigo 944 do Código Civil, o qual estabelece que a reparação deve ser proporcional ao agravo sofrido pela vítima. Agravo a que se dá provimento. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PROPORCIONALIDADE. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 944 DO CÓDIGO CIVIL. PROVIMENTO. Diante da possibilidade de afronta ao artigo 944 do Código Civil, o provimento do agravo de instrumento para o destrancamento do recurso de revista é medida que se impõe. Agravo de instrumento a que se dá provimento. RECURSO DE REVISTA. 1. NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E 832 DA CLT. NÃO DEMONSTRAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. O Colegiado Regional manifestou-se, expressamente, sobre a questão ventilada pelo reclamado em embargos de declaração, fazendo consignar que a prova oral produzida nos autos foi devidamente analisada e valorada, tendo dela emergido a comprovação do dano moral noticiado pela autora. Dessa forma, não há falar em omissão, nem em negativa de prestação jurisdicional, porquanto respeitados os ditames dos artigos 93, IX, da Constituição Federal e 832 da CLT. Recurso de revista não conhecido. 2. DANO MORAL. ÔNUS E VALORAÇÃO DA PROVA. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 818 DA CLT, 131 E 333, I, DO CPC. NÃO DEMONSTRAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. O Colegiado Regional consignou que a reclamante desvencilhara-se dos ônus probatórios que lhe foram impostos, porquanto comprovou que era constantemente humilhada, desqualificada e desmoralizada pelo seu superior hierárquico, o qual a xingava e maltratava diante de seus colegas, expondo-lhe a situações vexatórias e humilhantes, tendo tal conduta violado a honra e a moral da autora. Convenceu-se, a partir da análise das provas dos autos, que se encontravam presentes os elementos caracterizadores do dano moral alegado pela reclamante, apto a ensejar a indenização pleiteada. Nesse contexto, incólumes os artigos 818 da CLT e 333, I, do CPC, porque respeitada a regra de distribuição dos ônus da prova prevista nos referidos preceitos. Também não se cogita em ofensa ao artigo 131 do CPC, porquanto observada a disposição contida no mencionado dispositivo, o qual estabelece que o juiz tem plena liberdade para valorar a prova, sendo-lhe exigido apenas que apresente os motivos que formaram o seu convencimento, o que sucedeu na hipótese dos autos. Recurso de revista não conhecido. 3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTENTO PROTETATÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO

www.rupertonunes.com.br

☎ (61) 3964-6029 / (61) 3964-4131

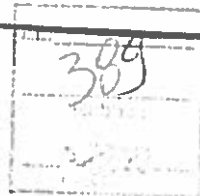
✉ jane@rupertonunes.com.br ✉ marcus@rupertonunes.com.br

Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto "E"

Ed. Palácio do Rádio II - Sala 501, Brasília / DF, CEP: 70340-901

RNI

Ruperto, Nunes e Advogados Associados



ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. NÃO CONHECIMENTO. Ressalvadas as circunstâncias em que a parte logre demonstrar patente arbitrariedade na cominação da multa por embargos protelatórios e, portanto, a sua ilegalidade, não é possível a esta colenda Corte Superior afastar a penalidade prevista no parágrafo único do artigo 538 do CPC, pois a conveniência de sua aplicação se situa no âmbito discricionário do julgador. Precedentes. Em sendo assim, não há como constatar patente arbitrariedade na cominação de multa por oposição de embargos de declaração, quando das alegações depreende-se que a parte pretendeu, por meio da via inadequada, o novo julgamento do feito, trazendo questionamento sobre prova oral que levou à conclusão de que o dano moral alegado pela autora foi devidamente demonstrado, bem como sobre o quantum fixado para a correspondente indenização, matéria debatida à exaustão no acórdão impugnado. Recurso de revista não conhecido, no particular. 4. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PROPORCIONALIDADE. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 944 DO CÓDIGO CIVIL. PROVIMENTO. A conduta do superior hierárquico da reclamante, o qual constantemente a xingava e a maltratava na frente dos seus colegas de trabalho, expondo-a a situações humilhantes e vexatórias, é reprovável, tendo aptidão para causar abalo emocional na empregada e gerar reparação pecuniária por dano moral. Contudo, embora o reclamado detenha capacidade econômica reconhecidamente avantajada, a fixação do quantum indenizatório em R\$ ultrapassa os limites da razoabilidade e da proporcionalidade, em desrespeito ao mandamento constante no artigo 944 do Código Civil. Assim, diante da existência de evidente desproporção entre o evento danoso e o valor da indenização, necessária a redução do quantum indenizatório para o valor de R\$ 50.000,00, levando-se em conta parâmetros desta Corte Superior, conforme recentes julgados. Recurso de revista conhecido e provido.

(TST - RR: 255402320085100016 25540-23.2008.5.10.0016, Relator: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 04/05/2011, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/05/2011)

A C Ó R D ã O
(8ª Turma)

GJCMLF/ams/bfs

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL COLETIVO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. Ante a possível violação do art. 944 do Código Civil, dá-se provimento ao Agravo de Instrumento.

www.rupertonunes.com.br

☎ (61) 3964-4029 (61) 3964-4131

✉ javi@rupertonunes.com.br ✉ marcos@rupertonunes.com.br

Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto "E"

Ed. Palácio da Rádio II - Sala 505, Brasília / DF, CEP: 70.340-902

II - RECURSO E REVISTA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Não se verifica ofensa aos artigos 83, III, da LC n. 75/93 e 129, III, da CF/88, inclusive porque, diante das circunstâncias apresentadas, são justamente esses dispositivos que amparam a atuação do Ministério Público do Trabalho, através da Ação Civil Pública, na defesa dos direitos difusos e coletivos. Recurso de Revista não conhecido. DANO MORAL COLETIVO. Ao entender pela condenação das empresas, o Tribunal Regional baseou-se nas provas e circunstâncias constantes dos autos decidindo, pois, em consonância com o princípio do livre convencimento motivado do juiz (artigo 131 do CPC). Entendimento diverso somente seria possível se verificada a não configuração das condições de trabalho que geraram a indenização, o que demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório, expediente vedado nesta Corte por determinação da Súmula nº 126/TST. Recurso de Revista não conhecido. DANO MORAL COLETIVO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. Ainda que se considere a gravidade dos fatos que ensejaram a intervenção do Ministério Público do Trabalho, a capacidade econômica do ofensor e o número de trabalhadores atingidos pelas práticas ilícitas do empregador, e em atenção ao princípio da razoabilidade, reduz-se o valor arbitrado à indenização por danos morais coletivos, para adequação ao patamar de precedentes anteriores desta Turma Julgadora. Aplicação do art. 944 do Código Civil. Recurso de Revista conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº TST-RR-112300-53.2007.5.15.0118, em que são Recorrentes VIRGOLINO DE OLIVEIRA S.A. - AÇÚCAR E ALCOOL E OUTRA e é Recorrido o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão mediante a qual se denegou seguimento ao Recurso de Revista. Procura-se demonstrar a satisfação dos pressupostos para o processamento do Recurso obstado.

A parte Recorrida apresentou Contraminuta ao Agravo de Instrumento e Contrarrazões ao Recurso de Revista.

Dispensado o envio do processo ao Ministério Público do Trabalho, considerando os termos do artigo 83, § 2º, I, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

V O T O

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO

1 - CONHECIMENTO

Atendidos os pressupostos extrínsecos do Agravo de Instrumento, conheço do Recurso.

2 - MÉRITO

2.1 - DANO MORAL COLETIVO. VALOR DA INDENIZAÇÃO

O Tribunal Regional fundamentou sua decisão, quanto ao valor da indenização por danos morais coletivos, da seguinte forma:

"Quanto ao valor arbitrado na origem, R\$ 1.712.711,13, em favor do FAT, o MM. Juízo de origem acolheu na íntegra o pedido na inicial, que sugeriu tal importância a partir da constatação de que esse teria sido o valor gasto pelas 30 recorrentes com a contratação fraudulenta das empresas terceirizadas. O critério é razoável e deve ser mantido, considerando, essencialmente, a extensão dos danos causados, a gravidade dos fatos apurados, e a necessidade da presença do aspecto pedagógico-punitivo. Registre-se, no particular, que os documentos de fls. 115/116 demonstram os vultosos lucros obtidos pelas recorrentes na exploração das suas atividades econômicas, de R\$ 20.169.400,67 para a Virgolino de Oliveira S.A. - Açúcar e Alcool e de R\$ 23.605.984,00 para a Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A."

Consta no Agravo de Instrumento a insurgência contra o valor fixado para a indenização por danos morais, considerado excessivo diante do que vem sendo estabelecido como patamar indenizatório em outros julgados, o que violaria a Constituição em seu artigo 5º, inciso V, bem como o Código Civil, em seu artigo 944. À análise.

A decisão recorrida aparentemente viola o teor do art. 944 do Código Civil, que estabelece a proporcionalidade entre a indenização e a extensão do dano.

Dou provimento ao Agravo de Instrumento para mandar processar o Recurso de Revista.

II - RECURSO DE REVISTA

1 - CONHECIMENTO

Preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal, passo ao exame dos requisitos intrínsecos do Recurso de Revista.

1.1 - LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

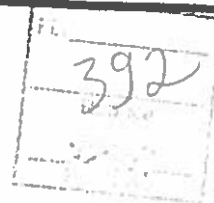
Em relação ao tema, consta no Acórdão Regional a seguinte fundamentação:

"A questão relativa à legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho para a defesa de interesses individuais de uma universalidade de trabalhadores já foi apreciada pelo C. Tribunal Superior do Trabalho, concluindo-se de forma diversa em relação à argumentação recursal, nos termos da ementa a seguir transcrita:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. INTERESSE SOCIAL RELEVANTE. O Ministério Público do Trabalho tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos. A

RN

Ruperto, Nunes e Advogados Associados



pretensão deduzida de melhoria do meio ambiente de trabalho dos empregados do reclamado configura direito individual homogêneo revestido de interesse social relevante. Agravo de Instrumento desprovido. Processo AIRR - 1277/2000-014-04-40.3 DEJT 13/11/2009. Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho.

Registre-se, por oportuno, que a r. sentença reconheceu a agressão não somente aos próprios trabalhadores, mas à sociedade como um todo, fazendo menção à repercussão social dos atos comissivos e omissivos praticados pela 1ª ré."

Cumpra transcrever, ainda, o que o Tribunal Regional fez constar na ementa de seu Acórdão:

"As condições sub-humanas às quais foram submetidos os trabalhadores, agrediu-lhes na essência, assim como seus familiares e toda a coletividade. É provável, diga-se, que os trabalhadores não tenham mesmo se apercebido do referido tratamento, pois são pessoas essencialmente humildes e se dispõem ao árduo trabalho agrícola em troca da mera subsistência. Tal circunstância, no entanto, não impede o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Trabalho, de cumprirem suas missões institucionais, especialmente na tutela dos interesses coletivos e difusos."

As Recorrentes alegam que o Ministério Público do Trabalho não possui legitimidade para propor a presente Ação Civil Pública, pois teria extrapolado suas funções constitucionais, já que a lide trata de direitos heterogêneos. Apontam violação dos artigos 83, III, da LC nº 75/93 e 129, III, da CF/88. À análise.

O artigo 129, inciso III, da Constituição da República, estabelece que é função institucional do Ministério Público promover a Ação Civil Pública para a proteção, dentre outros, de interesses difusos e coletivos.

O artigo 83 da LC nº 75/93, em seu inciso III, é ainda mais específico ao determinar que compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício de atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho, dentre as quais promover a Ação Civil Pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.

Cumpra destacar que o Tribunal Regional, quando da fundamentação do Acórdão, consignou que "a r. sentença reconheceu a agressão não somente aos próprios trabalhadores, mas à sociedade como um todo, fazendo menção à repercussão social dos atos comissivos e omissivos praticados pela 1ª ré", não havendo que se falar, pois, em heterogeneidade dos direitos envolvidos.

Não se verifica, portanto, ofensa a qualquer dos dispositivos invocados, inclusive porque, diante das circunstâncias apresentadas, são justamente esses

www.rupertonunes.com.br

☎ (61) 3964-4029 (61) 3964-4131

✉ jine@rupertonunes.com.br ✉ marcel@rupertonunes.com.br

Endereço: SRTV5 - Quadra 701, Conjunto "E"

Ed. Pátio do Rádio II - Sala 501, Brasília / DF, CEP: 70.340-900

dispositivos que amparam a atuação do Ministério Público do Trabalho, através da Ação Civil Pública, na defesa dos direitos difusos e coletivos. Não conheço do Recurso de Revista.

1.2 - DANO MORAL COLETIVO

Assim fundamentou sua decisão o Tribunal Regional, em relação ao tema: "O dano moral aos trabalhadores é evidente e salta aos olhos, pois foram tratados de forma indigna e afrontosa aos mais básicos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores, insculpidos na Constituição da República."

A busca das recorrentes por lucro adicional conduziu-as ao desprezo dos mais básicos princípios constitucionais, inclusive o da dignidade da pessoa humana. O descaso das recorrentes com aqueles que colaboravam com elas com o dispêndio de árdua mão-de-obra é notável e não pode, evidentemente, ser ignorado.

As condições sub-humanas às quais submetem tais trabalhadores agrediu-lhes na essência, assim como seus familiares e toda a coletividade, como corretamente asseverou a origem. Aliás, tal conclusão nem ao menos demanda prova nesse sentido, pois a dor moral é presumível a partir do fato comprovado, considerando o conceito que se tem a respeito do que seja homem médio.

Exigir a prova da amargura ou do sofrimento dos trabalhadores, como sustentaram as recorrentes à fl. 722, é um acinte ao bom-senso. Basta, à avaliação da gravidade dos fatos narrados, nos imaginarmos no árduo trabalho lavoura canavieira, sem o equipamento necessário, sem água fresca e potável em quantidade suficiente, e transportados em condições sub-humanas. Ademais, o dano moral no presente caso é tão evidente que, de toda forma, dispensaria provas, nos termos do artigo 334, inciso IV, do Código de Processo Civil."

Insurgem-se as Recorrentes contra a decisão do Tribunal Regional, que entendeu pela condenação das empresas ao pagamento de indenização por danos morais. Alegam que o Acórdão Regional deferiu "indenização por danos morais coletivos presumidos, ou seja, sem que sequer fosse comprovada efetiva dor física ou psíquica", o que caracterizaria a falta de pressuposto para a responsabilização. Apontam violação do artigo 5º, X, da CF/88, bem como dos artigos 11, 12 e 186 do Código Civil.

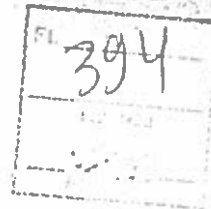
À análise.

O Tribunal Regional consignou no Acórdão as condições de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores, caracterizando-as como sub-humanas e indignas, o que afronta os mais básicos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores, insculpidos na Constituição da República, como o princípio da dignidade humana, e caracteriza, de forma suficiente, o dano moral.

Ao entender pela condenação das empresas, o Tribunal Regional baseou-se nas provas e circunstâncias constantes dos autos, decidindo, pois, em consonância com o princípio do livre convencimento motivado do juiz (artigo 131 do CPC). Entendimento diverso somente seria possível se verificada a não configuração das condições de trabalho que geraram a indenização, o que demandaria o

RN

Ruperto, Nunes e Advogados Associados



reexame de todo o contexto fático-probatório, expediente vedado nesta Corte por determinação da Súmula nº 126/TST.

Não conheço. 1.3 - DANO MORAL COLETIVO. VALOR DA INDENIZAÇÃO

Em relação ao valor da indenização por danos morais coletivos, o Tribunal Regional fundamentou sua decisão da seguinte forma:

"Quanto ao valor arbitrado na origem, R\$ 1.712.711,13, em favor do FAT, o MM. Juízo de origem acolheu na íntegra o pedido na inicial, que sugeriu tal importância a partir da constatação de que esse teria sido o valor gasto pelas 33 recorrentes com a contratação fraudulenta das empresas terceirizadas. O critério é razoável e deve ser mantido, considerando, essencialmente, a extensão dos danos causados, a gravidade dos fatos apurados, e a necessidade da presença do aspecto pedagógico-punitivo.

Registre-se, no particular, que os documentos de fls. 115/116 demonstram os vultosos lucros obtidos pelas recorrentes na exploração das suas atividades econômicas, de R\$ 20.169.400,67 para a Virgolino de Oliveira S.A. - Açúcar e Alcool e de R\$ 23.605.984,00 para a Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A."

Consta no Recurso de Revista a insurgência contra o valor fixado para a indenização por danos morais, considerado excessivo diante do que vem sendo estabelecido como patamar indenizatório em outros julgados, o que violaria a Constituição em seu artigo 5º, inciso V, bem como o Código Civil, em seu artigo 944.

À análise.

O TRT registrou que houve "sonegação de equipamentos de proteção individual, de instalações sanitárias separadas por sexo, de abrigos contra intempéries, de material para primeiros socorros aos cuidados de pessoa treinada e de proteção para as ferramentas (que eram transportadas juntamente com as pessoas), além do não provimento de água fresca e potável à suficiência". Nesses termos, o Tribunal Regional entendeu que o valor da indenização por danos morais coletivos de R\$ 1.712.711,13 (um milhão setecentos e doze mil setecentos e onze reais e treze centavos) a favor do FAT não é excessivo, pois "encontra justificativa na quantidade de trabalhadores submetidos ao injusto tratamento (235), na gravidade da conduta e, principalmente, nos vultosos lucros conquistados no período do labor, de quase 45 milhões de reais para as duas empresas".

As Cortes Superiores vêm admitindo rever o valor fixado nas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais, visando a reprimir as quantificações que não respeitem os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

www.rupertonunes.com.br

☎ (61) 3964-6029 / (61) 3964-4131

✉ june@rupertonunes.com.br ✉ marcus@rupertonunes.com.br

Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto "L"

Ed. Pátio do Rádio II - Sala 505, Brasília / DF, CEP: 70.340-903

Apesar da dificuldade de se fixar com exatidão a extensão dos danos de cunho moral, em razão da natureza extrapatrimonial dos bens jurídicos protegidos, o art. 944 do Código Civil positivou os princípios da razoabilidade e proporcionalidade como critérios destinados à fixação do quantum indenizatório.

Os citados princípios demandam que o julgador estabeleça um valor de indenização suficiente para cumprir a finalidade não só reparatória, como também pedagógico-punitiva da condenação. Nesse sentido, é necessário considerar aspectos como a extensão do dano, a gravidade da conduta lesiva, o grau de culpa, a capacidade econômica dos ofensores e a característica dos ofendidos.

Em outras oportunidades esta Corte adequou o valor da indenização por danos morais coletivos aos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade. Nesse sentido, os seguintes julgados:

"DANOS MORAIS COLETIVOS. VALOR ARBITRADO À INDENIZAÇÃO. Tendo em vista o que determina o art. 944 do Código Civil, a fixação do valor da indenização por danos morais coletivos deve pautar-se por critérios de proporcionalidade e razoabilidade. No presente caso, a indenização arbitrada no valor de R\$1.000.000,00 revela-se excessiva em face da circunstância que ensejou a condenação, qual seja a contratação de empregados públicos sem prévia submissão a concurso. Impõe-se, portanto, o provimento do recurso para reduzir o valor arbitrado. Recurso de revista conhecido e provido." (RR-26540-87.2005.5.10.0008, 8ª Turma, Rel. Min. Dora Maria da Costa, DJe 02/09/2011)

"DANOS MORAIS COLETIVOS. VALOR ARBITRADO. Em atenção aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade entre a gravidade da culpa e o dano sofrido, deve ser reformada a decisão regional, reduzindo-se o valor arbitrado a título de indenização por danos morais. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-117100-43.2005.5.15.0006, 8ª Turma, Rel. Min. Márcio Eurico Vitral Amaro, DJe 08/04/2011)

"DANOS MORAIS COLETIVOS - VALOR DA INDENIZAÇÃO. Nas hipóteses de danos morais coletivos, em face da inegável relevância de sua reparação, deve ser dada maior ênfase ao caráter punitivo. Assim, embora não se negue a existência de caráter compensatório na indenização por danos morais coletivos - já que os seus valores são destinados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e, portanto, serão destinados à defesa de interesses equivalentes àqueles que geraram a condenação judicial -, é inevitável reconhecer que o seu arbitramento deve observar, principalmente, o caráter sancionatório-pedagógico, de forma a desestimular outras condutas danosas a interesses coletivos extrapatrimoniais. Na hipótese dos autos, a ação civil pública foi motivada pela alegação de supressão de diversos direitos. Dentre

eles, podemos destacar como passíveis de gerar danos à coletividade aqueles relativos à medicina e à segurança do trabalho, ou seja, o direito à disponibilização de camas, colchões, equipamentos de proteção individuais, água potável e instalações sanitárias, além da proibição de acesso e trabalho de menores de 18 anos nas plantas de carbonização e a abstenção da empresa em contratar empreiteiras para atuarem em sua atividade-fim (fls. 53/54). O parágrafo único do artigo 944 do Código Civil Brasileiro determina que se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização. Nesse passo, entendo que o valor fixado no acórdão regional (R\$ 1.000.000,00) implicou em um valor por demais elevado, em especial pelo fato de que o Tribunal Regional visou indenizar o dano sofrido pelos trabalhadores em decorrência da adoção de "jornada de trabalho superior ao permitido por lei, ausência de intervalo intra e interjornada", que, conforme antes ressaltado, dizem respeito a direitos individuais, que deveriam ser pleiteados em ações próprias, e não na presente, em que se busca o arbitramento de indenização por dano moral à coletividade, com destinação do valor arbitrado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. Assim, considerando-se a restrição das condutas praticadas pela reclamada enquadradas como lesivas a um espectro mais amplo de indivíduos e a toda a classe de trabalhadores, entendo ser necessária a adequação do valor arbitrado a título de danos morais coletivos em R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Recurso de revista conhecido e parcialmente provido." (RR-148840-63.2005.5.03.0067, 2ª Turma, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva, DJe 06/08/2010)

Apesar da inegável gravidade dos fatos que ensejaram a intervenção do Ministério Público do Trabalho, da capacidade econômica do ofensor e do número de trabalhadores atingidos pelas práticas ilícitas do empregador, o valor de R\$ 1.712.711,13 a título de indenização por danos morais coletivos não se mostra equânime e supera em muito o patamar de precedentes anteriores desta Turma Julgadora.

Assim, ao manter a fixação do valor da condenação a título de danos morais coletivos, o TRT não levou em conta os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade entre a indenização e a extensão do dano.

Diante do exposto, conheço do Recurso de Revista por violação do art. 944 do Código Civil.

MÉRITO

Conhecido o Recurso de Revista por violação do art. 944 do Código Civil, seu provimento é medida que se impõe.

Levando em consideração o quadro fático delineado pelo Tribunal Regional e considerado a gravidade do dano, o número de trabalhadores atingidos, a capacidade econômica do empregador e o caráter pedagógico da penalidade, considera-se razoável e proporcional o

RNI

Ruperto, Nunes e Advogados Associados

608

397

valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a título de indenização por danos morais coletivos.

Dou provimento ao Recurso de Revista para reduzir o valor da indenização por danos morais coletivos para R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, **dar provimento** ao Agravo de Instrumento para mandar processar o Recurso de Revista e determinar que seja publicada a certidão, para efeito de intimação das partes, dela constando que o julgamento do Recurso dar-se-á na primeira sessão ordinária subsequente à data de publicação, nos termos da Resolução Administrativa nº 928/2003 desta Corte; **conhecer** do Recurso de Revista, somente quanto ao tema "dano moral coletivo - valor da indenização", por violação do art. 944 do Código Civil, e, no mérito, **dar-lhe provimento** para reduzir o valor da indenização por danos morais coletivos para R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Brasília, 28 de Março de 2012.
Firmado por Assinatura Eletrônica (Lei nº 11.419/2006)

MARIA LAURA FRANCO LIMA DE FARIA
Desembargadora Convocada Relatora

fls. **PROCESSO Nº TST-RR-112300-53.2007.5.15.0118**

Firmado por assinatura eletrônica em 03/04/2012 pelo Sistema de Informações Judiciais do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006. (grifo nosso)

Pelo exposto, requer:

- O conhecimento do presente recurso face o preenchimento dos requisitos para a sua admissibilidade
- Seja cassada a decisão *a quo*, tendo em vista as violações constitucionais ocorridas conforme descrito e violação ao artigo 944 e art. 944, parágrafo único do Código Civil e ofensa aos dispositivos legais mencionados;
- Seja reconhecida a ausência de culpa da Recorrente quanto ao evento danoso, já que não pode se opor ao edital e ao contrato de concessão realizado obedecendo

www.rupertonunes.com.br

☎ (61) 3964-4029 / (61) 3964-4131

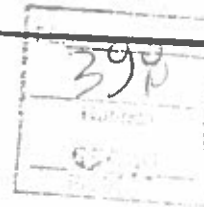
✉ jane@rupertonunes.com.br ✉ andreu@rupertonunes.com.br

Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto "E"

Ed. Palácio do Rádio II - Sala 505, Brasília / DF, CEP: 70.340-902

RNI

Ruperto, Nunes e Advogados Associados



aos parâmetros de veículos a serem utilizados, tampouco pode fazer edificações em áreas públicas;

d) Seja retirada da condenação do juízo a *quo* as obrigações de fazer a que fora compelida a Recorrente

e) Caso mantida a condenação da Recorrente ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, que seja reconhecida a ocorrência no julgado a *quo* de ofensa ao princípio constitucional da isonomia inserto no art. 5 da CF e a ofensa ao artigo 944 do código civil, e consequentemente seja REDUZIDA o valor arbitrado a título de indenização por danos morais coletivos, para o importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

f) Alternativamente, que seja reconhecida a ocorrência no julgado a *quo* de ofensa ao princípio constitucional da isonomia inserto no art. 5 da CF e a ofensa ao artigo 944 do código civil, e consequentemente seja REDUZIDA o valor arbitrado a título de indenização por danos morais coletivos, para o importe R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) conforme arbitrado em decisão de primeira instância, pelo Juízo que mais se aproximou da situação fática existente.

Termos em que
Pede e espera
Deferimento.

Brasília-DF, 18 de novembro de 2014

JANE S. NUNES
OAB/DF 12.539

MARCUS RUPERTO
OAB/DF 12.538

www.rupertonunes.com.br

☎ (61) 3964-6029 / (61) 3964-4111
✉ jane@rupertonunes.com.br ✉ marcus@rupertonunes.com.br
Endereço: SRTVS - Quadra 701, Conjunto "E"
Ed. Polícia do Radiotel - Sala 905, Brasília / DF, CEP: 70.340-902